

NILSON SOARES DE ALMEIDA

GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO NOS BANCOS

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gerenciamento de Riscos, Curso MBA em Gerenciamento de Riscos, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná

Orientador: Prof. Sérgio Bulgacov

CURITIBA

2003

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor e coordenador José Amaro dos Santos pelo incentivo e amizade no decorrer do período do curso e ao orientador professor Sergio Bulgacov pelo acompanhamento e revisão deste estudo.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	VII
RESUMO.....	VIII
INTRODUÇÃO	1
1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	3
1.1 HISTÓRICO.....	3
1.2 ABORDAGEM GLOBAL DA ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	5
1.2.1 Ótica da Estrutura Funcional do Sistema Financeiro Nacional	5
1.2.2 Ótica do Conceito Convencional de Moeda.....	6
1.3 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	6
1.4 AUTORIDADES MONETÁRIAS	7
1.5 ESTRUTURA ATUAL	12
1.6 INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15
1.7 ACORDO DE BASILÉIA	17
1.8 CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA DAS PESSOAS	19
1.8.1 Pessoa Física	20
1.8.2 Empresa individual ou firma individual	20
1.8.3 Pessoas jurídicas	21
1.8.3.1 Sociedades por cotas de responsabilidade limitadas	22
1.8.3.2 Sociedades anônimas	23
1.8.3.4 Características das pessoas jurídicas	23
1.8.4 Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte	24
2 CRÉDITO E RISCO.....	26
2.1 CRÉDITO	26
2.1.1 Os C's do Crédito	30
2.1.1.1 Caráter.....	31
2.1.1.2 Capacidade	34

2.1.1.3 Capital	37
2.1.1.4 Condições.....	38
2.1.1.5 Colateral	39
2.1.1.6 Conglomerado	41
2.1.1.7 Outros fatores considerados para a concessão de crédito	41
2.2 RISCO	44
2.2.1 Tipos de Riscos	46
2.2.1.1 Riscos internos à empresa	46
2.2.1.2 Riscos externos à empresa	47
2.2.2 Riscos Relativos aos C's do Crédito	49
2.2.3 Risco Global do Crédito	53
3 GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO	54
3.1 CLASSIFICAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO - RATING	57
3.1.1 As Agências de Rating	58
3.1.1.1 Processo de avaliação.....	60
3.2 MODELO MATRICIAL DE CRÉDITO	66
3.2.1 Os Cs do Crédito segundo o Modelo Matricial	67
3.2.2 Estrutura da Matriz	69
3.2.2.1 Ponderando os cenários	71
3.2.2.2 A análise setorial da empresa	73
3.2.2.3 Preenchimento da matriz	73
3.2.2.4 Exemplo de preenchimento da matriz	76
3.2.2.5 Resultados da aplicação do modelo matricial	77
3.2.2.6 Trabalhando-se com diferentes ponderações para os Atributos	78
4 MODELOS DE ANÁLISE DE RISCO DE CRÉDITO NOS BANCOS	80
4.1 BANCO DO BRASIL.....	81
4.1.1 Modelo de Gerenciamento de Risco de Crédito	82
4.2 BANCO BRADESCO.....	83
4.2.2 Modelo de Gerenciamento de Risco de Crédito	84

CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
CONCLUSÃO.....	87
ANEXOS	88
ANEXO 1 – RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL	88
ANEXO 2 – FICHAS DE CADASTROS DO BANCO DO BRASIL	89
ANEXO 3 – FICHAS DE CADASTROS DO BANCO BRADESCO	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<u>QUADRO 1 – REORDENAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL</u>	4
<u>FIGURA 1 – ESTRUTURA ATUAL DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL</u>	14
<u>QUADRO 2 – MODELO DE CHECK-LIST – AVALIAÇÃO DE RISCO</u>	
<u>CORPORATIVO</u>	62
<u>FIGURA 2 – PROCESSO DE RATING</u>	63
<u>QUADRO 3 – DEFINIÇÕES DE RATINGS – ESCALA GLOBAL DA STANDARD &</u>	
<u>POOR'S</u>	65
<u>QUADRO 4 – A ESTRUTURA DA MATRIZ DE CRÉDITO</u>	70
<u>QUADRO 5 – EXEMPLO DE PREENCHIMENTO DE MATRIZ DE CRÉDITO</u>	79
<u>QUADRO 6 – 50 MAIORES BANCOS POR ATIVOS TOTAIS (-)</u>	
<u>INTERMEDIÇÃO</u>	80

RESUMO

Os avanços tecnológicos nas telecomunicações têm fornecido, com rapidez, ao setor financeiro globalizado, informações que indicam quais os melhores segmentos demandadores de crédito.

Os bancos, com base nessas e outras informações, alocam o maior volume de créditos e repassa parte deles, em forma de operações, aos setores privados e públicos.

Como a concessão do crédito, no que concerne a rapidez, usa também os avanços tecnológicos e o ambiente financeiro é de incertezas advindas das mudanças na taxa de cambio, no aumento da taxa de captação, inflação, depósitos compulsórios, catástrofes, dentre outros, os bancos buscam, por meio de modelos apropriados, proteger-se de possíveis perdas financeiras. O gerenciamento do risco de crédito na sua aplicabilidade coloca à disposição dos bancos modelos de avaliação do risco de crédito capazes de evitar as perdas financeiras além dos percentuais previstos.

Este estudo visa descrever os procedimentos do gerenciamento do risco de crédito nos bancos com vistas a identificar, reduzir, avaliar e controlar as eventuais fontes de riscos, tomaremos os dois maiores bancos brasileiros a título conclusivo.

O tema será explorado utilizando-se a metodologia da pesquisa bibliográfica. A relevância do estudo do tema é justificada por serem os bancos a base do sistema monetário e o gerenciamento do risco de crédito visar a solidez deles, pois bancos sólidos podem ser vetores do crescimento econômico do país através de financiamentos aos segmentos públicos e privados.

INTRODUÇÃO

A população do Brasil, segundo dados do IBGE era de 172,3 milhões de habitantes em 2001. A parcela da sociedade que dispunha de contas correntes e contas de poupança atingiu, também naquele ano, o número de 114,4 milhões, de acordo com levantamentos do BACEN.

A confiança da população no sistema bancário brasileiro é refletida pelo elevado volume de recursos depositados nas instituições financeiras que alcançou em 2001, a quantia de R\$ 563 bilhões.

Esses números mostram a grande importância dos bancos na economia brasileira, notadamente pela participação do PIB nacional em torno de 6% (LEMES Júnior, Antonio Barbosa, 2002 p.275).

A principal atividade bancária consiste na intermediação financeira que tem o objetivo, dentre outros, de proporcionar o suprimento dos recursos necessários para financiar o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e o setor público.

Os bancos não têm atendido, plenamente, os objetivos da intermediação financeira no que diz respeito aos financiamentos aos segmentos públicos e privados, tanto é assim, que para o volume de recursos depositados, em 2001, no valor de R\$ 563 bilhões, foram concedidos empréstimos que somam apenas R\$ 308 milhões, segundo o BACEN (2003).

O governo edita resoluções que visam a solidez do sistema financeiro e ao controle, por intermédio do Banco Central, da quantidade de dinheiro que deve circular na economia. Uma dessas resoluções, atualmente em vigor, estabelece que para cada R\$ 100,00(cem reais) recebidos em depósito à vista, só é permitido aos bancos fazerem empréstimos de até R\$ 36,00(trinta e seis reais) e o restante, representado por R\$ 64,00(sessenta e quatro reais), tem que ser recolhido ao Banco Central através de depósito compulsório, limitando também, dessa forma, o volume de recursos para empréstimos.

Pretende-se neste trabalho, trazer também informações inerentes ao funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, definição dos conceitos de crédito e risco, as principais operações de crédito, análise de crédito, operações de crédito e riscos, classificação de risco de crédito, modelos de avaliação do risco de crédito, resolução do BACEN sobre o risco do crédito, Acordo de Basiléia e comparação dos modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito pelos dois maiores bancos brasileiros.

O gerenciamento do risco de crédito será estudado quanto aos procedimentos mais utilizados pelos bancos Bradesco e Banco do Brasil, em detectar, medir e controlar os riscos. Este estudo torna-se relevante na medida em que quantifica o grau de exposição dos ativos dos bancos ao risco e contribui, o referido gerenciamento, para a diminuição das perdas financeiras.

Cabe lembrar, que aliado ao gerenciamento do risco de crédito deve haver outras ferramentas que podem ajudar a prever e tratar os riscos e nada pode substituir a competência de profissionais comprometidos com a gestão eficaz das instituições financeiras.

Dessa forma, tomaremos os dois maiores bancos brasileiros a título conclusivo no estudo que visa encontrar resposta para o problema: Como o gerenciamento do risco de crédito diminui as perdas financeiras nos bancos?

1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

1.1 HISTÓRICO

Segundo VIEIRA (1981), quando D. João VI chegou ao Brasil em 1808 o meio circulante era constituído de peças metálicas. Porém já havia um pequeno vestígio de papel moeda que era denominado “bilhete de permuta”. Com a sua circulação teve que se criar um banco.

Segundo o autor, a criação do primeiro Banco do Brasil em 1808 foi inspirada nas exigências do sistema monetário financeiro. A esse banco foi dado o direito de emitir moeda com o lastro de 10%. Mas já em 1821, devido a uma série de fatores que não se analisou para a emissão de moeda que a partir de um certo momento, para cobrir os gastos do governo, deixou de ser lastreada e o montante já era na ordem de seis vezes a garantia metálica. Somente com a volta de D. João VI para Portugal é que analisou a gravidade do problema. Tão grave que em 1829 foi decretada a liquidação do Banco do Brasil e criado um novo sistema monetário com notas assinadas pelo governo.

O passo seguinte foi em 1836 a criação de bancos de emissão em vários estados. Com a reforma de 1846 ganhou-se a retomada do desenvolvimento econômico. Em 1851 a fusão entre o Banco Comercial do Rio de Janeiro e o Banco de Mauá deram origem ao segundo Banco do Brasil. Este adquiriu novamente o monopólio de emissão inclusive dos bancos privados que já existiam no Brasil.

Em 1889 o Sistema Financeiro Nacional necessitava de algumas reformas e foi baseado nessa reforma que Visconde de Ouro Preto apresentou um programa de reorganização do sistema monetário prevendo o resgate de papel-moeda, a conversibilidade em ouro das notas em circulação e a criação de um Banco Central para controlar a emissão de moeda e fiscalizar os bancos comerciais (VIEIRA, 1981).

O Brasil ainda passaria por mais uma crise em 1890, era a crise do encilhamento, que foi a emissão desenfreada de papel moeda, o que acarretou uma forte especulação, crédito fácil, tetos de emissão freqüentemente ultrapassados. Nessa época desativou-se novamente o Banco do Brasil que somente seria reativado em 1906. Nesse novo período da história da moeda no Brasil o governo substituiu o Mil Réis pelo Cruzeiro, tentando mais uma vez manter um sistema rígido de emissão de moeda e conseqüentemente a estabilização.

Para FORTUNA (1999) até 1964, o Sistema Financeiro Nacional necessitava de uma estruturação racional, adequando as necessidades e carências de toda a sociedade, sendo editado uma série de leis as quais possibilitaram o reordenamento, como demonstra o quadro abaixo:

QUADRO 1 – REORDENAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Instrumento	Problema	Solução
Lei da Correção Monetária (4.357/64)	<p>Historicamente, a inflação brasileira superava os 12%, ao ano e, com base no Direito Canônico, a Lei da Usura limitava os juros a 12% ao ano. As empresas e os indivíduos preferiam aplicar seus recursos disponíveis em outras alternativas, adiando, inclusive, o pagamento de suas obrigações tributárias.</p> <p>A mesma limitava a capacidade do Poder Público de financiar-se mediante a emissão de títulos próprios, impondo a emissão primária de moeda para satisfazer as necessidades financeiras.</p> <p>Além disso, os valores históricos de demonstrativos financeiros deixavam de espelhar adequadamente a realidade econômica, novamente com conseqüências tanto para o Tesouro, tendo em vista a redução da carga tributária, quanto para os potenciais investidores.</p>	<p>A lei instituiu normas para indexação de débitos fiscais, criou títulos públicos federais com cláusula de correção monetária (ORTN) - destinados a antecipar receitas, cobrir déficit público e promover investimentos.</p>
Lei do Plano Nacional da Habitação (4.380/64)	<p>A recessão econômica dos anos 60 aumentava a massa de trabalhadores com pouca qualificação, e o Estado não tinha condições de criar ou fomentar diretamente postos de trabalho para essa mão-de-obra.</p> <p>Uma alternativa seria a criação de empregos na construção civil.</p>	<p>Foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH), órgão gestor do também criado Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), destinado a fomentar a construção de casas populares e obras de saneamento e infra-estrutura urbana, com moeda própria (UPC - Unidade Padrão de Capital) e seus próprios instrumentos de captação de recursos Letras Hipotecárias, Letras Imobiliárias e Cadernetas de Poupança.</p> <p>Posteriormente, a esses recursos foram adicionados os do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.</p>

QUADRO 1 – REORDENAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (CONT.)

Instrumento	Problema	Solução
Lei da Reforma do Sistema Financeiro Nacional (4.595/64)	Os órgãos do aconselhamento e gestão da política monetária, de crédito e finanças públicas concentravam-se, no Ministério da Fazenda, na Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC e no Banco do Brasil, e essa estrutura não correspondia aos crescentes encargos e responsabilidades na condução da política econômica.	Criado o Conselho Monetário Nacional – CMN - e o Banco Central do Brasil, bem como estabelecidas as normas operacionais, rotinas de funcionamento e procedimentos de qualificação aos quais as entidades do sistema financeiro deveriam se subordinar
Lei do Mercado de Capitais (4.728/65)	O problema de popularização do investimento estava contido em função da nítida preferência dos investidores por imóveis de renda e reserva de valor. Ao governo interessava a evolução dos níveis de poupança internos e o seu direcionamento para investimentos produtivos.	Estabelecidas normas e regulamentos básicos para a estruturação de um sistema de investimentos destinado a apoiar o desenvolvimento nacional e atender à crescente demanda por crédito.
Lei da CVM (6.385/76)	Faltava uma entidade que absorvesse a regulação e fiscalização do mercado de capitais, especialmente no que se referia às sociedades de capital aberto.	Criada a Comissão de Valores Mobiliários – CVM - transferindo do Banco Central a responsabilidade pela regulamentação e fiscalização das atividades relacionadas ao mercado de valores mobiliários (ações, debêntures, etc.)
Lei das S. A. (6.404/76)	Era necessário atualizar a legislação sobre as sociedades anônimas brasileiras, especialmente quanto aos aspectos relativos à composição acionária, negociação de valores mobiliários (ações, debêntures, etc.) e modernização do fluxo de informação.	Estabelecidas regras claras quanto às características, forma de constituição, composição acionária, estrutura de demonstrações financeiras, obrigações societárias, direitos e obrigações de acionistas e órgãos estatutários e legais.

FONTE: FORTUNA (1999, p. 11-12)

1.2 ABORDAGEM GLOBAL DA ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

1.2.1 Ótica da Estrutura Funcional do Sistema Financeiro Nacional

Neste modelo, o Sistema Financeiro Nacional encontra-se dividido em dois subsistemas, o Normativo e o de Intermediação. No primeiro grupo aparecem os órgãos normativos, que regulam, controlam e fiscalizam as instituições de intermediação, no que se refere às modalidades e operações de crédito, bem como a emissão e distribuição de valores mobiliários (FORTUNA, 1999).

Segundo o autor, no segundo grupo são integrantes as demais instituições bancárias, não bancárias e auxiliares que operam em segmentos específicos dos

mercados monetário, de crédito, de capitais e cambial, e seguem as normas definidas pelos órgãos superiores. O subsistema Normativo e os Agentes Especiais do subsistema de Intermediação possuem relações. Não são somente as normas legais das autoridades monetárias que regulam e controlam o subsistema de Intermediação, mas também a oferta seletiva de crédito efetuada pelo Banco do Brasil e BNDES.

1.2.2 Ótica do Conceito Convencional de Moeda

Neste enfoque, segundo FORTUNA (1999), o Sistema Financeiro Nacional classifica-se em dois subsistemas: o Monetário e o Não Monetário.

No subsistema Monetário incluem-se as autoridades monetárias e os bancos comerciais. No subsistema Não Monetário aparecem todas as instituições de intermediação financeira não bancárias. As Caixas Econômicas ocupam uma posição mista.

1.3 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Segundo FORTUNA (1999), são as instituições que emitem seus próprios passivos, captando poupança diretamente do público e posteriormente aplicando esses recursos através de empréstimos e de financiamentos. Incluem-se neste grupo os Bancos Comerciais, de Investimento, de Desenvolvimento, as Caixas Econômicas, as Sociedades de Crédito Imobiliário (SCI) e as Associações de Poupança e Empréstimo (APE).

As Instituições Financeiras classificam-se em (FORTUNA, 1999):

a) Instituições Financeiras Bancárias

São as instituições que operam com depósito à vista, emitindo moeda escritural. A capacidade de criar moeda surge do fato de trabalharem em um sistema de reservas fracionárias, mantendo em caixa parte dos depósitos que recebem do público. Incluem-se nesta classificação o Banco do Brasil, Bancos Comerciais

(públicos e privados) e Bancos Múltiplos com carteira comercial.

b) Instituições Financeiras Não Bancárias

São as instituições que não operam com depósito à vista e, portanto, não emitem moeda escritural. Ex. BNDES, Sociedades de Crédito Imobiliário, etc.

c) Instituições Auxiliares

São as que colocam em contato poupadores com investidores. Ex. Bolsas de Valores, Sociedades Corretoras, Sociedades Distribuidoras, etc.

Numa abordagem mais geral, o Sistema Financeiro pode ser dividido da seguinte forma (FORTUNA, 1999):

1 - Instituições Financeiras (Bancárias e Não Bancárias)

2 - Instituições Auxiliares

3 - Mercados Financeiros

3.1 - Títulos de Renda Fixa (Públicos e Privados)

3.2 - Títulos de Renda Variável (ações e cotas de FMIA, Debêntures conversíveis em ações, Certificados de Aquisição de Ouro, etc.)

1.4 AUTORIDADES MONETÁRIAS

Segundo FORTUNA (1999) as autoridades monetárias dividem-se em:

a) Conselho Monetário Nacional (CMN)

É o órgão responsável pela fixação das diretrizes das políticas monetária, creditícia e cambial do país em todos os seus aspectos. Não desempenha papéis executivos e devido às amplas funções que desenvolve, transformou-se num conselho de política econômica.

O CMN tem seu campo de influência ampliado pela existência de necessidade de compatibilização das políticas monetária, creditícia e cambial com

medidas adotadas em outros segmentos de ação do Governo, como as áreas fiscal e salarial. Entre suas diversas funções está a de autorizar a emissão de papel-moeda.

b) Banco Central do Brasil (Bacen)

O Bacen é o órgão executivo central do Sistema Financeiro, cumprindo e fazendo cumprir as disposições que regulam o funcionamento do sistema e as normas expedidas pelo CMN. Dentre suas inúmeras atribuições, podem ser destacadas:

- a) Banco dos bancos - recebe os recolhimentos compulsórios dos bancos comerciais, fornece empréstimos de liquidez e redescontos e regulamenta o funcionamento dos serviços de compensação de cheques e outros papéis.
- b) Gestor do Sistema Financeiro - baixa normas, fiscaliza e controla as atividades das instituições financeiras, concedendo autorização para seu funcionamento e decreta intervenção ou liquidação dessas instituições quando necessário.
- c) Executor da Política Monetária - controla a expansão dos meios de pagamentos através do orçamento monetário, utilizando instrumentos de política monetária.
- d) Banco Emissor - possui o monopólio de emissão de papel-moeda e moeda metálica, além de efetuar o saneamento do meio circulante.
- e) Banqueiro do Governo - financia o Tesouro Nacional através da emissão de títulos públicos, exerce a administração da dívida pública interna e externa, é depositário e gestor das reservas internacionais do país e efetua as operações ligadas aos organismos financeiros internacionais.

c) Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

É o órgão normativo do sistema de intermediação financeira do país, direcionado para o desenvolvimento, a disciplina e a fiscalização do mercado de valores mobiliários não emitidos pelo sistema financeiro e pelo Tesouro Nacional, principalmente o mercado de ações e debêntures.

d) Banco do Brasil

Até janeiro de 1986 possuía função de autoridade monetária com a detenção da conta movimento. Atualmente, funciona como um banco múltiplo tradicional, agindo em determinadas situações como agente financeiro do Governo Federal. É o principal executor da política oficial de crédito rural.

e) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

É responsável pela política de investimentos de longo prazo do Governo Federal e é a principal instituição financeira de fomento do país, possuindo um conjunto de fundos e programas, como o Finame, Finem, Funtec e Finac.

f) Caixas Econômicas

Integram o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e o Sistema Financeiro de Habitação. Podem captar depósitos à vista, realizar operações ativas e efetuar prestações de serviços. Operam no crédito direto ao consumidor e detêm o monopólio das operações de empréstimo sob penhor de bens pessoais e sob consignação.

Sua grande fonte de recursos são os depósitos em caderneta de poupança. Seu principal representante é a Caixa Econômica Federal, que administra as loterias, o FGTS, o PIS, o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), o FAS (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social) e o FDS (Fundo de Desenvolvimento Social).

g) Bancos Comerciais

Têm o objetivo de proporcionar o suprimento dos recursos necessários para financiar, a curto e médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços e as pessoas físicas. Para isso, contam com as operações de desconto de títulos, abertura de crédito simples ou em conta corrente, operações de crédito rural, de câmbio e comércio internacional, captação de depósitos à vista e a prazo fixo. Podem também obter recursos junto às instituições oficiais para repasse aos clientes, obter recursos externos para repasse e exercer a prestação de serviços, além de criarem moeda através do efeito multiplicador do crédito.

h) Bancos de Investimento

Destinam-se à canalização de recursos de médio e longo prazos para suprimento de capital fixo ou de giro das empresas. Sua maior finalidade é a de ampliar os prazos das operações de empréstimos e financiamento, para fortalecer o processo de capitalização das empresas por meio de compra de máquinas e equipamentos e da subscrição de debêntures e ações. Não mantêm contas correntes e seus recursos são captados através da emissão de CDB e RDB, venda de cotas de fundos de investimento por ele administrados, bem como captação e repasse de recursos de origem interna ou externa.

i) Sociedades de Crédito, Financiamento E Investimento

Financiam bens de consumo duráveis através do crédito direto ao consumidor. Captam recursos por meio da colocação de letras de câmbio (títulos de crédito sacados pelos financiados e aceitos pelas financeiras para colocação junto ao público).

j) Sociedades Corretoras

Operam com compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários (inclusive ouro) por conta de terceiros e efetuam a intermediação com as bolsas de

valores e de mercadorias.

k) Associações de Poupança e Empréstimo

São constituídas sob a forma de sociedades civis e são de propriedade comum de seus associados. Iniciaram suas atividades em 1966, regulamentadas pelo antigo BNH e amparadas por um dispositivo da Lei 4308/64 que previa a criação de fundações cooperativas mútuas e outras formas associativas para a construção ou aquisição da casa própria, sem finalidade de lucro.

l) Sociedades de Crédito Imobiliário

Foram criadas para financiar o mercado imobiliário, utilizando a caderneta de poupança como instrumento de captação de recursos e destinadas a atender a camada da população de maior faixa de renda.

m) Bancos Múltiplos

Surgiram em 1988 por decisão do CMN para racionalizar a administração das instituições financeiras.

Para se caracterizar como múltiplo, o banco deve possuir pelo menos duas das seguintes carteiras: Carteira Comercial, Carteira de Investimento, Carteira de Crédito Imobiliário, Carteira de Aceite, Carteira de Desenvolvimento e Carteira de Leasing.

n) Sistema Financeiro da Habitação (SFH)

O surgimento deste sistema ocorreu da necessidade de gerar condições para a intermediação de recursos financeiros no setor de construção de habitações e urbanização/saneamento, devido à grande elevação do crescimento populacional urbano. Fortaleceu-se com a instituição da correção monetária nos contratos, da criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), criação do FGTS e organização do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

o) Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

Controla e fiscaliza o mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização.

1.5 ESTRUTURA ATUAL

Segundo FORTUNA (1999), uma conceituação bastante abrangente de sistema financeiro poderia ser a de um conjunto de instituições que se dedicam, de alguma forma, ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores. O mercado financeiro - onde se processam essas transações - permite que um agente econômico qualquer (um indivíduo ou empresa), sem perspectivas de aplicação, em algum empreendimento próprio, da poupança que é capaz de gerar, seja colocado em contato com outro, cujas perspectivas de investimento superam as respectivas disponibilidades de poupança.

Dessa forma, o mercado financeiro pode ser considerado como elemento dinâmico no processo de crescimento econômico, uma vez que permite a elevação das taxas de poupança e investimento.

Dentro desta linha de abordagem, no que toca às instituições financeiras, a Lei de Reforma Bancária (4.595/64), em seu Art. 17, caracteriza-as com mais exatidão: "Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas e privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros" (FORTUNA, 1999, p. 12).

Para a compreensão do presente estudo é interessante caracterizar essas instituições em dois grandes grupos: os intermediários financeiros e as chamadas instituições auxiliares.

As primeiras, segundo FORTUNA (1999), distinguem-se das últimas,

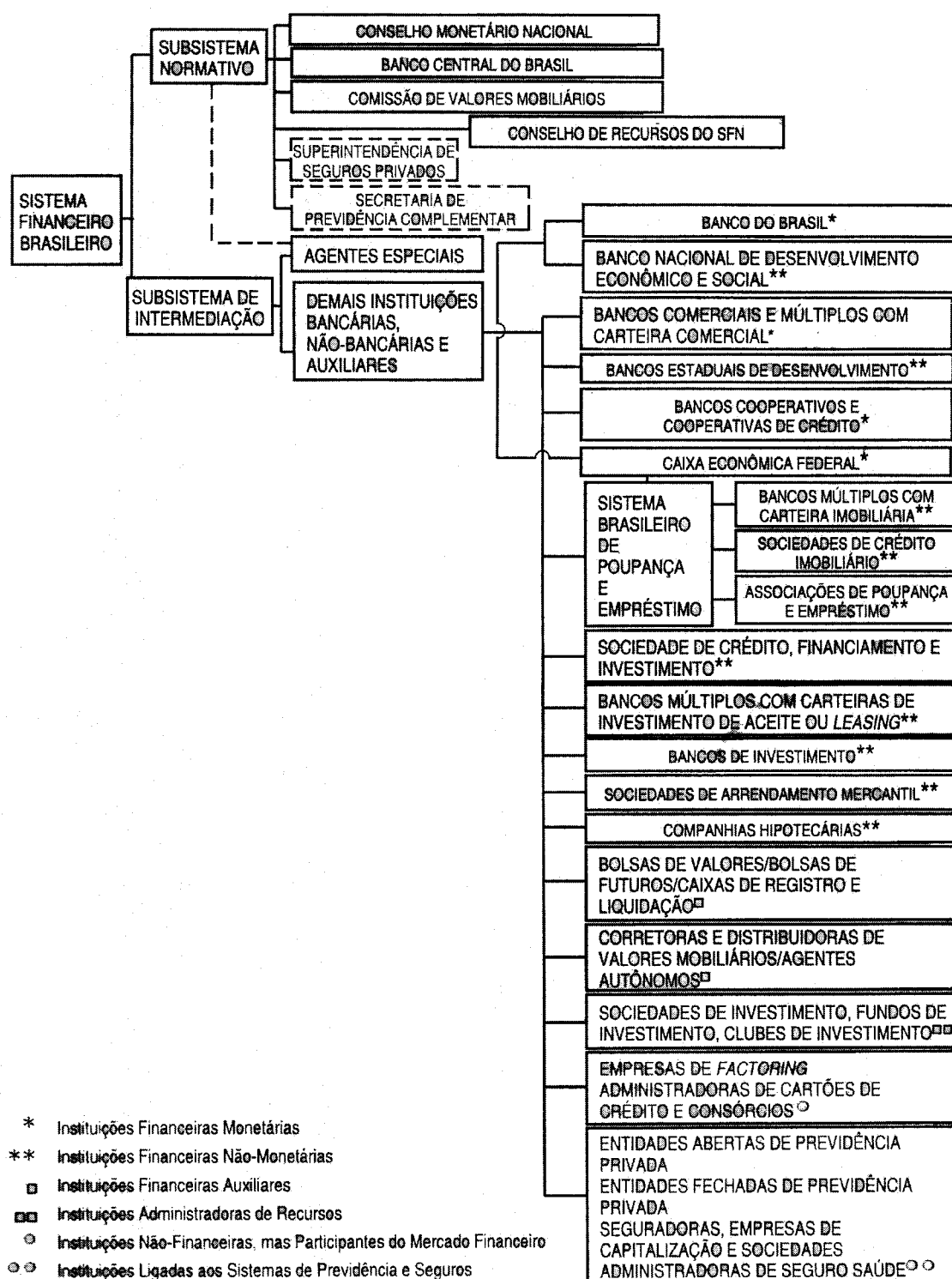
basicamente, no seguinte: emitem seus próprios passivos, ou seja, captam poupança diretamente do público por sua própria iniciativa e responsabilidade e, posteriormente, aplicam esses recursos junto às empresas, através de empréstimos e financiamentos. Incluem-se neste segmento os bancos comerciais, de investimento, de desenvolvimento, as caixas econômicas, as sociedades de crédito imobiliário (SCI) e as associações de poupança e empréstimos (APE), entre outras.

Ao contrário destas, as instituições ditas auxiliares propõem-se a colocar em contato poupadores com investidores, facilitando o acesso destes àqueles. Nestes casos, incluem-se as bolsas de valores, cuja finalidade, em última instância, consiste em propiciar liquidez aos títulos emitidos pelas empresas (ações), através de institucionalização do mercado secundário para esses haveres.

Este processo garante as condições fundamentais para aceitação dos lançamentos primários (subscrição) das empresas. Na mesma situação encontram-se as sociedades corretoras e distribuidoras, constituindo-se no elemento de ligação entre poupadores e investidores, atuando na colocação de papéis das empresas junto ao público.

Outra caracterização de instituição financeira poderá ser dada sob a ótica da capacidade que ela tem de criar ou não moeda escritural. Na forma afirmativa, ou seja, criando a moeda escritural, estão inseridas aquelas instituições que, em conjunto, compõem o chamado sistema monetário - uma derivação do sistema financeiro que tem como principal fonte de recursos os depósitos à vista (movimentáveis por cheques) -, que é representado pelo Banco do Brasil, pelos bancos comerciais (oficiais e privados) e pelos bancos múltiplos com carteira comercial. A capacidade de criar moeda origina-se do fato de trabalharem em um sistema de reservas fracionárias, mantendo em caixa apenas uma parte dos depósitos que recebem do público.

FIGURA 1 – ESTRUTURA ATUAL DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL



FONTE: FORTUNA (1999, P. 34)

1.6 INTERMEDIACÃO FINANCEIRA

Segundo LOPES & ROSSETTI (1998), para que o processo de surgimento da intermediação financeira tenha êxito alguns pré-requisitos têm que ser levados em consideração. Como primeiro, pode-se citar a necessidade de superar-se o estágio do escambo, onde não existia dinheiro envolvido nas transações comerciais, sendo que as mercadorias eram trocadas por outras mercadorias. Outro fator consiste na concepção de uma estrutura institucional, através da qual consiga-se a normatização e o controle das atividades de intermediação. Todavia, o principal pré-requisito está na existência de agentes deficitários e superavitários; os deficitários buscando tomar recursos segundo as condições vigentes no mercado; já os superavitários almejando transformar seus ativos monetários em ativos financeiros com menor liquidez, desde que também as condições que o mercado lhe oferece sejam-lhe favoráveis.

A evolução da intermediação financeira, segundo os autores, verifica-se de forma simultânea ao desenvolvimento econômico. A base produtiva tem papel importante, pois a sua diversificação é necessária, caso contrário a intermediação financeira mostra-se completamente inoperante e desnecessária. Em períodos cujos níveis de inflação mostrarem-se muito elevados, a não existência de mecanismos de proteção (por exemplo, a correção monetária) implica numa diminuição sensível da intermediação, devido ao fato de que a inflação pode “corroer” o dinheiro custodiado aos bancos pelos agentes. Estes agentes então procuram adquirir bens físicos (casas, automóveis, terrenos, etc.) objetivando resguardar seu capital.

A nível micro, dentro dos benefícios da intermediação financeira pode-se salientar os seguintes (LOPES & ROSSETTI, 1998):

- Minimização de custos e riscos para aqueles que desejam doar seus recursos, sendo possível ainda maximizar o retorno;
- Redução do tempo, o que implica também numa diminuição de custos

para a canalização de uma soma sob a forma de empréstimos;

- Diminuição do grau de incerteza e um aumento de garantias, resultando num incentivo à formação de poupança individual;
- Redução de exigências operacionais para os agentes que demandam empréstimos no que tange a garantias, prazos, seguros, taxas de juro, etc.

O incremento financeiro concede aos agentes individuais a possibilidade de, mesmo de posse de pequenas quantias, terem acesso ao sistema de intermediações; sendo assim, podem aumentar a sua renda e conseqüentemente o seu nível de consumo.

A nível macro, o sistema de intermediação segundo LOPES & ROSSETTI (1998), permite e favorece a acumulação de uma poupança financeira a qual transforme-se em investimentos produtivos e por conseguinte amplia o estoque de capital da economia. Assim sendo, incrementa-se a renda e produção agregada, que demandará um maior número de investimentos, consumo, financiamentos de déficit governamentais, gerando um melhor grau de satisfação e bem-estar da sociedade. O sistema permite ainda a ótima alocação de recursos agregativamente considerados com a possibilidade de retornos mais significativos no que tange às questões de cunho social e econômico.

Tomando-se como base uma sociedade que não tenha instituições financeiras nem ativos financeiros não-monetários, onde a única forma de financiamento seja o auto-financiamento, verifica-se que a introdução da intermediação financeira não apenas transforma parte do processo poupança/investimento em um mecanismo indireto, como também permite assim um incremento no volume de poupança e a sua alocação de maneira mais produtiva da mesma (LOPES & ROSSETTI, 1998).

No que tange à relação entre o desenvolvimento econômico e o financeiro estima-se uma interação entre ambos, sendo que o desenvolvimento real cria demanda pelo produto financeiro, estimulando o crescimento desse setor, e a

disponibilidade de instrumentos e instituições financeiras propiciando a acumulação de recursos e um maior desenvolvimento do lado real da economia. Outro detalhe relevante a ser considerado é como deve ser assistido o desenvolvimento financeiro, devendo este adiantar ao desenvolvimento real da economia apenas evitar ponto de estrangulamento ou adianta-se ao lado real, promovendo a criação de estruturas, ativos e instituições que ainda não são requerido pelo lado real, esperando que a oferta crie a sua própria demanda.

A teoria monetária clássica – anterior a Teoria Geral – e ocupava da determinação do nível geral de preços e do problema dos ciclos econômicos. Este se enquadravam no âmbito monetário dado que ocorriam em função da redistribuição de renda causada pelas flutuações no nível geral dos preços. Para os teóricos clássicos, a taxa de juros era determinada por forças reais e não por questões de ordem monetária as quais exerciam apenas uma influência transitória na determinação de taxas de juros de mercado durante períodos de desequilíbrio. Já o modelo Keynesiano original contemplava somente dois ativos, moeda e bonds, o que, se de um lado simplificava a formulação teórica, de outro exagerava o efeito-especulação na demanda por moeda ao não considerar as possibilidades de substituição entre moeda e títulos de curto prazo (LOPES & ROSSETTI, 1998).

A contribuição ao desenvolvimento econômico decorrente da implantação, ou aprimoramento do sistema financeiro se materializa no impacto sobre taxas de juros. A redução nos custos de transação (inclusive riscos) propicia uma maior remuneração após poupadores em paralelo a uma diminuição no preço que pagam os tomadores de recursos. Em consequência, tanto a magnitude do fluxo de poupança quanto sua alocação são alteradas.

1.7 ACORDO DE BASILÉIA

O setor financeiro não poderia ficar de fora do processo de globalização que envolve as economias mundiais. Em 1988 um Comitê dos Bancos Centrais dos

países que compõem o Grupo dos 10 reunidos em Basiléia, Suíça, assinaram um acordo no qual foram definidos padrões de solvência e liquidez internacionais para as instituições financeiras. Na época o Brasil, devido suas condições políticas e econômicas desfavoráveis não fez parte desse acordo.

Porém, qualquer país que depende de crédito internacional junto ao Fundo Monetário Internacional e precisa atrair capitais estrangeiros, necessita reduzir o risco interno de seu sistema financeiro. Para isso a adesão ao Acordo de Basiléia é fundamental. Foi o que o Brasil fez através da resolução 2.099 do Conselho Monetário Nacional, de 17.08.1994.

Segundo FORTUNA (1998, p. 393) essa resolução consolidou a mais importante mudança no mercado financeiro nacional nos últimos 30 anos regulamentada em quatro anexos:

O Anexo I apresentou as regras para o funcionamento, a transferência e a reorganização das instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central -BC.

O Anexo II especificou os seus novos limites mínimos de capital e patrimônio líquido.

O Anexo III disciplinou a instalação e o funcionamento das dependências das instituições financeiras.

O Anexo IV fixou as novas regras de determinação do patrimônio líquido exigido (PLE) como garantia de suas operações que passou a ser calculado proporcionalmente ao grau de risco da estrutura dos seus ativos.

Dessa forma, para reduzir o risco do sistema financeiro nacional o Banco Central passou a exigir um Patrimônio Líquido mínimo, compatível com o grau de risco ponderado dos créditos concedidos, para que as instituições financeiras possam atuar no país.

No Brasil essa relação mínima exigida pelo Banco Central, ou seja, o PL em relação ao total dos ativos ponderados pelos seus específicos graus de risco de crédito, é de 11%.

Para se calcular esse valor do Patrimônio Líquido Exigível (PLE), é estabelecido pelo Banco Central um fator de risco dos créditos ponderados entre os diferentes tipos de ativos nos quais estão aplicados os recursos das instituições financeiras como: o saldo de caixa, as aplicações em títulos públicos federais e as operações de empréstimos. Também se considera o risco de mercado relativo às operações negociadas com taxas de juros pré-fixadas, o risco dos negócios com taxas vinculadas à variação cambial, e o risco das operações com derivativos.

O percentual aplicado sobre os saldos de cada tipo de ativo é definido pelo Banco Central conforme o grau de risco específico de cada um deles. Por exemplo, operações de empréstimos têm um grau de risco muito grande se comparado ao risco das aplicações em títulos públicos federais.

Dessa forma, se uma instituição financeira tiver um total de ativos, já ponderados pelo risco de crédito específicos de cada um deles, no valor de R\$ 10 milhões ela deverá ter um patrimônio Líquido de R\$ 1,1 milhão, no mínimo, para estar enquadrada nas determinações do Banco Central. Caso contrário ela deverá ajustar seus ativos de forma a diminuí-los ou aumentar seu PL através de reforço de capital.

A respeito da importância dessas medidas para o mercado financeiro nacional FORTUNA (1999) explica que o objetivo é prudencial, de minimização do risco das aplicações feitas pelas instituições financeiras, de forma a garantir sua liquidez e solvência, preservando a integridade do mercado financeiro e, ao final, torná-lo um local cada vez mais seguro para a guarda do nosso dinheiro e aplicação de nossas economias.

1.8 CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA DAS PESSOAS

Para fins de melhor compreensão desse trabalho alguns esclarecimentos são necessários sobre as formas existentes no direito brasileiro da personalização dos entes econômico-sociais. Entre eles, além das pessoas físicas e jurídicas

destaca-se também as empresas individuais ou firmas individuais, ora entendida como pessoa física, ora como pessoa jurídica.

1.8.1 Pessoa Física

Nas relações jurídicas da sociedade o direito se destina a disciplinar as relações entre as pessoas. Segundo LIMA (1984, p. 148) "... pessoa é o ente a que se atribuem direitos e obrigações". Assim, essas pessoas, chamadas na terminologia do direito de pessoas físicas ou naturais são o sujeito do direito. Elas tornam-se o sujeito, ao adquirir direitos e contrair obrigações, que ocorre no momento do nascimento com vida. Neste momento surge a personalidade jurídica ou civil que segundo LIMA (1984, p.149): "... é o conjunto de faculdades e de direitos em estado de potencialidade, que dão ao ser humano a aptidão para ter direitos e obrigações".

Porém, o sistema jurídico reconhece, que existe outro tipo de sujeito capaz de adquirir direitos e contrair obrigações que não é pessoa natural, são as chamadas pessoas jurídicas.

Outro tipo de sujeito de direito que parece se confundir com a pessoa jurídica ao ser equiparada com esta para fins de tributação, é a chamado firma individual.

1.8.2 Empresa individual ou firma individual

Deixando de lado a polêmica em torno da definição do termo empresa nos aspectos econômicos, administrativos e jurídicos considera-se a conceituação de FRANÇA (1977, p. 284): "Consagrando a duplicidade de sentido da expressão, a técnica legislativa brasileira... admite empresa como fato econômico, sujeito econômico, e sujeito de direito econômico". Ainda, segundo esse autor, no ramo do direito comercial que regula as relações decorrentes das atividades comerciais, "... a empresa tem sido considerada como uma figura correspondente à sociedade, por influência da teoria que defende sua personificação jurídica" (FRANÇA, 1977, p.281)

Dessa forma pode-se considerar segundo fundamentação jurídica, que as empresas são pessoas jurídicas principalmente pela característica que lhes são mais peculiar, a sociedade.

Porém a empresa individual, ou a firma individual, como é mais comumente chamada, embora não seja uma empresa societária, pois esta caracteriza-se pela participação de pelo menos dois sujeitos, tem seus registros no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ - e ela é equiparada a pessoa jurídica para efeito de tributação.

Confirmando a idéia de que as firmas individuais classificam-se como pessoas jurídicas, ASSAF NETO (2000) quando trata do aspecto jurídico das sociedades, considera a empresa individual como sendo um dos grupos de sociedade comercial. Segundo este autor "... as sociedades comerciais podem ser classificadas em dois grandes grupos: *empresa individual e empresa societária*". (ASSAF NETO, 2000, p. 26)

É importante observar que muitas das micro e pequenas empresas brasileiras são firmas individuais.

Segundo Assaf Neto (2000, p. 27) empresa societária é a empresa cujo capital foi constituído por duas ou mais pessoas.

1.8.3 Pessoas jurídicas

Além das pessoas físicas, outras entidades também podem ser sujeito de relações jurídicas, comerciais, administrativas etc. Essas, segundo LIMA (1984, p. 168) são as pessoas jurídicas.

Elas podem ser classificadas em pessoas jurídicas de direito público e pessoas jurídicas de direito privado. O surgimento das pessoas jurídicas de direito público ocorre através de leis, tratados internacionais ou, em alguns casos, por acontecimentos históricos. A pessoa jurídica de direito privado é constituída através de ato jurídico que deve ser formalizado através de contrato, estatuto ou de

compromisso, registrados nos órgãos competentes.

O surgimento das pessoas jurídicas deve-se as necessidades da sociedade que precisa se organizar em entidades para atingir seus objetivos. Esses objetivos podem ser lucro, filantropia, esporte, de cunho social etc.

Nesse sentido expõe LIMA (1984, p. 176) que: as pessoas jurídicas resultam de um fenômeno natural que é a necessidade que os homens têm de se congregarem para conseguir certos fins que lhes seria difícil ou impossível alcançar individualmente”.

Dessa forma para esse autor a pessoa jurídica por excelência é o Estado.

A Constituição do Brasil de 1988, em seu artigo 18, vem confirmar essa posição do Estado como pessoa jurídica quando trata da organização político-administrativa da República e registra os direitos e deveres das pessoas jurídicas classificadas como de direito público interno que a compõem. Segundo esse artigo a “... organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos dessa Constituição”.(Constituição da Republica Federativa do Brasil, 1988, p.26)

Entretanto, não se pretende aqui detalhar características das pessoas jurídicas de direito público. Apresentar-se-á algumas descrições apenas sobre as Sociedades Anônimas e sobre a sociedade por cota de responsabilidade limitada que, segundo ASSAF NETO (2000, p. 27) “... são os dois principais tipos de empresas societárias. As demais sociedades não são muito comuns, estando inclusive, algumas delas, quase em desuso”.

1.8.3.1 Sociedades por cotas de responsabilidade limitadas

A sociedade por quotas de responsabilidade limitada, segundo ASSAF NETO (2000, p. 27) caracteriza-se pela forma de responsabilidade em que todos os sócios se restringem ao montante do capital social que subscreveram. Porém, cada

sócio responde pelo total do capital social e não apenas pela quantidade de suas cotas.

Sua constituição é feita através de contrato, possuindo apenas uma categoria de sócio, o de responsabilidade limitada, também chamado cotista.

1.8.3.2 Sociedades anônimas

A sociedade anônima também chamada de companhia, segundo ASSAF NETO (2000, p. 27) "... é o tipo de empresa que mais se tem desenvolvido nos últimos anos". Tem como principal característica possuir o capital dividido em ações. A sua constituição exige a inclusão de duas ou mais pessoas, naturais ou não.

Segundo o mesmo autor ela pode ser classificada em dois tipos:

- Sociedade anônima de capital aberto ou companhias abertas, quando em seus valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão.
- Sociedade anônima de capital fechado ou companhia fechada, quando não negociam seus valores mobiliários em bolsa de valores.

1.8.3.4 Características das pessoas jurídicas

Para destacar a importância das pessoas jurídicas na economia brasileira considere-se os dados fornecidos pelo IBGE. No ano de 1997 a indústria movimentou mais de 300 bilhões de reais. O setor do comércio movimentou mais de 360 bilhões de reais, segundos dados da mesma fonte. O PIB do Brasil naquele ano foi de mais de 800 bilhões de reais. Sem considerar o setor de serviços, que segundo dados do Ministério do Trabalho, possui 36% do número das empresas que atuam no Brasil, as pessoas jurídicas dos setores da indústria e do comércio, em termos de valor, movimentaram mais de 80% do PIB em 1997.

As pessoas jurídicas com todo esse poder de atuação na economia

possuem algumas características que lhe são peculiares e as diferem das pessoas físicas.

Algumas delas segundo Banco do Brasil (2001) são:

- A racionalidade sobressai-se ao emotivo. As negociações das pessoas jurídicas são racionais e profissionais buscando a finalidade dos objetivos da empresa. Sentimentos e emoções são raramente percebidos nas transações realizadas por elas, diferentemente das pessoas físicas que são movidas pelas emoções e mais facilmente influenciadas.
- Seguindo a tendência da racionalidade as pessoas jurídicas são menos influenciadas pelo marketing. Seus objetivos e metas são mais bem definidos que os das pessoas físicas que são mais facilmente influenciadas pelas promoções de vendas, pelas aparências, visual e muitas outras técnicas utilizadas para atrair os clientes.
- As pessoas jurídicas utilizam-se de uma ampla cadeia produtiva. Normalmente uma empresa tem seus fornecedores, clientes e funcionários, todos integrantes do processo produtivo formando uma cadeia de grande representatividade, que agregando valor aos produtos e serviços, geram um efeito dinâmico de crescimento econômico.

1.8.4 Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte

Para efeito de denominação e classificação quanto ao porte das micro e pequenas empresas o parâmetro a ser utilizado será o volume do faturamento bruto anual das mesmas como disposto na Lei nº. 9317, de 05 de dezembro de 1996, alterada pela Lei nº. 9732/98 de 11 de dezembro de 1998, que trata sobre o regime tributário das empresas desses portes e institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno Porte (Simples).

Conforme essa Lei em seu artigo 2º. considera-se:

I - Microempresa, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Partindo-se da evolução do Sistema Financeiro Nacional, de suas instituições, do Acordo de Basiléia, dos princípios da intermediação financeira e da classificação jurídica das pessoas, verifica-se a necessidade da existência dos bancos comerciais como fomentadores da evolução do próprio mercado financeiro e de toda a sociedade, assim, a seguir será analisada a questão do crédito e do risco, os quais são fundamentais para a sobrevivência desses bancos.

2 CRÉDITO E RISCO

2.1 CRÉDITO

Muitas definições são encontradas na literatura para o termo crédito e de várias formas o tema é enfocado. Como o enfoque pretendido no presente estudo é o conceito de crédito voltado ao sistema financeiro, especificamente, o crédito bancário que, segundo FERREIRA (2001) é a cessão de mercadoria, serviço, ou dinheiro que deverá ser devolvido conforme combinado. E nesse caso nunca é gratuito, ou seja, sempre é cobrado algo a mais por aquilo que foi emprestado - os juros. Espera-se ter algumas vantagens ao se conceder o crédito. Para os bancos o que se deseja é a obtenção do lucro, mesmo porque a qualquer crédito concedido está agregado um certo risco que o credor está disposto a correr devido à expectativa de ganhos futuros com o negócio.

Porém, há créditos que são gratuitos, não se tem nenhuma intenção de lucro com eles. Mesmo para esses casos faz-se um pré-julgamento, ou uma análise do crédito antes de sua concessão. Um exemplo de como esta análise é feita de forma quase que instintiva é o apresentado por SCHRICKEL (1998, p.11):

Quando alguém nos pede algum objeto pessoal emprestado, e sem contar quando o pedido envolve, especificamente, dinheiro, todos nós, indistintamente, fazemos uma análise de crédito, mesmo que por poucos segundos, sem utilizar de qualquer critério tido como mais técnico ou intuitivo. É mais que certo que nos perguntaríamos: será que ele vai me devolver a coisa? Será que ele não vai quebrá-la? ... É comum nestes momentos, inclusive ao entregarmos a coisa, pelo que não cobramos qualquer valor (que seria a taxa de risco), apenas enfatizarmos, quase em meio a um suspiro e último olhar: ... vê lá! Não vá me quebrar hein? ... por favor, me devolva na sexta...

Assim, percebe-se que a análise do crédito está presente em qualquer tipo de empréstimo, desde o empréstimo de um simples objeto a uma pessoa da família

até aos empréstimos de cunho profissional que requerem critérios mais apurados para sua concessão.

Dessa forma, como a todo crédito depreende-se uma análise para sua concessão, este se torna um ato voluntário do credor, ou seja, ele pode decidir em concedê-lo ou não. Ainda, há um tempo estipulado previamente para a devolução do objeto do crédito. Nesse sentido relata SCHRICKEL (1998, P. 25): “crédito é todo ato de vontade, ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte de seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que essa parcela volte a sua posse integralmente, após decorrido o tempo estipulado”.

Quanto ao objeto do crédito, para o autor, este pode ser o dinheiro em si, como, por exemplo, o crédito concedido pelas entidades bancárias, ou também pode ser bens materiais: “Esta parte dos bens pode estar materializada por dinheiro (empréstimo monetário) ou bens (empréstimos para uso, ou vendas com pagamento parcelado, ou a prazo)” (SCHRICKEL, 1998, p. 25).

No que se refere às instituições financeiras, também segundo esse autor, estas atuam na concessão de crédito como intermediárias de recursos captados de terceiros, exercendo assim uma função especial nesse processo:

O patrimônio a ser cedido deve ser próprio. Com efeito, não nos é factível ceder coisa alheia sem expresse consentimento de seu legítimo proprietário. As instituições financeiras não seguem estritamente este postulado, porquanto são agentes intermediadores de riquezas (poupanças) e do meio circulante, devidamente autorizadas pelas autoridades monetárias. Atuando na captação e empréstimos de recursos, não necessária e unicamente próprios, estas instituições são intimamente controladas por aquelas autoridades (SCHRICKEL, 1998, p.25).

Através dessa intermediação de recursos, as instituições financeiras exercem sua função de multiplicar a moeda escritural ou bancária. Elas não criam capitais com o crédito que fornecem ao mercado, mas exercem uma das funções mais importantes do crédito que é a de alocar os recursos das áreas em que são abundantes para as de escassez, fomentando o crescimento econômico, pois:

Do mesmo modo que a troca não cria mercadorias, o crédito não cria capitais. Mas são relevantes os serviços que presta à economia, permitindo a utilização e disseminação dos capitais existentes. Como ensinam todos os manuais de Economia constitui função e efeito do crédito salvar da esterilidade, fecundar milhões e milhões de capitais que serão utilmente empregados na criação de riquezas e que permaneceriam improdutivos nas mãos de quem não quer ou não podem utiliza-los diretamente (BORGES, 1983, p.8).

Conforme explica FORTUNA (1999), embora as instituições financeiras não criem capitais através do crédito, elas aumentam os meios de pagamento da economia, à medida que o crédito vai sendo concedido a seus clientes e parte dele retorna como depósito à vista, que novamente é devolvido ao mercado em forma de novos empréstimos, e assim sucessivamente. Esse processo de crédito financeiro é regulamentado pelas autoridades monetárias e um de seus mecanismos de controle do crédito é o depósito compulsório, que é o percentual dos depósitos bancários obrigatoriamente recolhidos ao Banco Central de forma que essa parcela não possa ser reemprestada pelos bancos ao mercado. Quando o governo quer restringir o crédito na economia ele aumenta o depósito compulsório e vice-versa. Assim destaca FORTUNA (1999, p. 59):

Aos bancos comerciais é privativo receber em depósito os recursos monetários de economia (pessoas físicas e jurídicas), tanto sob a forma de moeda manual, quanto escritural (depósito à vista), que são multiplicados por essas instituições pelo mecanismo operacional: **'depósitos geram empréstimos, e estes geram novos depósitos'**. O Banco Central, portanto, cria moeda, e os bancos comerciais têm o poder de multiplicá-la, aumentando o volume dos meios de pagamento.

Outra política monetária muito utilizada pelo atual governo brasileiro, visando o controle da inflação, é a redução do crédito na economia. Através do aumento da taxa de juros (atualmente a taxa básica financeira está em 26,5% a a) a demanda pelo crédito é reduzida. Com menos crédito o consumo geral da economia cai e os preços tendem

a permanecer como estão. Por outro lado, segundo Rossetti (1989) quando o crédito na economia aumenta e ocorre um excesso de moeda na economia, em relação aos bens e serviços disponíveis, há uma grande pressão inflacionária caracterizada como inflação de demanda.

De uma forma geral, para uma determinada economia, o crédito pode ser visto de duas maneiras. Uma com visão otimista, que apresenta somente os pontos positivos do crédito, tais como possibilidades de incremento nos negócios, crescimento econômico, financiamentos para melhorar as condições sociais da população de menor renda etc.

Outro ponto de vista, não menos real que o primeiro, é o fato de não se poder ignorar as consequências negativas que o excesso de crédito pode gerar em decorrência do alto nível de endividamento e do aumento da inflação. A realidade brasileira, até meados dos anos 90, reflete bem essa situação com inflação incontrolável e desaceleração no crescimento da economia, grande parte devido ao volume de crédito internacional concedido ao Brasil nos anos 70, que levou o país a um alto nível de endividamento. Essa visão é apresentada por SILVA (1988, p.23) quando apresenta o seguinte:

O crédito pode ainda fazer com que as empresas aumentem seu nível de atividade; estimular o consumo influenciando na demanda; cumprir uma função social ajudando as pessoas a obterem moradia, bens e até alimentos; facilitar a execução de projetos para os quais as empresas não disponham de recursos próprios suficientes. A tudo isso, por outro lado deve-se acrescentar que o crédito pode tornar empresas ou pessoas físicas altamente endividadas, assim como pode ser forte componente de um processo inflacionário.

Esse autor também destaca a importante função dos bancos comerciais como intermediários do crédito. E ela é exercida à medida que os bancos canalizam os recursos captados junto ao público para atender a demanda de crédito de seus clientes, pois:

Para um banco comercial, as operações de crédito se constituem em seu próprio negócio. Dessa forma, o banco empresta dinheiro ou financia bens aos seus clientes, funcionando como uma espécie de 'intermediário financeiro', pois os recursos que aplica são captados no mercado através dos depósitos efetuados por milhares de clientes-depositantes. Na sociedade como um todo, temos pessoas (físicas e jurídicas) cujas rendas excedem o consumo, o que resulta numa determinada poupança, enquanto existem oportunidades de investimentos para os quais são necessários recursos. A função do 'intermediário financeiro' é a de atuar como receptor de recursos, isto é, da poupança das pessoas, com o objetivo de canalizá-los para fontes produtivas (SILVA, 1988, p. 22).

A forma mais comum de crédito numa instituição financeira é o empréstimo monetário, mas existem também outras formas como destaca SILVA (1988, p.23):

A concessão de crédito num banco comercial, portanto, consiste em emprestar dinheiro, isto é, colocar à disposição do cliente determinado valor monetário em determinado momento, mediante promessa de pagamento futuro, tendo como retribuição por essa prestação de serviço determinada taxa de juros cujo recebimento poderá ser antecipado, periódico ou mesmo ao final do período, juntamente com o principal emprestado. Existem, além da operação de empréstimo, diversas outras operações de crédito, como financiamento de bens para os clientes; concessão de fianças; desconto de duplicatas.

2.1.1 Os C's do Crédito

No processo decisório do crédito, geralmente, o agente financiador tem como parâmetros alguns fatores ao definir sobre a concessão ou não do crédito e o seu montante. Vários autores citam esses fatores chamando-os de os "C's" do crédito e os apresentam como sendo partes integrantes da análise do crédito. Para Weston e Brigham (1972), os cinco C's do crédito são: caráter, condições, capacidade, capital e colateral. Porém, SILVA (1988) acrescenta o sexto C que é o conglomerado.

SCHRICKEL (1998, p. 48) apresenta uma subdivisão entre os C's do crédito em aspectos pessoais: caráter e capacidade; e aspectos financeiros: capital

e condições.

Para ele o quinto C colateral deve ser considerado, ou exigido, quando os C's dos aspectos financeiros, capital e condições, não forem suficientes para a decisão do crédito.

GITMAN (1997, p. 696-7) também cita os cinco C's do crédito enfatizando os aspectos pessoais, caráter e capacidade, considerando-os como os fatores mais importantes para a concessão de empréstimos, pois o analista de crédito geralmente dá maior importância aos dois primeiros C's –caráter e capacidade - uma vez que eles representam os requisitos fundamentais para a concessão de crédito a um solicitante. A consideração para os demais C's - capital, colateral e condições - é importante para a definição do acordo de crédito e tomada de decisão final, a qual depende da experiência e do julgamento do analista.

2.1.1.1 Caráter

O caráter é um dos aspectos pessoais do crédito. Segundo SCHRICKEL (1998, p 48) esses aspectos pessoais do crédito são: caráter e capacidade.

Por ser um fator pessoal torna-se muito difícil uma análise cem por cento segura em relação ao caráter de um pretendente de crédito. Por isso o analista recorre a dados históricos para verificar como o tomador de crédito honrou seus compromissos anteriores, se tem restrições junto aos órgãos de proteção ao crédito e se foi pontual no pagamento de possíveis créditos anteriores.

Nesse sentido GITMAN (1997, p. 696) reporta-se ao caráter como sendo "... o histórico do solicitante quanto ao cumprimento de suas obrigações financeiras, contratuais e morais".

Mesmo considerando esses aspectos não fica descartada a possibilidade de a qualquer momento o credor deixar de ter esse "caráter", ou seja, mudar a sua forma de agir em relação aos credores ao longo do tempo. Preocupação apresentada por SILVA (1988, p. 130) quando cita o ditado popular: "alguém é

honesto até o dia em que o deixa de ser."

Um ponto muito importante na análise do caráter do tomador do crédito é uma correta identificação do mesmo. Conhecer bem o pretendente e comprovar suas informações, através da verificação de documentos, torna mais segura a análise do caráter. A identificação é de fundamental importância para a avaliação da cliente. No caso de pessoa jurídica este aspecto adquire grande relevância, à medida em que a correta identificação da empresa, com base em seu contrato/estatuto social e demais documentos, contribui de forma decisiva, para a concessão do crédito mais segura, evitando, inclusive, fraudes (concessão de crédito a empresas inexistentes). (SECURATO, 2002)

Outro aspecto sobre a difícil análise do caráter, considerado por Silva (1988, p.130) é que há casos em que, até mesmo sem a intenção, o devedor se vê na necessidade de pagar sua dívida em razão de interesses próprios de continuar recebendo crédito.

Neste caso o devedor pagará a dívida nem tanto em consideração a seu *caráter*, mas sim por uma necessidade de manter seu crédito e dar continuidade a seus negócios.

Para ressaltar ainda mais a relevância do caráter em relação ao crédito destaca-se que para SCHRICKEL "... este é o mais importante e crítico "C" em qualquer concessão de crédito, não importando, em absoluto, o valor da transação" pois: "Como um empréstimo, a rigor, é a permuta de alguma coisa tangível... é imperativo que o devedor tenha o *animus* de devolver a coisa após decorrido o prazo convencionado pelas partes. O Caráter, relacionado aos empréstimos em geral, diz respeito, portanto, à determinação de pagar do tomador" (SCHRICKEL, 1998, p.48).

Outros pontos que merecem destaque quanto ao "C" caráter estão relacionados abaixo:

a) Restrições ao crédito: Consultas aos órgãos de proteção ao crédito poderão contribuir para se analisar o caráter do pretendente ao crédito. Através dessas

pesquisas pode-se levantar os dados históricos do cliente e verificar a existência ou não de restrições ao crédito. SANTI FILHO (1997, p. 17) cita algumas dessas restrições como, por exemplo, protestos, concordatas, falências, ações judiciais e de penhora, emissão de cheques sem fundos e atraso no pagamento de impostos. O autor também cita as fontes de informações para a obtenção destes eventos restritivos como: os cartórios, empresas como o SERASA, o Banco Central, jornais de grande circulação e especialidades em matéria econômica.

b) Fidelização e tempo de vida da empresa: Fidelidade é o compromisso do cliente em permanecer como parceiro da instituição que lhe prestou um atendimento para suprir suas necessidades. A fidelização está diretamente relacionada com o tempo e com o nível de realizações de negócios por parte do cliente. O tempo de vida da empresa pode mostrar o grau de experiência e a forma de atuação no ramo de atividade e com isso os negócios deverão ser mais bem sucedidos. Dessa forma são pontos relevantes a serem considerado no momento da análise do crédito. Os dados históricos de uma empresa constituída a pouco tempo, certamente, não contribuirá em muito no momento da análise do crédito, a não ser que seus sócios tenham um histórico favorável ou a empresa seja parte de um conglomerado como veremos mais a diante (SECURATO, 2002)

c) Inadimplência

A inadimplência refere-se ao não pagamento de um empréstimo no prazo combinado entre as partes. “As empresas tornam-se inadimplentes por terem retornos baixos ou negativos, sendo incapazes de pagar obrigações, no vencimento, ou tendo mais ativos que passivos” (GITMAN, 1997, p. 757) Além de se considerar que a inadimplência pode ser decorrente do caráter do devedor, ou seja, da vontade de não pagar a obrigação, existem outras causas da inadimplência como as apresentadas por GITMAN (1997) que considera a principal delas a má administração da empresa, como também dificuldades setoriais em tempo de crises

econômicas. Dessa forma, ela se torna também um fator relevante para a análise de novos créditos para um determinado tomador, pois se ele porventura não honrou com pontualidade alguma dívida anterior, o grau de risco de negócios futuros será agravado.

2.1.1.2 Capacidade

A capacidade de se honrar o pagamento de um determinado empréstimo pode ser analisada sob vários aspectos de forma a se mensurar as habilidades do devedor pagar suas dívidas, no âmbito interno de suas atividades. Nesse sentido, *capacidade* é "... o potencial do cliente para quitar o crédito solicitado. Análises das demonstrações financeiras, com ênfase especial nos índices de liquidez e endividamento são geralmente utilizadas para avaliar a capacidade do solicitante do crédito". (GITMAN, 1997, p. 696)

A utilização dos indicadores de liquidez na determinação da capacidade é muito oportuna, pois o conceito de *capacidade* e *liquidez* é muito parecido. A diferença é que, quando se trata de liquidez, além da capacidade que é o potencial do cliente em quitar o crédito, deve haver pontualidade quanto ao prazo combinado. Pois, "... a liquidez é a capacidade de liquidar obrigações **em dia**". (SCHRICKEL, 1998, p. 223)

No caso de empresas de pequeno porte que elaboram suas demonstrações financeiras apenas para atender ao fisco e, geralmente, não expressam a realidade, a análise sobre os indicadores financeiros fica comprometida. Deve-se, então, levantar informações gerenciais com esse intuito.

Assim, argumenta SANTI FILHO (1997, p. 29): "O 'C' capacidade refere-se a competência do cliente e constitui-se num dos aspectos mais difíceis de avaliação de risco. Integra o risco subjetivo e a responsabilidade por seu exame e verificação é do profissional que está em contato direto com o cliente: o gerente de operações ou o gerente de negócios". Outras formas de análise de capacidade poderão também

ser usadas, como, por exemplo, uma investigação, segundo SILVA (1988, p. 149 a 151), sobre aspectos como a estrutura organizacional que pode revelar o grau de modernização de seus produtos e serviços; o sistema de informações gerenciais para prestar informações cada vez mais rápidas e seguras de forma a manter a competitividade da empresa; o sistema de marketing da empresa, para ganhar e manter mercados e garantir um faturamento condizente com sua estrutura assim como o grau de investimento em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos e manutenção da lucratividade.

Para bem se avaliar a capacidade do tomador de crédito o emprestador deve conseguir as respostas a uma série de perguntas segundo SECURATO (2002) que referem-se a dados pessoais do mesmo tais como à idade, grau de educação e formação acadêmica, experiência profissional, posicionamento gerencial sobre os negócios, se é inovador, conservador, arrojado ou econômico; além de informações mercadológicas sobre o negócio como se é do tipo familiar e se tem liderança no mercado.

Tendo essas informações como apoio para se medir a *capacidade* do devedor, deve-se efetuar uma análise mais voltada ao aspecto gerencial do negócio e aos recursos humanos do devedor. Enfatizando os valores educacionais, capacitação profissional e forma de gestão como maneira de se analisar a capacidade de pagamento e de permanência das empresas no mercado.

O aspecto mercadológico é apresentado por SILVA (1988), como citado acima, voltada para a análise das estratégias utilizadas pela empresa de forma a se manter competitiva, acompanhando as inovações na estrutura, nos produtos e serviços, mantendo sua lucratividade e contribuindo para sua permanência no mercado, o que levará ao bom termo de seus negócios com os credores e, conseqüentemente, à determinação de sua capacidade em honrar seus compromissos.

Ainda, no que se refere à capacidade alguns aspectos devem ser mencionados:

a) Faturamento e lucro: Considerando o aspecto técnico da capacidade de pagamento, ou seja, enfatizando as demonstrações financeiras e os índices de liquidez e endividamento, como destacado por GITMAN (1997, p.696), é impossível não se reportar ao nível de faturamento do emprestador. O faturamento de uma empresa é o montante de suas vendas. O valor das vendas é o primeiro item apresentado nas demonstrações de resultado do exercício para se apurar o resultado final da empresa. Assim, o retorno sobre essas vendas deve ser a principal preocupação de um empreendedor: considerando que qualquer empresa tem como objetivo primordial vender os produtos que fabrica (aqui considerado uma indústria), justo é que o *Retorno sobre as Vendas*, isto é sua *margem*, seja uma das preocupações básicas e iniciais de qualquer empreendimento empresarial.

b) Ciclo de caixa: Para a determinação da capacidade de pagamento, outro aspecto técnico a ser analisado é o ciclo de caixa do emprestador. Pois, "... os empréstimos são pagos com caixa gerado durante o ciclo operacional da empresa. A habilidade da equipe de gerenciamento de gerar caixa suficiente para satisfazer todas as obrigações é o que se chama de capacidade" (RUTH, 1991, p. 117). Uma das principais preocupações do administrador financeiro é a de procurar encurtar o máximo o ciclo de caixa através de estratégias de administração de estoques, duplicatas a receber e duplicatas a pagar, tendo em vista que "... o ciclo de caixa de uma empresa representa o período de tempo que vai do ponto em que se faz um desembolso para adquirir matérias-primas até o ponto em que é recebido o pagamento pelas vendas do produto acabado resultante". (GITMAN, 1997, p. 669) Assim, quanto menor for o ciclo de caixa, melhor será a situação financeira da empresa, pois esse ciclo representa o período em que a empresa terá que arcar com determinado recurso para sua operacionalização. Partindo dessa premissa, pode-se também entender que quanto menor for o ciclo de caixa, maior capacidade terá a empresa em liquidar seus empréstimos, pois menos recursos ela vai precisar empregar nesse ciclo.

2.1.1.3 Capital

O capital, considerado como um dos C's do crédito refere-se à solidez da empresa, ou à estrutura de composição da mesma no sentido de a empresa ter recursos próprios que aplicados na atividade produtiva vai gerar resultados que permitirão arcar com o ônus dos créditos conseguidos junto a terceiros. Assim, para uma análise de crédito, é importante verificar o montante de capital próprio que é empregado em uma empresa e também sua estrutura, comparativamente, ao capital de terceiros, o que deverá gerar receita capaz de saldar os empréstimos realizados.

Como apresenta SECURATO (2002), o capital refere-se aos fundos disponíveis para operar uma empresa. A esse respeito existem duas considerações fundamentais a fazer: o montante de capital patrimonial que os proprietários investiram na empresa e o grau de eficiência com que o total do capital é nela empregado. Geralmente, é um mal sinal quando a participação de capital dos proprietários é consideravelmente menor do que a participação de capital de credores. Esse grau de eficiência do emprego do capital na empresa, poderá contribuir na análise do risco do crédito. A um determinado grau de lucratividade do capital, e também dependendo da composição do mesmo, haverá ou não propensão para se saldar os empréstimos efetuados. Nesse sentido argumenta GITMAN (1997, p. 696) quando define o C capital como sendo "... a solidez financeira do solicitante, conforme indicada pelo patrimônio líquido da empresa". E ainda, enfatizando a importância da utilização dos indicadores econômico-financeiros na avaliação do C capital o mesmo autor destaca que "... o total de exigíveis (a curto e longo prazo) em relação ao patrimônio líquido, bem como os índices de lucratividade são freqüentemente usados para avaliar o capital do demandante do crédito".

A análise de crédito, quando se trata de pessoa jurídica, principalmente, no que se refere ao capital, é baseada no patrimônio do tomador do empréstimo, mas não só considerando o montante desse patrimônio, o que poderia ser medido pelo seu Patrimônio Líquido, ou capital social, mas sim a forma como ele está investido,

sua composição em relação ao capital de terceiros, sua taxa de retorno e outros indicadores revelados pela análise econômico-financeira da empresa. Sobre a questão expõe SCHRICKEL (1998):

No caso das empresas, o conceito de capital é mais perceptível, eis que até intuitivamente nos vem a mente a figura do Capital Social constante em seu balanço patrimonial. Contudo, a idéia de Capital não deve restringir-se à mera rubrica Patrimônio Líquido do balanço, mas transcendê-la, alcançando toda estrutura econômico-financeira da empresa. Como se sabe, classicamente o Capital Social é o investimento feito pela empresa no sentido de gerar lucro. Contudo, não é tão-somente daquela cifra que são auferidos tais lucros, mas de toda uma estratégia econômico-financeira, que pode muito bem, dependendo do setor de atuação da empresa, não demandar vultosas somas de recursos próprios, o que é compensado por uma grande capacidade de alavancagem de fundos no mercado, à vista de um eficiente fluxo financeiro. (p. 52).

Enfim, o C capital no âmbito da análise do crédito procura identificar se o tomador do crédito, pela quantidade e forma de aplicação de recursos na empresa, tem condições financeiras de saldar seus empréstimos no prazo combinado.

2.1.1.4 Condições

A análise a ser feita considerando o C condições é a observação das variáveis micro e macro econômicas externas à atividade do tomador do empréstimo. Segundo SECURATO (2002), as condições dizem respeito ao micro e macrocenário em que o tomador de empréstimos está inserido. No caso de empresas, tal cenário é o ramo de atividade e economia como um todo. Vale dizer, é muito importante saber avaliar o momento do empréstimo.

A identificação de tendências setoriais, crescimento e recessão de mercados relacionados com o ramo de atividade da empresa, sua dependência do governo, do mercado externo, informações sobre concorrência do setor e políticas econômicas que possam vir a alterar as condições de comercialização de produtos relacionados com sua operacionalização, são alguns fatores de auxílio para a

identificação das condições que poderão ser favoráveis ou não ao retorno do crédito concedido.

Nesta mesma linha de pensamento, ou seja analisando as variáveis externas em relação ao tomador de empréstimos, argumenta SANTI FILHO (1997), o "C" condições envolve fatores externos à empresa. Integra o macroambiente em que ela atua e foge de seu controle. Medidas de política econômica (restrição ao crédito, política cambial e de juros, abertura do mercado mediante alterações nas alíquotas de importações etc.), fenômenos naturais e imprevisíveis (ligados ao clima, por exemplo) e riscos de mercado e fatores de competitividade são os principais aspectos que moldam a análise do "C" condições.

Porém, além de se analisar as condições do tomador do empréstimo, em alguns casos, circunstâncias especiais poderão influenciar favoravelmente a outra parte na concessão do crédito. Essas circunstâncias podem ser "... as condições econômicas e empresariais vigentes, bem como circunstâncias particulares que possam afetar qualquer das partes envolvidas na negociação". (GITMAN 1997, p. 697). Um exemplo, citado por esse autor, poderia ser que para solucionar o problema da existência de grande volume de mercadorias "encalhadas" a concessão de crédito para venda a prazo desse estoque poderia ser facilitada. Ou seja, nesses casos, tanto o tomador quanto a empresa que oferece crédito fazem parte da avaliação das condições.

Para uma análise mais segura sobre as condições que envolvem os negócios relacionados ao crédito é necessária uma avaliação cuidadosa a respeito do segmento de mercado em que atua o pretendente ao crédito, bem como o nível de concentração de suas vendas.

2.1.1.5 Colateral

Colateral significa garantia. Esse C do crédito deve ser, como os demais, sempre analisado no conjunto da situação em que deve ocorrer o crédito.

SECURATO (2002) define garantia, em seu aspecto de risco, como a vinculação de um bem ou de uma responsabilidade conversível em números que assegure a liquidação do empréstimo.

É natural que se o pretendente ao crédito, por exemplo, não tiver caráter, mesmo oferecendo suficientes garantias, o risco desse empréstimo voltar no prazo combinado será muito grande. A garantia nunca deve ser o motivo para se efetuar o crédito. Somente ela não faz com que o crédito retorne no prazo combinado. Ações judiciais para cobrança do crédito inadimplente podem ser muito demoradas e na maioria das vezes serão questionadas muitas cláusulas do acordo previamente firmado entre as partes. A intenção de qualquer instituição de crédito é ter o retorno dos empréstimos concedidos nos prazos combinados para que possam realizar novos negócios com rendimento melhor que pendências nos tribunais de cobrança de devedores inadimplentes, que podem se arrastar por anos sem solução.

Dessa forma, SANTOS (2000, p.33) qualifica as melhores garantias como sendo "... as de maior liquidez, especialmente as chamadas autoliquidáveis, ou seja, aquelas cuja conversão em caixa e respectiva liquidação do contrato de crédito independem de sentença judicial".

Enquanto Santos (2000) aponta as qualidades da garantia Gitman (1997) preocupa-se com sua quantidade, pois este é outro tipo de análise que deve ser feita sobre o colateral, ou seja, verificar se as garantias oferecidas no contrato de crédito são suficientes para quitar a dívida em caso de inadimplência. Assim menciona GITMAN (1997, p.696) sobre o assunto: "Colateral é o montante de ativos colocados à disposição pelo solicitante para garantir o crédito. Naturalmente, quanto maior esse montante, maior será a probabilidade de se recuperar o valor creditado, no caso de inadimplência".

Porém sua existência, mesmo que seja de autoliquidez e de montante suficiente, não assegura totalmente o pagamento do crédito no prazo combinado, nem deve ser a justificativa para a concessão de empréstimos. Como argumenta SANTOS (2000, p.34): "... a decisão de conceder crédito deve ser baseada na

capacidade de reembolso do cliente e não sobre as garantias” e ainda, “... a finalidade da garantia é evitar que fatores imprevisíveis, ocorridos após a concessão do crédito, impossibilitem a liquidação do empréstimo”

Dessa forma, na análise do crédito considerando os C's do crédito, em alguns casos uma deficiência em um desses C's pode ser compensado por uma análise positiva dos outros. Porém, no caso de insuficiência no item caráter, o melhor mesmo é não conceder o crédito, pois o risco de inadimplência é grande, mesmo que se agregue garantia suficiente e de qualidade ao negócio.

2.1.1.6 Conglomerado

A análise para a concessão de crédito a empresas que participam de um grupo econômico deve ser feita de forma geral para todo o conglomerado. Geralmente as empresas pertencentes a um determinado grupo seguem as tendências desse grupo. A preocupação com o conglomerado como um todo é papel do analista no momento da investigação de todos os C's do crédito, pois se o grupo econômico é bem ou mal avaliado quanto aos itens caráter e capacidade, por exemplo, dificilmente uma das empresas desse grupo em particular será avaliada diferentemente.

Esta é a visão de SILVA (1997) que adicionou este C conglomerado aos demais C's do crédito, pois este se refere a análise não apenas de uma empresa específica que esteja pleiteando crédito, mas ao exame do conjunto, do conglomerado de empresas no qual a pleiteante de crédito esteja contida. “Não basta conhecer a situação de uma empresa, é preciso que se conheça sua controladora (ou controladoras) e suas controladas e coligadas para se formar um conceito sobre a solidez do conglomerado”. (p. 88)

2.1.1.7 Outros fatores considerados para a concessão de crédito

Outros fatores importantes a ser observados para se analisar a performa

da empresa e se chegar à decisão correta quanto ao crédito a ser concedido, além dos vários já considerados são: quanto às instalações da empresa, se são em imóveis alugados ou próprios; o grau de informatização da mesma e a questão da seguridade (SILVA, 1997).

a) Imóveis alugados

A empresa que atua em imóvel próprio transmite uma imagem de solidez e segurança ao analista de crédito. Se ela possui o imóvel onde desempenha suas atividades, dependendo de seu valor, ele pode reforçar o rol de garantias para o crédito. Além disso, se essa empresa apresenta um grau de liquidez condizente com os níveis do setor, e ainda assim apresenta saldo no imobilizado (imóveis), provavelmente isso vai influenciar positivamente em seus índices econômico-financeiros.

Porém, nunca se deve desprezar as que atuam em imóveis alugados, pois existem vários motivos (positivos) pelos quais uma empresa pode justificar o pagamento de aluguel.

Ela pode optar em pagar aluguel pela viabilidade econômico-financeira. Em alguns casos, dependendo do valor do aluguel, o montante a investir para aquisição de imóvel próprio, se aplicado em outros ativos, trará retorno econômico maior que o valor do aluguel, como por exemplo, investir em marketing, para fortalecer a marca e abranger maior mercado. Ou por outro lado, se considerar o custo financeiro do investimento em imóvel próprio, este pode ser maior que o valor do aluguel. Nestes casos a melhor opção financeira é continuar pagando aluguel.

As empresas que já atuam em imóveis alugados, em alguns casos, não pretendem sair do local para não perder o fundo de comércio, também chamado de "ponto". As desvantagens econômicas poderiam ser incalculáveis se mudasse de localização. Devido a escassez de recursos do mercado, ao invés de investir em imóveis, preferem deixar os recursos financeiros disponíveis com a intenção de aproveitar os negócios de ocasião e assim aumentar a lucratividade da empresa.

Por outro lado, o pagamento de aluguel pode representar uma despesa

significativa para determinadas empresas que necessitam de grande espaço físico, o que pode comprometer a sua lucratividade.

b) Informatização

A empresa que não utiliza a informática em suas operações, certamente, está perdendo competitividade no mercado, o que poderá comprometer sua continuidade. Não só a informatização deve ser considerada pelo analista do crédito, mas também se a empresa utiliza um sistema de informações gerenciais adequado que possa prestar as informações seguras e corretas, no momento certo para o controle, a tomada de decisão, análises econômico-financeiras e a um custo condizente com a situação da empresa.

Grande parte das empresas ainda não se conscientizou da importância, não só da informatização (utilização de *hardware* e *software*), mas da utilização adequada de um sistema gerencial de informação, incluindo as pessoas e a forma de manipulação dos dados para assim torná-las modernas e competitivas no mercado. A correta interação entre as máquinas, os programas, as pessoas e os dados que são manipulados que trará resultados positivos para a organização. Assim, é imprescindível que a empresa moderna seja administrada com visão sistêmica, visão essa arquitetada através da interação entre as ferramentas (máquinas e programas compatíveis) com o fator humano bem preparado e especializado, tendo em vista as inovações e aperfeiçoamentos, tanto internamente na organização como em sua integração com o ambiente externo, uma vez que esse aspecto passa a ser uma questão de sobrevivência diante do acirramento da competitividade do mercado.

c) Seguridade

Se a empresa tomadora de crédito possui seguro de suas máquinas e instalações, isso representa um risco a menos ao crédito, pois em caso de alguma fatalidade climática como temporais, ou mesmo um incêndio que possa danificar a

empresa, ela será ressarcida podendo dar continuidade a suas atividades e, conseqüentemente, saldar o crédito obtido.

Essa é uma das preocupações de SCHRICKEL (1998, p.53) quando trata dos ativos fixos da empresa ao analisar o C capital: "Será necessário ponderar o quão adequado e suficientes são tais ativos: há espaço físico suficiente e adequado? as instalações são planejadas? As máquinas são modernas vis-à-vis às dos competidores? há seguros? Podem ser acomodadas novas expansões? etc."

O seguro empresarial, principalmente relativo a incêndio e vendaval, representa uma despesa quase que insignificante, se comparada ao montante das despesas de uma empresa. Se este seguro não for contratado com a intenção de redução de despesas, esta redução mínima poderá causar graves problemas à empresa e até comprometer sua continuidade caso ocorra algum sinistro.

2.2 RISCO

Envolve os riscos internos e externos às empresas, os relacionados aos C's do crédito bem como os riscos relativos às operações de crédito objeto de legislação específica do Banco Central para acompanhamento e controle dos níveis de riscos dos créditos referentes ao sistema financeiro nacional.

Para SCHRICKEL (1998, p.35) o termo risco está inteiramente relacionado a eventos futuros. Para muitos desses eventos existem previsões quanto ao futuro, mas nunca com certeza de que poderá ocorrer, nas medidas exatas, aquilo que se previu. Há sempre um certo grau de incerteza. Mesmo que essas previsões sejam feitas com base em dados históricos através de estudos e métodos estatísticos e se consiga definir probabilidades de acontecimentos futuros, ainda assim, essas probabilidades não são cem por cento seguras.

Todo crédito concedido está sujeito a um certo risco porque ele pode não ser devolvido pelo tomador. Mesmo estando amparado por garantias e analisadas as condições para o devedor devolver o crédito, não existe uma certeza de que o

devedor irá honrar seu compromisso dentro do prazo combinado. Dessa forma, “pelo fato de esta cessão patrimonial envolver expectativas quanto ao recebimento de volta da parte cedida, é imperativo reconhecer que a qualquer crédito está associada a noção de risco”.(SCHRICKEL, 1998, p. 25)

Em relação ao risco do crédito há autores que fazem distinção entre as definições de risco e incerteza. Seguindo esta tendência:

“Risco: existe quando o tomador de decisões basear-se em probabilidades objetivas para estimar diferentes resultados, de modo que sua expectativa se baseia em dados históricos e, portanto, a decisão é tomada a partir de estimativas julgadas aceitáveis pelo tomador de decisões (SILVA, 1988, p.34)”.

Enquanto:

Incerteza: ocorre quando não se dispõe de dados históricos acerca de um fato, o que poderá exigir que o tomador de decisões faça uma distribuição probabilística subjetiva, isto é, baseada em sua sensibilidade pessoal. (SILVA, 1988, p. 34).

Para SILVA (1988), é distinta a definição de risco e incerteza, enquanto outros autores tratam do risco de crédito incluindo a incerteza como parte integrante do mesmo.

Contudo, deve ser destacado para ser utilizado neste trabalho é que o risco de crédito refere-se à variabilidade quanto ao retorno futuro e incerto relacionado a algum ativo objeto de crédito; ou, simplesmente, à possibilidade de perda futura em razão de uma decisão de análise de crédito.

Na análise do crédito há vários tipos de riscos que devem ser considerados para um estudo detalhado e para que o mesmo seja bem sucedido. Uma das formas de classificação desses tipos de riscos para melhor visualização e análise foi apresentada por SILVA (1988) que os separou em internos e externos em relação à empresa tendo como foco atividades comerciais e industriais.

Outra dessas formas de avaliação de risco, porém um pouco mais voltada para a atividade do gerente de crédito que acompanha o desenvolvimento do

negócio e por isso é capaz de detectar, com antecedência, possíveis problemas com o crédito concedido, é apresentado por SANTI FILHO (1997) que relaciona vários critérios de pontuação, separadamente, para os diversos C's do crédito.

Ainda, uma terceira maneira de controle e supervisão do risco é a realizada por agentes externos à empresa credora. Com o interesse de proteger todo o sistema de crédito financeiro o Banco Central atua como agente fiscalizador do risco das operações de crédito e estabelece normas a serem cumpridas pelas instituições financeiras.

2.2.1 Tipos de Riscos

Tanto o ambiente de atuação da empresa como o mercado no qual está inserida devem ser observados na análise do crédito, pois esse conjunto de situações favoráveis e desfavoráveis ao pretendente do crédito é que vai determinar ou não o seu retorno, ou seja, o seu risco. Alguns tipos desse risco são destacados a seguir.

2.2.1.1 Riscos internos à empresa

Estes riscos segundo SECURATO (2002) são os riscos ligados diretamente à atividade produtiva da empresa, tais como os relacionados à produção e ao produto como a possibilidade de escassez de matéria-prima, dificuldades com a mão-de-obra etc; riscos ligados à administração da empresa: principalmente em relação a empresas familiares; riscos ligados ao nível de atividade: se estão operando com uma capacidade muito abaixo do potencial; riscos ligados a sua estrutura de capitais: qual a relação entre capital próprio e de terceiros; riscos ligados à falta de liquidez ou à insolvência: a falta de liquidez é o risco que muito preocupa qualquer analista de crédito, pois é com os recursos líquidos que a empresa vai saldar seus empréstimos.

2.2.1.2 Riscos externos à empresa

Muitos riscos relacionados aos fatores externos têm reflexos diretos na situação econômico-financeira da empresa. Sua atuação depende do mercado local responsável pelo consumo de seus produtos e serviços, depende da situação macroeconômica do País e mesmo das condições da economia mundial, ainda que não dependa diretamente de importações e exportações para sua operacionalização. A economia globalizada requer uma análise muito mais ampla para o bom termo dos negócios de crédito.

Nesse sentido, para SILVA (1988, p. 36) esses riscos externos a atividade da empresa são: os riscos ligados a medidas políticas e econômicas como a intervenção do governo na economia através de suas medidas políticas e econômicas e alterações nos níveis de faturamento e lucratividade das empresas devido aos ciclos de recessão e expansão econômica; riscos ligados aos fenômenos naturais e a eventos imprevisíveis que não possam ser protegidos com apólices de seguros: riscos ligados ao tipo de atividade, por exemplo atividade que tem ciclo de vida muito curto: riscos ligados ao mercado com estratégias dos concorrentes quanto à competitividade e inovações tecnológicas refletidas em seus produtos; riscos ligados ao tipo de operação de crédito: a tendência é que os riscos se elevem a medida em que aumentem os prazos das operações de crédito.

Dessa forma o autor expõe as possibilidades de risco das atividades mais voltadas a empresas industriais e comerciais. Seguindo essas mesmas preocupações SANTOS (2000, p.17) apresenta esses fatores de riscos voltados às atividades bancárias e percebe-se, que mesmo diferindo vários fatores entre os dois autores, todos esses fatores de risco são aplicáveis para qualquer tipo de atividade quer industrial, comercial ou financeira.

Para ele os riscos internos nas operações de crédito financeiro são: profissionais desqualificados, controles de riscos inadequados, ausência de modelos estatísticos e concentração de empréstimo em tomadores de alto risco.

Os fatores externos para este autor são: inflação, desemprego, caráter dos tomadores, política de crédito e volatilidade das taxas de juros.

Percebe-se que embora não sejam os mesmos tipos de riscos apresentados pelos dois autores, todos esses fatores de risco são aplicáveis a qualquer tipo de atividade quer seja industrial, comercial ou financeira.

Na perspectiva de análise do administrador financeiro sempre haverá um dilema entre a maximização do retorno e o menor risco possível, pois referente ao crédito, quanto maior o risco, maior também será o retorno.

Sempre será necessário correr algum risco, pois a inexistência dele, por si só, já significa alguma perda. Perda de negócios, perda de possíveis ganhos financeiros, perda de um retorno maior, etc. Qualquer investimento, por mais seguro que seja, sempre haverá algum tipo de risco, por menor que seja.

Portanto, quanto maior o risco de um empréstimo, maior será a exigência de garantias por parte das instituições credoras, como forma de proteção. Em relação ao cliente, quanto maior o risco, menor será o volume de crédito a ser concedido.

Determinado risco de se fazer um mau negócio é aceitável. Porém é necessário que se estabeleça qual é esse nível aceitável.

Na busca de um ponto de equilíbrio para se descobrir qual o nível ideal de risco e retorno esperados, as empresas de crédito, como financeiras ou bancos, buscam técnicas cada vez mais criteriosas e ágeis, através de sistemas informatizados, para que o crédito seja fornecido rapidamente e na quantidade certa. Expõe SILVA (1988, p.38) a respeito: uma medida eficiente (e sistemática) de risco é algo indispensável para uma organização que analisa grande volume de propostas de negócios. A agilização e a uniformidade das decisões, seguindo os padrões definidos pela política de crédito, são fatores que trarão ótimos resultados para o banco comercial a partir da utilização de um modelo que dê uma medida de risco.

Dessa forma, na medida em que as instituições financeiras vão encontrando a maneira mais correta de se medir o risco e se aprimorem nessa

técnica, menor vai se tornando o nível de inadimplência de suas operações de crédito e conseqüentemente maior seu retorno financeiro.

2.2.2 Riscos Relativos aos C's do Crédito

A cada C do crédito podem ser estabelecidos critérios de medida de risco relacionado a suas peculiaridades. O risco global será determinado considerando cada uma dessas formas de se mensurar cada um desses C's.

a) Risco do crédito quanto ao C caráter

Relacionado ao risco do caráter SANTI FILHO (1997) seleciona quatro itens para pontuação: pontualidade, restrições, experiência em negócios e atuação na praça. Para SANTI FILHO (1997, p.16) "... deve-se considerar a pontualidade do cliente como um fator de grande relevância no risco do crédito" muito embora, em alguns casos essa impontualidade não é resultante da vontade de não pagar e sim de várias situações que são alheias à vontade do devedor, como crises econômicas que afetam a capacidade de pagamento etc.

As restrições são as anotações encontradas sobre o devedor, como protestos concordatas, falências e ações judiciais.

Quando se trata de clientes com experiência em negócios, ou seja, que já vem operando há algum tempo é de grande importância o "...registro de fatos desabonadores que porventura tenham marcado este relacionamento". (SANTI FILHO, 1997, p. 17)

Para que o nível de risco seja corretamente avaliado é também necessário se observar a atuação do cliente na praça, a forma de seu relacionamento com a comunidade.

Cada item desses deverá receber uma pontuação pelo gerente de crédito. A soma total de pontuação indicará o nível de risco do cliente segundo a classificação de SANTI FILHO (1997). Esses níveis são: risco **mínimo, baixo, considerável, elevado e total.**

Caso em algum daqueles itens considerados nesta avaliação o cliente tenha recebido pontuação zero, ele é considerado como de risco total. Nesse caso o crédito deve ser indeferido.

b) Risco do Crédito quanto ao C capacidade

Para avaliar o risco relativo ao C capacidade SANTI FILHO (1997) seleciona seis quesitos para pontuação. São eles: **estratégia empresarial e capacidade de adaptação** que enfoca o conhecimento da missão e as metas do negócio. A capacidade de adaptação refere-se a disposição para mudanças e aceitação do novo diante da competitividade acirrada do mercado.

A **gerência** cujo aspecto de avaliação é se “a administração é exercida de forma moderna (colegiada) e profissional” (SANTI FILHO, 1997, p. 35)

A **gestão relacionada à organização e controles** na qual será analisada a questão da qualidade e cumprimento das tarefas através de documentos de planejamento e controle gerencial.

Quanto à **gestão relacionada à tecnologia e equipamentos** o foco será o investimento em novas tecnologias agregados ao sistema gerencial de informação que trarão inúmeros benefícios ao processo de gestão.

Na **gestão relacionada ao capital de giro** será analisada a política de atuação da empresa em administração de estoques, pagamentos a fornecedores, prazos de recebimentos etc.

No que se refere a **capacitação dos dirigentes e tempo de atividade** é interessante notar, por exemplo, se a formação de administrador é compatível com o ramo de atividade da empresa. O tempo de atividade também deve ser considerado uma vez que “...estudos demonstram que na faixa de três a seis anos da data de fundação encontram-se os maiores índices de mortalidade das empresas” (SANTI FILHO, 1997, p.32), embora isso não possa ser considerado como uma regra.

Feita a pontuação é possível calcular o nível de risco do cliente quanto ao C capacidade através da somatória dos pontos obtidos. Esses níveis são os

mesmos relativos ao C caráter, com exceção do “risco total” e eles são utilizados pelo autor para os demais C’s do crédito, são eles: risco mínimo, risco baixo, risco considerável, risco elevado.

c) Risco do crédito quanto ao C condições

Seguindo a mesma sistemática anterior, para o C condições, SANTI FILHO (1997) seleciona quatro quesitos básicos, relacionados a fatores externos à empresa, que também são citados por Silva (1988, p. 36) e que integram o macroambiente político-econômico, pelos quais a mesma deverá ser analisada. São eles: a **política econômica** da empresa em relação a seus produtos e serviços e forma de atuação no mercado. Se suas vendas são pulverizadas, ou seja, se não são concentradas em poucos clientes; as estratégias de venda etc.

Os **fatores setoriais**, quesito que avalia como estão os negócios do setor em que atua, se está em expansão, ou recessão; qual a relação desse setor com políticas do governo etc.

Em relação à **competitividade** deve ser considerado o nível da concorrência das empresas, o poder de barganha dos fornecedores e dos compradores, as ameaças de entrada de novos concorrentes, o surgimento de novos produtos substitutos ou similares etc.

Quanto à **dependência do governo**, as empresas que têm como cliente o governo, em qualquer de suas esferas – municipal, estadual ou federal – podem ter sérios problemas de recebimento de suas vendas, ou prestação de serviços, em razão de problemas orçamentários ou de decisões políticas dos devedores.

Com esses parâmetros se estabelece o nível de risco entre mínimo e elevado como explicado no item anterior.

d) Risco do crédito quanto ao C capital

A análise de risco de crédito relacionado ao C capital é muito mais um trabalho técnico de investigação das demonstrações contábeis, visando a apuração

do nível de risco do cliente, do que uma análise gerencial do executivo de crédito, embora este possa utilizá-la como auxílio para a decisão do crédito.

Porém, em relação às micro e pequenas empresas, normalmente, o que se considera para a análise do C capital, não são as demonstrações contábeis. O que se utiliza são outros dados como, por exemplo, os relacionados ao faturamento e margem de lucro, ativos e patrimônio da empresa e dos sócios, pois, geralmente, as demonstrações contábeis dessas empresas são utilizadas apenas para cumprir determinação legal do fisco, não revelando a realidade.

Contudo, para as empresas, cujas demonstrações contábeis expressam a realidade dos fatos, SANTI FILHO (1997), relaciona cinco quesitos para pontuação e atribuição de riscos do C capital que são: o **perfil empresarial** que se refere a situação econômico-financeira da empresa e pode ser avaliado com informações e indicadores econômico-financeiros.

A **análise de rentabilidade do patrimônio líquido**, indicador de resultado que deverá auxiliar na análise do crédito pois: considerando que o patrimônio líquido expressa o montante de recursos próprios que está financiando os investimentos da empresa, o percentual tido pela relação entre o resultado líquido do exercício (lucro ou prejuízo) e o referido montante expressa como o lucro gerado remunera o capital dos proprietários ou o prejuízo reduz esta riqueza.(SANTI FILHO, 1997, p.79)

Em relação ao **equilíbrio das variáveis empresariais** constata-se que através dos indicadores econômico-financeiros é possível verificar como está a situação da empresa, se está equilibrada ao longo do tempo, se vem gerando resultados positivos sem muitas variações etc.

Quanto à **qualidade do ciclo financeiro**, também conhecido com ciclo de caixa, este envolve políticas de crédito da empresa como prazos de pagamento a fornecedores e recebimento de duplicatas, administração de estoques, de maneira que a empresa tenha fluxo de caixa condizente com suas necessidades financeiras etc.

Na **formação de capital de giro** é considerada a origem dos recursos para

financiar o capital de giro.

Do ponto de vista da análise de risco para concessão do crédito, o enfoque principal é sobre a capacidade de geração de recursos. Por meio dela pode ser verificado o equilíbrio operacional e financeiro, o equilíbrio entre a equação de rentabilidade e o conjunto das políticas financeiras de curto prazo e a capacidade de pagamento e endividamento da empresa. (SANTI FILHO, 1997, p. 120)

Com a somatória dos pontos desses itens avalia-se o nível de risco relacionado ao "C" capital.

2.2.3 Risco Global do Crédito

Após a avaliação do risco do cliente relativo aos C's caráter, capacidade, condições e capital é possível estimar qual o nível de risco global do cliente - mínimo, baixo, considerável ou elevado - através de ponderação entre os resultados de cada um desses C's.

Quanto à avaliação do C conglomerado, segundo SANTI FILHO (1997), deve ser considerada dos outros C's do crédito feita para todas as empresas do grupo que possuem participações societárias, atribuindo-se um dos níveis de risco, de mínimo a elevado, que fará parte da ponderação para se estimar o risco global da empresa em análise.

No que se refere ao C colateral, o mesmo autor, considera que primeiramente, deve-se estabelecer o risco global do cliente para que depois seja definida a garantia, que deve ser exigida conforme o nível de risco e política de crédito da instituição. Como exemplo de garantias ele sugere apenas o aval dos principais dirigentes para as operações de risco mínimo e baixo; hipoteca e aval para as de risco considerável e recomenda as garantias com autoliquidez, juntamente com hipoteca ou aval para os clientes de risco elevado (SANTI FILHO, 1997, p 149)

3 GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

Conceito de Gerenciamento de Riscos

Phillipp conceitua Gerenciamento de Riscos como um conjunto de medidas e procedimentos objetivos e previamente planejados destinados a enfrentar fenômenos associados a riscos

Antes de adentrar em alguns dos modelos utilizados pelas instituições financeiras para o gerenciamento do risco de seus créditos, cabe salientar a diferença entre empréstimo e financiamento conforme utilização no ambiente bancário. Empréstimo é o crédito sem direcionamento, ou seja, aquele que o tomador utiliza em suas necessidades mais diversas, sem que ela seja explícita no instrumento de crédito.

Financiamento é o crédito a ser empregado com um fim pré-determinado, como por exemplo, os financiamentos agrícolas, ou industriais. Se o crédito não for utilizado como rege o instrumento de crédito caracteriza-se desvio de recursos, o que poderá acarretar rompimento desse instrumento por motivo de descumprimento de cláusulas acordadas por parte do tomador do crédito.

Vários tipos de empréstimo e financiamentos são negociados com as empresas para serem empregados em sua atividade operacional. Serão citados alguns deles sobre os quais procurou-se delimitar o estudo.

a) Capital de Giro

O capital de giro corresponde ao valor do ativo circulante de uma empresa, ou seja, o total de recursos que não está imobilizado. Como descreve SCHRICKEL (1998, p.217) "... sumariamente, é o montante ou conjunto de recursos que não está imobilizado... é geralmente aceito, pela prática e por diferentes autores, que **Capital de Giro = Ativo Circulante.**"

Esses recursos que não estão imobilizados, ou seja, estão no caixa, no banco, ou mesmo em estoques e mais os direitos de créditos dos clientes no curto

prazo, à medida que vão ficando disponíveis, são utilizados para a empresa arcar com seus compromissos de curto prazo.

Ocorre que às vezes os recursos das empresas classificados no ativo circulante são insuficientes para cobrir os do passivo circulante. Nesse caso o seu capital de giro líquido é negativo. Elas precisam recorrer a capital de terceiros para aplicar no ativo circulante. Esses são os chamados financiamentos de capital de giro, normalmente, realizados com um banco através de "... operações tradicionais de empréstimos vinculadas a um contrato específico que estabeleça prazo, taxas, valores e garantias necessárias e que atendam às necessidades de capital de giro das empresas"(FORTUNA, 1999, p. 134)

Outra consideração relevante a respeito é que quanto maior o capital circulante líquido de uma empresa (ativos circulantes menos passivos circulantes), menor será sua lucratividade e menor o risco de ela não poder pagar suas obrigações no vencimento; por outro lado, quanto menor o capital circulante líquido, maior será a lucratividade da empresa, e maior o risco de ela não poder pagar suas obrigações no vencimento. (GITMAN, 1997).

Ou seja, segundo a visão desse autor o capital circulante líquido deve ser administrado de maneira a não, simplesmente, se procurar sempre o seu maior valor, mas sim o nível ideal desse capital, para assim, a empresa não perder lucratividade devido seu saldo acima do necessário, nem correr riscos de ficar inadimplente, por motivo de sua escassez.

b) Desconto de Duplicatas

O desconto de títulos ou duplicatas é uma das opções de crédito que a empresa tem para receber adiantado, mediante o pagamento de uma taxa de juros cobrada pelos bancos, os valores de suas vendas a prazo. É uma forma também de se reduzir o ciclo de caixa, o que é recomendado de acordo com a atratividade das taxas de juros praticadas no mercado. Conforme argumenta FORTUNA (1999, p. 133) o desconto de títulos "... é o adiantamento de recursos aos clientes, feito pelo

banco, sobre valores referenciados em duplicatas de cobrança ou notas promissórias, de forma a antecipar o fluxo de caixa do cliente”.

c) Desconto de Cheques Pré-Datados

A polêmica sobre a questão do cheque ser considerado ou não um título de crédito está muito bem descrita por BORGES (1983). Mesmo quando ainda o cheque não tinha esta característica de ser pré-datado e ser aceito como tal pelos bancos para operações de descontos antecipados, o cheque já era considerado um título de crédito pois:

Se, porém, o conteúdo do cheque é uma ordem cujo beneficiário a aceita a título de pagamento, em lugar do dinheiro que lhe deve o emitente, se o cheque substitui – embora por prazo brevíssimo, mesmo de horas ou minutos – o dinheiro devido, a qualquer título, pelo emitente; se verificam, pois em relação ao cheque os dois elementos que caracterizam uma operação de crédito – a confiança e o prazo que intervem entre a promessa do devedor e a sua realização futura – é claro que o cheque... é também um título de crédito (BORGES, 1983, p. 161).

Considerando, assim, essa característica do cheque, de ser um título de crédito, os bancos, passaram a fazer o desconto antecipado do cheque pré-datado.

O desconto de cheques pré-datados é muito parecido com o desconto de duplicatas. A empresa endossa os cheques relativos a suas vendas a prazo e os entrega ao banco, que adianta o valor dos mesmos, já descontando a taxa de juros combinada. No vencimento os cheques são compensados a favor do banco.

A formalização da operação de desconto de cheques pré-datados é feita mediante contrato assinado pelas partes, banco e cliente, com garantias pessoais do cliente.

d) Operações de *vendor finance*

O *vendor finance* é o financiamento das vendas do cliente. Mas não

através de títulos ou cheques pré-datados. O próprio cliente financia seu cliente através de recursos do banco que cobra uma taxa. A negociação através do *vendor finance* como explicita FORTUNA (1999, p. 134): “é uma operação de financiamento de vendas baseada no princípio da cessão de crédito, que permite a uma empresa vender seu produto a prazo e receber o pagamento a vista. A operação de *vendor* supõe que a empresa compradora seja cliente tradicional da vendedora, pois será esta que irá assumir o risco do negócio junto ao banco”.

Há várias vantagens para a empresa vendedora efetuar operações de *vendor finance* a principal delas é que “... como a venda não é diretamente financiada por ela, a base de cálculo para a cobrança de impostos, comissões de vendas e royalties, no caso de licença de fabricação, torna-se menor”(FORTUNA, 1999, p. 135). Reduz-se assim a carga tributária de IPI, ICM, Pis e Cofins sobre o valor da nota fiscal. A empresa vendedora torna-se mais competitiva, além de ter um reforço de caixa pelo recebimento a vista da venda.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO - RATING

Segundo SECURATO (2002), apesar do maior controle exigido, os riscos de crédito não são elimináveis cabendo às instituições financeiras estimarem o risco de perda e exigirem prêmios pelo risco incorrido. Nesse sentido, opiniões independentes, geralmente disponibilizadas por agências classificadoras (agências de rating), exercem um papel fundamental, sendo usualmente utilizadas para medir-se o valor adicional do rendimento que o investidor deve exigir a fim de ser recompensado pelo risco potencial de crédito - risco esse avaliado a partir de algum critério de classificação previamente escolhido.

Classificar um crédito, segundo o autor, é a partir de um conjunto de informações e de determinados parâmetros previamente selecionados, identificar em qual categoria de risco de crédito o cliente ativo ou potencial – pessoa jurídica, ou física – se insere. O grau de risco é uma qualificação atribuída em função de

indicadores financeiros combinados a informações de caráter qualitativo, que indica com que severidade o cliente deverá ser tratado, tanto no momento do estabelecimento dos limites de crédito ou de aprovação de uma operação específica quanto no posterior gerenciamento do risco.

A análise histórica do desenvolvimento do crédito elaborada por Barreto (1975), citado por SECURATO (2002) indica que, associada à aceitação do cheque como instrumento de crédito, a denominação inglesa *Triple A* (ou Três A's) surgiu de uma declaração feita por Lloyd, na Inglaterra de 1840, afirmando que o “bilhete do banco deveria ser recebido a todo momento, entre todas as pessoas e em todos os lugares – *All the times, between all persons and in all places*” (SECURATO, 2002, p. 183)

O conceito Triple A, há muito utilizado por bancos, tem sido mais recentemente associado aos créditos que representam a menor probabilidade de inadimplência pelas empresas classificadoras de risco.

3.1.1 As Agências de Rating

As agências de rating são organizações que fornecem serviços de análise, operando sob os princípios de independência, objetividade, credibilidade e *disclosure*. A observância desses princípios é essencial já que, em última instância, o reconhecimento de uma agência classificadora depende exclusivamente da disposição do investidor em acreditar e aceitar seu julgamento.

Ao redor do mundo, a atividade de *rating* vem sendo desenvolvida por agências como Standard & Poors, Moodys, Fitch IBCA, dentre outras, há pelo menos um século. No Brasil, apesar de há muito praticada por bancos internacionais, a classificação de risco de crédito por instituições financeiras apenas tomou impulso após o Acordo da Basileia. Igualmente, a divulgação de ratings que cumpram a função de trazer transparência ao mercado, informando ao investidor a que nível de risco ele está sujeito, é ainda incipiente. Atuam no mercado brasileiro,

além das empresas as agências SR Rating, Atlantic Rating e, recentemente, a Austin Asis.

A explicação para esse desenvolvimento tardio pode ser encontrada a partir do entendimento dos fatores estimuladores da atividade de rating. De maneira geral, ratings se tornam parte integral do mercado quando há:

- Um mercado primário e secundário de títulos privados de renda fixa relevante;
- Demanda por parte dos investidores;
- Incentivos regulatórios.

O primeiro fator não caracteriza o mercado brasileiro. Em relação ao terceiro, em decorrência dos efeitos perniciosos gerados pelas crises do final da década de 90 sobre o sistema financeiro brasileiro, os órgãos reguladores aprovaram algumas decisões que estimularam fortemente a atividade de rating no Brasil. As de maior relevância estavam contempladas na Resolução nº 2720, de 24 de abril de 2000 (art. 3º, inciso II), do Banco Central do Brasil (BACEN) - que estabelecia que títulos de renda fixa apenas poderiam ser adquiridos por entidades fechadas de previdência privada após avaliados por, pelo menos duas agências de rating e desde que, em tais avaliações, obtivessem nota equivalente a baixo risco de crédito. Tal equivalência era determinada pela Circular nº 2958 do BACEN, que estabelecia como de "baixo risco de crédito ou equivalente" a nota atribuída ao risco "soberano" da República Federativa do Brasil, para títulos emitidos, em reais, pelo governo brasileiro. A Resolução nº 2720, no entanto, foi suspensa pela Resolução nº 2791, de 30 de novembro de 2000 (SECURATO, 2002, p. 184).

Dessa forma, a expansão do mercado de rating no Brasil fica sujeita ao segundo fator. Contribui para o desenvolvimento da atividade de rating a crescente necessidade de investimento das economias de mercados emergentes, que estimula a forte captação de recursos nos mercados de capitais doméstico e internacional. Nesse ambiente, sem dúvida, a exigência por parte de investidores qualificados de

uma visão imparcial e objetiva tem estimulado o uso de ratings de crédito.

3.1.1.1 Processo de avaliação

Uma classificação de risco é uma opinião sobre a capacidade futura, a responsabilidade jurídica e a vontade de um devedor de efetuar, dentro do prazo, o pagamento de e principal das obrigações por ele contraídas (SECURATO, 2002).

Em geral, a análise das agências classificadoras, segundo o autor, baseia-se em informações fornecidas pelos próprios clientes (públicas e sigilosas), a partir do envio de um *check list* ou obtidas de outras fontes confiáveis (agências de informação, como SERASA, para citar apenas algumas das inúmeras existentes, e vários relatórios corporativos, setoriais e econômicos diariamente divulgados; todas se constituindo em valiosas fontes de informações).

Em nenhum caso, as agências classificadoras têm a obrigação de auditar as informações financeiras utilizadas na atribuição de um rating, e podem, em determinadas ocasiões, basear-se em informações não auditadas. Adicionalmente, as informações sigilosas são utilizadas apenas para fins de atribuição da nota, sendo preservadas pelo contrato de confidencialidade firmado entre a agência e o cliente.

No decorrer do processo, são efetuadas *due diligences* – visitas aos clientes que se observam aspectos administrativos, operacionais, tecnológicos, mercadológicos e estratégicos. Ao final da fase de apuração das informações, essas são compiladas em um relatório preliminar em que o elemento preponderante é a opinião de especialistas (SECURATO, 2002).

Segundo o autor, esse relatório preliminar é apresentado pelo analista responsável a um comitê, normalmente constituído, normalmente por 5 membros que dispõem de conhecimento suficiente sobre o assunto. Em geral, o cliente não tem acesso direto a esse comitê nem a informações acerca de seus membros, de forma a que sejam preservadas a integridade e a objetividade da análise. A partir da

reunião do comitê, são atribuídas notas que variam de acordo com as diversas escalas de classificação existentes. Após a atribuição da nota, o relatório preliminar é encaminhado ao cliente, para que possam ser feitos comentários, sugestões, apelações ou esclarecimentos. As reivindicações do cliente são encaminhadas, pelo analista responsável, ao comitê, que julga sua procedência, podendo ou não, com base em informações adicionais, alterar a nota.

QUADRO 2 – MODELO DE CHECK-LIST – AVALIAÇÃO DE RISCO CORPORATIVO

Modelo de Check-list - Avaliação de Risco Corporativo	
Informações Corporativas	
1.	Histórico do grupo com foco nos principais eventos;
2.	Organograma com a estrutura corporativa, vínculos societários e principais linhas executivas do grupo;
3.	Breve descrição do grupo, da <i>holding</i> e das subsidiárias ou afiliadas, se houver;
4.	Descrição do <i>business</i> da companhia e das suas linhas de produtos;
5.	Ambiente competitivo e principais aspectos que influenciam o desempenho nos segmentos de atuação;
6.	<i>Market Share</i> em seus segmentos de atuação;
7.	Participação de cada atividade do grupo no faturamento global;
8.	Relatório Anual mais recente;
9.	Experiência dos principais executivos da empresa.
Filosofias de Gestão, Objetivos e Estratégias	
1.	Estratégias da organização para alcançar seus objetivos e enfrentar os desafios esperados nos ambientes doméstico e internacional;
2.	Objetivos/filosofias para obtenção de rentabilidade, pagamento de dividendos e alavancagem financeira;
3.	Planos para diversificação, aquisições, fusões, etc.;
4.	Políticas de investimento;
5.	Planos para investimentos nos próximos cinco anos com respectivos montantes e <i>fundings</i> ;
6.	Como e por quem são determinadas as estratégias.
Políticas Operacionais	
1.	Eficiência operacional: vantagem competitiva da companhia em termos de preços de matérias-primas, tecnologia, eficiência, custos de mão-de-obra e produtividade;
2.	Estrutura de custos fixos e variáveis;
3.	Comparação da estrutura de custos com a dos competidores;
4.	<i>Break-even</i> operacional;
5.	Fatores cíclicos/sazonais que afetam a companhia;
6.	Tecnologia, <i>know-how</i> empregado;
7.	adversidades;
8.	Disponibilidade de matéria-prima e histórico de variação nos preços das mesmas;
9.	Acordos salariais com sindicatos; último acordo salarial assinado e sua validade; histórico de greves, <i>slowdowns</i> e relações trabalhistas;
10.	Facilidade de distribuição e/ou embarque de produtos e alternativas disponíveis;
11.	Controle de custos e das despesas administrativas; grau de informatização dos controles das despesas de pessoal, de infra-estrutura e de tecnologia;
Informações Financeiras	
1.	Demonstrações financeiras auditadas dos últimos cinco anos (para cada empresa, para a <i>holding</i> e dados consolidados, caso disponível);
2.	Projeções de Balanço, Demonstração de Resultado e fluxos de caixa para os próximos 5 anos, com as premissas adotadas;
3.	Capitalização (histórico e política dos acionistas);
4.	Distribuição de resultados (histórico e política de distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio);
5.	Estrutura de capital da companhia, incluindo o nível de prioridade das obrigações em caso de falência;
6.	Abertura do endividamento (modalidade, moedas, taxas, prazos, credores);
7.	Tendências do fluxo de caixa operacional, preços e margens;
8.	Descasamento de moedas, políticas de <i>hedge</i> ;
9.	Obrigações fora do Balanço (<i>leasing</i> , derivativos, etc.);
10.	Existência de pendências judiciais relevantes na área fiscal ou trabalhista;
11.	Políticas dos gestores quanto ao nível do endividamento.

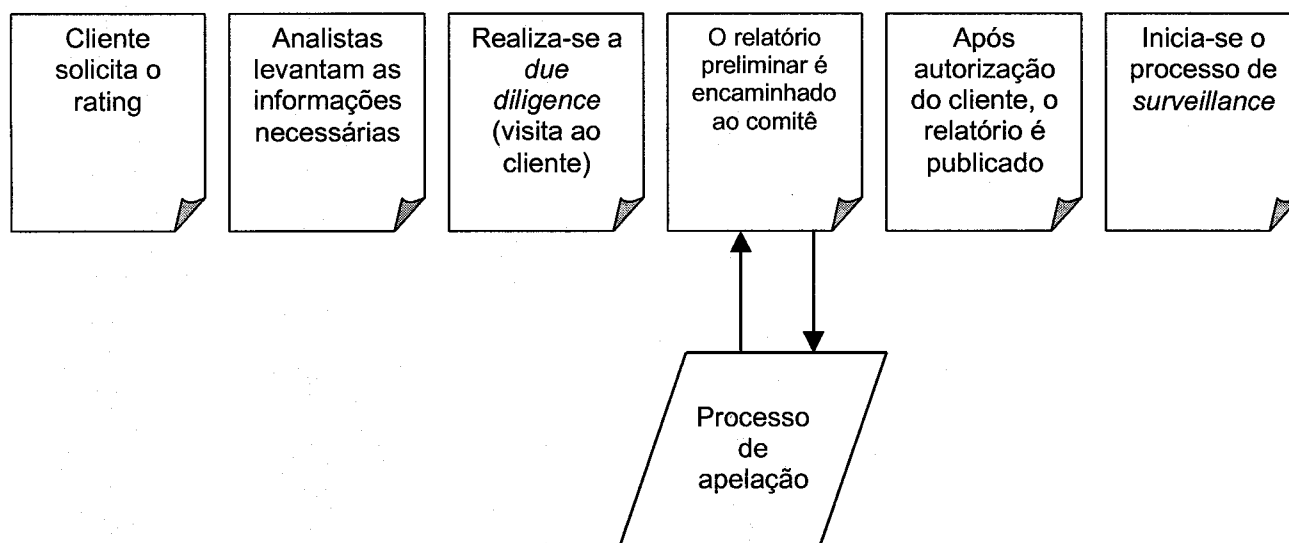
Fonte: SR Rating

FONTE: SECURATO (2002, p. 186)

Ao final desse processo, caso o cliente autorize, a nota é publicada e inicia-se o processo de monitoramento. É importante esclarecermos que todos os ratings divulgados pelas agências são monitorados constantemente, incorporando novas informações à medida que se tornam disponíveis. Além disso, é usual realizar-se uma *due diligence* anual às empresas que passaram por processo de avaliação;

esse monitoramento, conhecido como *surveillance*, pode deflagrar reclassificações ascendentes ou descendentes nos ratings previamente atribuídos.

FIGURA 2 – PROCESSO DE RATING



FONTE: SECURATO (2002, p. 187)

Podem ser fornecidos ratings de crédito do emissor e da emissão, tanto de curto quanto de longo prazo, além de ratings soberanos.

Os ratings de curto prazo referem-se a obrigações consideradas de curto prazo dentro de seu mercado relevante (nos EUA e no Brasil, por exemplo, até 365 dias). Os ratings de curto prazo também são utilizados para indicar a qualidade de crédito de um emissor com respeito a obrigações de longo prazo que prevêem resgate antecipado por opção do comprador (o comprador detém uma opção de venda sobre o título). Nesse caso, em geral, são atribuídos dois ratings: um de curto prazo, que considera o efeito da *put*, e outro de longo prazo. Títulos de médio prazo também recebem ratings de longo prazo,

a) Rating de Emissão

Segundo SECURATO (2002), o rating de emissão é uma opinião sobre a

qualidade de crédito de um emissor com relação a uma obrigação específica, a uma classe específica de obrigações financeiras, ou a um programa financeiro específico, sendo baseado nas seguintes considerações:

- Probabilidade de pagamento - capacidade e intenção do emissor de honrar seus compromissos financeiros de acordo com os termos da obrigação;
- Natureza e provisões da obrigação;
- Proteção oferecida pela obrigação no caso de falência, reorganização e outros acordos previstos que possam afetar os direitos do credor.

São levados em conta também a qualidade de crédito dos garantidores, seguradoras ou outras formas de redução de risco da obrigação e a moeda em que esta é denominada. Ademais, as obrigações secundárias possuem, tipicamente, um rating mais baixo do que as obrigações principais, de modo a refletir a prioridade destas em situações de falência.

Ressalta-se ainda que o rating de emissões não é uma recomendação de compra, venda ou manutenção em carteira de uma obrigação financeira, pois não aborda preços de mercado ou a adequação do papel ao perfil de um investidor em particular.

b) Rating de Emissor

O rating de emissor é uma opinião atualizada sobre a capacidade financeira geral (qualidade de crédito) e intenção de um emissor de honrar suas obrigações financeiras.

Esse rating não se refere a nenhuma obrigação financeira específica, nem leva em conta a natureza e as provisões das obrigações, sua posição relativa no caso de falência ou liquidação, preferências estatutárias ou a capacidade de execução da obrigação; além disso, não considera a qualidade de crédito de garantidores, seguradoras ou outras formas de redução de risco.

A despeito das diferenças sinalizadas, uma vez que os ratings atribuídos à emissão e ao emissor em geral são estreitamente relacionados, os símbolos usados em ambas as classificações costumam ser os mesmos. Abaixo, apresentamos as definições de rating utilizadas pela Standard & Poor's, que representam bem a maior parte das escalas atualmente utilizadas:

QUADRO 3 – DEFINIÇÕES DE RATINGS – ESCALA GLOBAL DA STANDARD & POOR'S

a) Definições de Ratings – Escala Global da Standard & Poor's	
Longo Prazo¹	
AAA	capacidade do devedor de honrar compromissos extremamente forte
AA	capacidade do devedor de honrar compromissos muito forte
A	capacidade do devedor de honrar compromissos forte
BBB	devedor exibe parâmetros de proteção adequados, porém condições econômicas adversas ou mudanças conjunturais provavelmente levariam a uma redução da capacidade do devedor de honrar compromissos
BB, B, CCC, CC e C	operações assim classificadas apresentam características especulativas significativas
D	um devedor assim classificado está inadimplente (a classificação D pode ser atribuída a um devedor mesmo que ele esteja em período de carência)
SD	atribuído para inadimplência seletiva: a agência considera a inadimplência com relação a apenas uma emissão específica ou classe de obrigações, devendo o devedor continuar honrando seus demais compromissos no prazo estabelecido
R	anexados aos ratings de instrumentos financeiros que apresentam outros riscos que não o de crédito, enfatiza os riscos de pagamento do principal ou de volatilidade dos retornos esperados não abordados pelo rating de crédito (exemplos: obrigações atreladas ou indexadas a ações, moedas, mercadorias ou obrigações expostas a grandes riscos de pré-pagamento)
Curto Prazo	
A-1 ²	capacidade do devedor de honrar compromissos é forte
A-2	capacidade do devedor de honrar compromissos é satisfatória
A-3	devedor exibe parâmetros de proteção adequados
B	devedor exibe características especulativas significativas
C	devedor está vulnerável à inadimplência
D	devedor está inadimplente

1. Um sinal de mais (+) ou de menos (-) pode ser anexado ao rating, alterando-o de modo a sinalizar posições relativas dentro das principais categorias.
2. Um sinal de mais (+) nessa classificação indica capacidade do devedor de honrar compromissos extremamente forte.

FONTE: SECURATO (2002, p. 189)

3.2 MODELO MATRICIAL DE CRÉDITO

Os modelos tradicionais de avaliação do risco de crédito, o analista de crédito verifica como tem sido o comportamento da empresa, para posteriormente, um comitê de crédito determinar se há ou não disponibilidade do banco para efetuar a operação e qual seria o seu limite. Contudo, a palavra chave para a avaliação de crédito é o risco, o qual já foi explicitado no capítulo 2, mas que nesse modelo de avaliação de crédito é de fundamental importância (SECURATO, 2002).

Nesse sentido, será exposto sob a ótica do modelo matricial de crédito a questão do risco segundo os C's do crédito. Visto que o risco possui dois aspectos distintos: risco conjuntural e risco próprio.

O risco é uma forma de medir quanto podemos perder em uma operação, em relação a um ganho médio estabelecido, segundo SECURATO (2002). Além disso, o risco de uma empresa não depende exclusivamente de seus esforços, pois o seu risco total é, comprovadamente, segundo Sharpe citado por SECURATO (2002), dividido em duas partes:

$$\text{Risco Total} = \text{Risco Conjuntural} + \text{Risco Próprio}$$

O "risco conjuntural", também chamado de "risco sistemático", caracteriza as influências econômicas, políticas, sociais, ambientais etc. a que uma empresa está sujeita.

O "risco próprio" ou "não sistemático" é a parte do risco que depende, unicamente, da empresa e do setor onde atua, correspondendo a habilidade dos administradores, situação do setor e características específicas em relação ao mercado em que atua, entre outros.

Se o risco total de um projeto, de uma empresa ou de um cliente divide-se nestas duas partes, é extremamente relevante que a análise desse risco leve em conta as características de risco de cada uma dessas partes, para não subestimar

pontos fortes e fracos do objeto de análise.

Por mais que a análise leve em consideração todos os aspectos que, teoricamente, podem caracterizar uma maior ou menor sujeição ao risco - o que pode ser realizado através de uma análise, suficientemente abrangente, envolvendo todos os Cs do Crédito - é preciso que o analista tenha consciência de que uma análise tradicional, fornece considerações sobre uma situação de risco específica do cliente. Essa situação específica é a de que o risco é medido com base num conjunto histórico de informações do cliente, que representam suas reações ou seu comportamento diante de determinado ambiente econômico, ou de um conjunto de ambientes, mas que não representam necessariamente o ambiente econômico vivenciado como expectativa para o futuro próximo.

Essa deficiência é um dos aspectos de indução a erro do modelo geral de avaliação do rating de crédito que se procura sanar através do modelo matricial de crédito.

3.2.1 Os Cs do Crédito segundo o Modelo Matricial

Os cinco grupos de informações abordados e definidos como Cs do Crédito foram os seguintes: Caráter; Capacidade; Capital; Colateral; Condições e Conglomerado.

Para padronizar e tornar mais objetiva a análise de crédito, entende-se que é preciso definir, a priori, atributos que caracterizem os Cs do Crédito para a análise. Isso significa que, para cada cliente analisado, os mesmos aspectos devem ser levados em consideração, para que se tenha estabelecida uma política de crédito.

Como exemplo, explicitado por SECURATO (2002), pode-se estabelecer a política de que, para a análise do caráter do cliente, devam ser levados em consideração os "atributos" pontualidade, experiência no ramo, prática de negociações e esforço para honrar compromissos, dentre outros.

Em algumas empresas de crédito, pode-se exigir que um dos pressupostos

para se sujeitar à análise de crédito seja a ausência de qualquer histórico negativo quanto à pontualidade. Nesses casos, toma-se desnecessário considerar o atributo pontualidade na análise, pois esse atributo não irá influir no conceito de crédito dos clientes, uma vez que, em tal situação, todos os clientes seriam excelentes nele.

Assim, a definição dos atributos de análise de cada C do Crédito é um trabalho fundamental e relevante para a definição da política de crédito, que deve ser elaborado e estudado com profunda consciência pelo comitê de crédito ou pela equipe que faça o papel estratégico na definição das políticas de crédito.

A matriz a ser apresentada mostra uma relação de atributos sugerida para cada C do Crédito, podendo ser considerada como um bom parâmetro para a construção de um novo modelo de crédito.

O enfoque fundamental da adoção dos Cs do Crédito, no modelo matricial de crédito, não é restringir o escopo de avaliação de crédito, mas, sim, conhecer a empresa-cliente em todos os seus aspectos relevantes. Esses, por sua vez, são os que podem modificar a intenção ou capacidade da empresa deixar de honrar seus compromissos com terceiros.

Assim, a análise dos Cs do Crédito deve procurar estabelecer as características "próprias" da empresa. Daí conclui-se que um analista de crédito, ao coletar os dados e analisá-los em função dos Cs do Crédito, está apenas avaliando o "risco próprio", ou "risco não sistemático", da empresa.

Através desse método, não é avaliado, por exemplo, qual o caráter da empresa em um aperto de liquidez, ou qual seu comportamento com a desvalorização do câmbio ou com o aumento da inflação; enfim, não avaliamos a empresa em relação às mudanças conjunturais (SECURATO, 2002).

É esta a questão que não costuma ser avaliada no crédito. O "risco conjuntural" ou "sistemático" é um grande gerador de volatilidade para a empresa, e precisa ser avaliado.

A idéia do modelo matricial de crédito é captar a maneira como as características próprias da empresa comportam-se, em diferentes conjunturas.

Sendo possível obter o risco total de uma empresa considerando os elementos de risco próprio, dados pelos Cs do Crédito envolvidos em diferentes situações de risco conjuntural.

3.2.2 Estrutura da Matriz

A base do modelo matricial de risco de crédito é a construção de um quadro denominado Matriz de Crédito, formado por linhas que representam os Cs do Crédito e por colunas que representam os possíveis cenários conjunturais, indicados por C 1, C2, ... Cn.

Os cenários conjunturais ou macroeconômicos são estudos do comportamento futuro de variáveis econômicas mais significativas, como taxa de juros, câmbio, inflação etc. A adoção de cenários para avaliação de crédito, assim como para qualquer tipo de projeção financeira, deve ser feita com critérios racionais e com consulta a profissionais que detenham, com segurança, algum domínio das informações econômicas, ou, preferencialmente, da modelagem econométrica que origina esses cenários.

O modelo proposto por SECURATO (2002), busca diferenciar clientes com perfis semelhantes em aspectos como faturamento, estrutura e porte, porém, com diferentes suscetibilidades a oscilações na conjuntura geral que afetem o crédito do mercado como um todo.

QUADRO 4 – A ESTRUTURA DA MATRIZ DE CRÉDITO :

PARÂMETROS DE RISCO PRÓPRIO			CENÁRIO				
Parâmetro	Atributos de cada parâmetro	Avaliação atual do analista	C1	C2	C3	C4	C5
			P(C1)	P(C2)	P(C3)	P(C4)	P(C5)
Caráter	Pontualidade						
	Tempo dos Sócios na Atividade						
	Facilidade e sinceridade nas negociações						
	Esforço para honrar compromissos						
	Facilidade para obter informações						
	Médias		Q ₁₁	Q ₁₂	Q ₁₃	Q ₁₄	Q ₁₅
Capacidade de Gerenciamento	Área de Produção						
	Área de Compras						
	Área de Vendas						
	Área de Administração Geral						
	Instalações da Empresa						
	Área de Controles						
	Médias		Q ₂₁	Q ₂₂	Q ₂₃	Q ₂₄	Q ₂₅
Capital	Lucratividade						
	Endividamento						
	Liquidez						
	Estrutura de capital						
	Efeito Tesoura						
	Médias		Q ₃₁	Q ₃₂	Q ₃₃	Q ₃₄	Q ₃₅
Colateral	Caução						
	Alienação						
	Penhor Mercantil						
	Hipoteca						
	Aval						
	Fiança						
	Médias		O ₁₁	O ₁₂	O ₁₃	O ₁₄	O ₁₅

FONTE: SECURATO (2002, p. 219)

Os cenários macroeconômicos para esse tipo de análise devem ser realistas e factíveis, visto que alguns atributos como lucratividade, endividamento e flexibilidade podem ter sua avaliação alterada consideravelmente em diferentes cenários, que devem na medida do possível e para simplificar a análise, ser mutuamente exclusivos e ter, como horizonte, o vencimento das operações de crédito, a fim de se ter uma avaliação mais consistente possível da empresa (SECURATO, 2002).

A probabilidade de ocorrência de cada cenário, que aparece exemplifica na matriz com $P(C1)$, $P(C2)$, ... $P(Cn)$, é que irá caracterizar o risco sistemático; a determinação criteriosa de cada uma delas é tarefa relevante para o sucesso do modelo.

SECURATO (2002) ressalta que é recomendável a adoção de cenários elaborados por economistas ou empresas conceituados no mercado, ou, ao menos, cenários elaborados com extrema consideração, adotando-se as devidas condições de equilíbrio macroeconômico para obtenção dos dados. Principalmente para crédito de longo prazo, a confiabilidade e complexidade dos cenários elaborados são fatores determinantes para a validade ou não da análise.

O número de cenários depende da disponibilidade e da relevância de cada cenário para a análise. Por exemplo, de nada adianta listar 10 cenários possíveis, se a probabilidade de alguns deles ocorrer for insignificante ou se houver poucas diferenciações entre eles.

3.2.2.1 Ponderando os cenários

Estabelecidos os cenários, é preciso estimar-se qual a probabilidade $P(Cn)$ de ocorrer cada cenário Cn . Isso pode ser feito através da consulta a alguns especialistas ou profissionais experientes do mercado (não necessariamente de fora da empresa), empregando-se um tratamento estatístico às probabilidades sugeridas por esses profissionais, como, por exemplo, a adoção de médias ou refinamentos da

informação, como o fornecido pelo método Delphi, onde o erro de probabilidades sugeridas é minimizado após algumas sessões de consulta aos opinantes.

O que se procura, nesse modelo, é minimizar os efeitos distorcidos, a partir de uma lógica que permita decisões em partes, sendo que a decisão final aparecerá como um agregado dessas partes. De qualquer forma, não se poderá fazer nada que não tenha um certo grau de subjetividade quando se fala do futuro, mas a incerteza pode ser reduzida consideravelmente.

SECURATO (2002) ressalta que é importante salientar que:

- Uma estimativa de probabilidade de cenários jamais deve ser feita por uma única pessoa, uma vez que o cenário em si já apresenta um certo grau de subjetivismo, e o agrupamento de opiniões a respeito da probabilidade de sua ocorrência tende a minimizar os efeitos distorcidos de cada opinião individual;
- O ideal é fazer-se a estimativa de probabilidades em uma reunião, o que possibilita a discussão da percepção de cada um sobre o futuro. Essa forma de trabalho tende a ser mais eficaz e a buscar rapidamente a convergência de opiniões;
- A experiência de mercado (ou tempo de atuação profissional) - ou seja, a "senioridade" do analista - é importante para a sensibilidade sobre o futuro econômico, por uma questão de conservadorismo da análise;
- A probabilidade de ocorrência de um cenário não é um fator tão exato quanto a elaboração de cenários. Enquanto os elementos de um cenário macroeconômico apresentam divergências pouco significativas para cada economista que o elabora, a probabilidade de ocorrência desse cenário pode divergir amplamente para cada equipe de análise de crédito, uma vez que reflete uma opinião, não o resultado de um modelo.

3.2.2.2 A análise setorial da empresa

Definidos os cenários e suas respectivas probabilidades de ocorrência, o próximo passo é determinar-se o comportamento de cada atributo dos Cs do Crédito diante dos diferentes cenários, elaborando-se uma análise que servirá de apoio ao preenchimento da matriz.

Como o comportamento de diferentes empresas possui semelhanças dentro de um mesmo setor, geralmente, o analista procura observar, para cada um dos cenários fixados, como se comporta o setor em que a empresa está inserida. Esse tipo de informação, quando de difícil obtenção pelo cliente, pode ser levantado junto a associações de indústria e federações, em muitos casos disponível até na internet.

Nesse ponto, o analista de crédito passa a se comportar como um analista de investimentos, observando se o cenário será bom ou ruim para a empresa e seu setor. Isso é feito através de diversos modelos de análise setorial, dentre os quais, os mais utilizados baseiam-se nos modelos de competitividade de M. Porter, delineando uma análise consistente com o ambiente em que a empresa está inserida (SECURATO, 2002).

A análise setorial nos permite avaliar a reação da empresa em relação ao risco sistemático. Essa análise não tem o mesmo aspecto subjetivo da ponderação de probabilidades de ocorrência dos cenários, mas também não é totalmente objetiva, uma vez que a análise setorial passa a ser muito mais apurada à medida que o analista adquire experiência em aspectos mercadológicos e estratégicos.

3.2.2.3 Preenchimento da matriz

O primeiro passo é estabelecerem-se notas para a situação atual do cliente em cada atributo da matriz, sem que se considerem os cenários futuros, notas essas que servirão de base para os próximos passos. Essa tarefa deve ser feita pelo analista de crédito.

Isso se faz a partir de levantamentos de informações do cliente tomados com base em documentos informados, consulta à praça e informações da mídia.

A partir das análises feitas, o preenchimento da matriz é uma simples decorrência. Serão conhecidos os cenários, suas probabilidades e a opinião do analista de crédito sobre a situação atual da empresa em relação a cada um dos Cs do Crédito e o que ocorre com o setor em cada cenário.

A partir desse ponto, o avaliador de crédito - note-se que as decisões sobre aspectos futuros devem ser tomadas por analistas mais experientes, normalmente, membros de um "comitê de crédito" - preencherá cada uma das células atributo x cenário com um valor que represente o atributo dentro do cenário em estudo.

Segundo SECURATO (2002), a escala de valores representativos para cada atributo deve ser cuidadosamente elaborada, sendo recomendável estabelecerem-se critérios, objetivos ou não, para que se delimitem as faixas de notas para cada atributo. Por exemplo, a frequência de atrasos em pagamentos pode determinar uma escala de notas do tipo:

- O cliente paga suas obrigações na data: Nota 1
- O cliente raramente paga com atrasos de até 30 dias: Nota entre 0,8 e 0,9
- O cliente raramente paga com atrasos superiores a 30 dias: Nota entre 0,6 e 0,7
- O cliente freqüentemente paga com atrasos de até 30 dias: Nota entre 0,1 e 0,2
- O cliente freqüentemente paga com atrasos superiores a 30 dias: Nota 0

A ordem de grandeza da escala deve ser de 0 a 1, pois a matriz gerará números que servirão como multiplicadores em certas aplicações, como será detalhado adiante.

Note-se a descontinuidade da escala nesse exemplo. A continuidade da escala tenderia a forçar o avaliador a aproximar clientes ruins de clientes bons. Se o

objetivo é identificar características que revelem um cliente com crédito ruim, as notas dos atributos devem buscar enfatizar aspectos que demonstrem fragilidade de pagamento. A escala, então, deve ser discutida de forma a retratar uma realidade, e não de forma a forçar a realidade a se moldar a perfeccionismos matemáticos.

É importante, segundo SECURATO (2002), elaborar um manual de avaliação objetivo e didático, que sirva de roteiro de notas para os analistas, para que analistas diferentes não adotem critérios divergentes na avaliação de um mesmo atributo. O treinamento ou supervisão rigorosa das análises dos primeiros testes é igualmente importante para o sucesso do modelo, pois em suas primeiras aplicações, deverá haver uma calibragem de todos os pesos da matriz.

Uma vez que a matriz de crédito seja definida como ferramenta de decisão de uma política de crédito, sua construção deve ser conduzida através de um planejamento que inclua uma fase de calibração da escala de notas através de *back tests* (SECURATO, 2002).

Esses *back tests* consistem em aplicar-se o modelo matricial a operações de crédito já realizadas, e estudar-se seu desempenho diante de operações aprovadas e rejeitadas e de operações aprovadas adequada e inadequadamente. O tratamento estatístico desses resultados fornecerá escalas adequadas de notas para cada atributo.

Para alguns atributos, a determinação de escalas de notas não requer tratamento tão complexo. Por exemplo, ao examinar o atributo pontualidade dentro do Caráter, admitindo-se que as situações otimistas e pessimistas dos cenários sejam acompanhadas pela empresa, o avaliador irá conferir notas diferentes da avaliação atual do analista para cenários futuros, de acordo com sua percepção do comportamento passado da empresa ou do setor.

Essa análise é bastante subjetiva, mas de forma alguma traria incoerências à análise, o que significa que sua análise não requer um estudo exaustivo como os requeridos para, por exemplo, atributos dos Cs "Capital" e "Colateral".

Na medida do possível, SECURATO (2002), explica ser importante o ajuste

das escalas de notas deve ser feito em comitês, ponderando-se os diversos pareceres e opiniões que reflitam o perfil de risco da política de crédito da empresa.

3.2.2.4 Exemplo de preenchimento da matriz

Para uma melhor compreensão do modelo, apresentamos abaixo um exemplo de como se faz a análise para preenchimento da matriz, tomando-se como base a matriz apresentada anteriormente. O procedimento básico é o seguinte:

- Para conferir uma avaliação ao atributo "pontualidade" do quesito Caráter, o analista de crédito estuda o histórico de financiamentos e pagamentos de contas do cliente perante bancos e fornecedores;
- Para facilitar a análise e uniformizar os critérios de notas, o analista deve verificar a escala de notas elaborada pela gerência de crédito e identificar qual situação enquadra-se melhor à situação do cliente;
- Suponhamos que o analista tenha verificado que o cliente raramente atrasa seus pagamentos em poucos dias, mas que tenha atrasado em 35 dias um pagamento recente a um banco. De acordo com a escala de notas de pontualidade exemplificada, esse cliente receberia uma nota 0,7 do analista, que é a que representa a situação observada. Essa nota é preenchida no campo que corresponde à intersecção da linha "pontualidade" com a coluna "Avaliação Atual";
- Próximo passo é realizar estudo semelhante para o atributo "tempo dos sócios na atividade". Novamente, o analista verifica o histórico da empresa e currículos de seus sócios, e, com base em uma escala de notas desse atributo, confere sua nota. Esse procedimento deve repetir-se para os demais atributos em cada C do Crédito, preenchendo todas as notas da primeira coluna - "Avaliação Atual";
- Em seguida, a matriz passa para o avaliador de crédito, que irá conjugar a análise com os cenários previamente elaborados;

- O raciocínio do avaliador de crédito deve ser o seguinte: se a dificuldade em honrar os pagamentos na data correta pelo cliente, que resultou numa nota 0,7 no atributo "pontualidade", foi resultado de mudanças exógenas em fatores comerciais, como taxa de juros ou alterações bruscas no câmbio, significa que o cliente atua com diferentes pontualidades em diferentes cenários. Se nenhuma alteração macroeconômica desse tipo ocorreu, o problema é intrínseco ao cliente.
- Na primeira situação, o avaliador deverá dar notas maiores a cenários favoráveis ao cliente; na segunda, não. Assim, supondo que o cliente é um importador de bens e seus atrasos ocorrem em momentos de maior alta do dólar, o avaliador deverá dar para "pontualidade" notas entre 0,8 e 0,9 para cenários com dólar baixo e notas entre 0,7 e 0,6 para cenários com aumento do dólar;
- Mesmo tipo de raciocínio deve ser aplicado para os demais atributos e em todos os Cs, preenchendo-se totalmente a matriz.

3.2.2.5 Resultados da aplicação do modelo matricial

Preenchida toda a Matriz de Crédito, tira-se a média dos atributos para cada parâmetro, dentro de cada cenário, obtendo, assim, o valor do parâmetro dentro do cenário, indicados na matriz exemplificada por Q11, Q 12, ... Q61,... Q65.

A média dos parâmetros de risco próprio em cada cenário conjuntural nos fornece um Fator de Avaliação da Empresa - FAE. Cada FAE decorrente dos diferentes cenários corresponderá a um *score* de crédito, equivalente aos scores discutidos nos capítulos anteriores, porém, refletindo um conceito de crédito da empresa específico de determinada situação de equilíbrio macroeconômico (SECURATO, 2002).

O autor enfatiza que o cálculo dos FAEs para cada cenário é calculado como uma média simples das notas de cada critério, mas o modelo permite ajustes,

como, por exemplo, ponderarem-se pesos diferentes para cada C do Crédito, de acordo com a sensibilidade ao risco da empresa ou relevância de cada atributo para a avaliação. Nesse caso, o cálculo dos FAEs seria através da média ponderada das notas dos Cs. Mais uma vez, a decisão sobre este tipo de mudança recai na formulação de uma clara política de crédito.

De forma simplificada, cada FAE representa a capacidade de crédito do cliente. Num extremo, o FAE igual a 1 significa que o cliente honrará seus compromissos com absoluta certeza; noutro extremo, o cliente com FAE igual a zero demonstra que não há nenhuma condição de o cliente honrar seus compromissos.

3.2.2.6 Trabalhando-se com diferentes ponderações para os Atributos

SECURATO (2002) explica que a elevada flexibilidade do modelo apresentado, que permite a cada empresa ponderar suas avaliações de acordo com suas percepções do risco de crédito e ajustar os pesos das notas periodicamente, de forma a buscar refletir, de maneira mais fiel, a previsibilidade do modelo, com base nos *back tests*.

Desta forma, percebe-se que as empresas ajustam os atributos conforme as características de sua clientela, razão pela qual o modelo matricial de crédito ajusta-se a todo e qualquer cliente.

A seguir é demonstrado um exemplo de Matriz de Crédito com ponderações para as notas de cada atributo, destacando a maior importância que a empresa confere, por exemplo, ao atributo “Restrições” que no quadro a seguir, tem a participação de 6,25% na nota final do cliente.

SECURATO (2002) destaca que a matriz apresenta a seguir é apenas um exemplo não servindo de parâmetro para uma aplicação imediata sem critérios para qualquer empresa, visto que nela não se encontra incluso o C “Colateral”, por decisão da política de crédito da empresa.

QUADRO 5 – EXEMPLO DE PREENCHIMENTO DE MATRIZ DE CRÉDITO

Parâmetro de Risco Próprio (probabilidades dos cenários) =>			CENÁRIOS				
			10,00%	15,00%	55,00%	15,00%	10,00%
Peso	Atributos		C1	C2	Atual	C3	C4
Caráter	2,00%	Identificação - Informações completas	4	4	4	4	4
	2,00%	Identificação - Transp e qualidade das inform	4	4	4	4	4
	3,75%	Pontualidade	5	5	5	4	4
	6,25%	Restrições	4	4	3	3	3
	4,00%	Experiência - Oper. Anteriores	3	3	2	2	2
	2,00%	Experiência - exigências técnicas	3	3	3	3	3
	2,00%	Atuação na Praça no curto prazo	5	5	5	5	5
	3,00%	Atuação na Praça no longo prazo	5	5	5	5	4
25,00%		Médias	1,028	1,028	0,925	0,888	0,858
Capacidade	4,50%	Estratégia Empresarial	4	5	5	5	4
	3,50%	Capacitação Técnica dos Dirigentes	5	5	5	5	5
	5,00%	Capacitação Gerencial e Modelo de Gestão	4	4	4	4	4
	3,50%	Gestão Financeira	5	5	5	5	4
	3,50%	Capacitação Tecnológica	5	5	5	5	5
	5,00%	Capacidade de Aportar Recursos	5	5	5	5	4
25,00%		Médias	1,155	1,200	1,200	1,200	1,070
Capital	3,00%	Endividamento	4	3	3	3	3
	4,50%	Endividamento bancário	3	3	3	3	3
	3,30%	Nível de Faturamento	4	4	3	3	3
	3,90%	Evolução do Faturamento	4	4	3	3	2
	3,00%	Ciclo financeiro	4	3	3	3	3
	3,90%	Liquidez	2	3	3	3	3
	3,60%	Rentabilidade (P/L)	2	3	3	3	3
	4,80%	Efeto Tesoura	2	3	3	3	4
30,00%		Médias	0,909	0,972	0,900	0,900	0,909
Conglomerado	3,00%	Influência do Grupo nos Resultados da Empresa	5	5	5	5	5
	2,00%	Poder do Grupo de Garantir a Empresa	5	5	5	5	5
5,00%		Médias	0,250	0,250	0,250	0,250	0,250
Condições	3,60%	Posicionamento em Relação à Concorrência	5	5	5	5	5
	3,45%	Poder de Negociação em Relação aos Clientes	3	3	3	3	3
	3,45%	Poder de Negociação em Relação aos Fornecedores	5	4	4	4	4
	4,50%	Capacidade de Adaptação ao Ambiente Econômico	3	3	3	3	3
16,00%		Médias	0,591	0,557	0,557	0,557	0,557
Total			3,933	4,006	3,832	3,794	3,643

FATOR DE AVALIAÇÃO DA EMPRESA 3,933 4,006 3,832 3,794
36,643
MÉDIA DO FATOR DE AVALIAÇÃO DA EMPRESA 3,843
RISCO DO FATOR DE AVALIAÇÃO DA EMPRESA 0,096
FATOR DE CRÉDITO DA EMPRESA 3,747

FONTE: SECURATO (2002, p. 225)

A seguir é apresentado modelos de gerenciamento do risco de crédito de duas instituições bancárias, as maiores do país, uma do ramo privado e outra do ramo público.

4 MODELOS DE ANÁLISE DE RISCO DE CRÉDITO NOS BANCOS

No presente capítulo serão abordados dois bancos, um público e um privado, os quais são ícones em Ativos Totais, Banco do Brasil e Bradesco, segundo classificação no Banco Central, conforme demonstra-se abaixo:

QUADRO 6 – 50 MAIORES BANCOS POR ATIVOS TOTAIS (-) INTERMEDIACÃO

Ranking	Instituições	TD	TC	Obs.	UF	Ativo Total (-) Intermediação	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Depósito Total	Nº de Func.	Nº de Agências	Índices	
													Basiléia	Imobilização
1	BB	C	1		DF	194.473.351	204.594.608	9.197.065	1.204.555	97.253.319	92.958	3.165	12,24%	28,42%
2	BNDES	I	1		RJ	150.989.064	150.989.064	12.350.242	-26.839	12.063.575	1.545	1	14,47%	67,87%
3	CEF	I	1		DF	122.257.797	128.417.934	4.628.121	516.658	76.606.306	106.548	2.147	14,68%	53,70%
4	BRADESCO	C	3	1	SP	109.665.087	121.853.379	10.982.314	1.103.358	56.653.327	69.796	2.962	17,89%	48,72%
5	ITAU	C	3	1	SP	104.923.702	107.716.519	10.723.206	1.251.314	39.529.224	49.422	2.230	17,05%	45,48%
6	UNIBANCO	C	5		SP	58.522.301	70.902.473	6.657.538	538.550	26.312.387	25.054	906	15,71%	48,79%
7	SANTANDER BANESPA	C	4		SP	53.298.545	54.615.406	5.919.374	1.480.428	19.390.574	20.030	1.017	15,09%	32,14%
8	ABN AMRO	C	4		SP	36.427.993	36.427.993	5.775.829	445.790	15.782.246	22.625	851	15,73%	39,71%
9	CITIBANK	C	4		SP	27.230.090	28.251.075	3.693.301	928.195	1.477.712	2.084	51	19,19%	4,62%
10	NOSSA CAIXA	I	2		SP	26.419.455	28.612.651	1.354.364	100.633	18.088.755	13.964	498	22,62%	27,92%
11	HSBC	C	4		PR	24.349.085	24.753.874	1.349.115	80.522	12.870.027	20.398	944	12,93%	43,38%
12	BANKBOSTON	C	4		SP	23.984.293	24.372.706	2.416.138	371.824	3.487.348	4.037	59	14,91%	20,95%
13	SAFRA	C	3		SP	22.348.360	26.367.776	2.371.008	300.938	7.553.365	4.071	79	16,69%	21,67%
14	VOTORANTIM	C	3		SP	16.728.687	18.797.372	1.741.950	278.395	7.329.743	290	4	19,57%	0,93%
15	SUDAMERIS	C	4		SP	14.907.925	16.068.607	1.383.389	89.984	5.724.054	6.280	297	18,93%	24,08%
16	BILBAO VIZCAYA	C	4		BA	12.799.293	14.248.306	2.576.977	148.704	6.279.749	5.907	440	28,04%	18,69%
17	BANRISUL	C	2		RS	11.204.850	11.204.850	692.982	94.530	6.673.200	8.433	372	12,48%	25,92%
18	BNB	I	1		CE	10.944.670	11.023.681	1.170.266	135.306	3.075.982	6.924	175	19,71%	12,57%
19	JP MORGAN CHASE	C	4		SP	8.472.390	8.994.335	1.348.154	143.646	177.247	428	5	13,01%	6,03%
20	LLOYDS	C	4		SP	8.196.337	8.196.337	918.025	183.652	612.883	400	4	14,90%	14,40%
21	SANTOS	C	3		SP	5.362.311	5.382.530	420.385	43.053	1.143.177	360	4	12,41%	47,99%
22	ALFA	C	3		SP	4.852.142	4.852.142	919.739	56.461	1.372.365	700	9	20,59%	19,91%
23	RURAL	C	3		RJ	4.847.517	4.847.517	513.696	52.907	2.916.307	2.099	83	12,44%	34,36%
24	BANK OF AMERICA	C	4		SP	4.458.853	4.490.531	611.872	-29.775	440.398	152	2	28,15%	7,05%
25	BASA	I	1		PA	4.382.283	4.382.283	1.221.254	110.109	988.970	3.384	83	56,91%	6,39%
26	BNP PARIBAS	I	4		SP	4.370.031	5.359.650	326.519	44.965	144.469	217	4	13,27%	7,08%
27	FIDIS	C	4		SP	4.351.120	4.351.120	858.035	212.060	2.874.945	429	17	19,16%	39,99%
28	CREDIT SUISSE	C	4		SP	3.868.854	5.068.909	728.499	133.123	720.897	19	2	44,44%	4,91%
29	VOLKSWAGEN	C	4		SP	3.756.973	3.756.973	509.617	42.637	2.262.888	542	10	11,86%	9,96%
30	FIBRA	C	3		SP	3.525.755	3.525.755	352.011	31.285	766.378	184	1	18,24%	74,19%
31	WESTLB	C	4		SP	3.276.042	3.303.713	304.343	99.649	24.156	220	3	21,21%	2,49%
32	ABC-BRASIL	C	4		SP	3.247.524	3.346.185	424.244	58.089	1.145.302	178	4	16,83%	30,14%
33	RABOBANK	I	4		SP	3.099.091	3.099.091	113.249	20.924	33.955	68	1	11,33%	1,29%
34	PACTUAL	C	5		RJ	2.982.954	4.185.791	504.547	40.647	1.199.720	299	3	25,28%	4,81%

35	ING	C	4		SP	2.954.372	2.986.173	254.486	55.984	203.254	162	1	21,82%	1,79%
36	MERCANTIL DO BRASIL	C	3		MG	2.923.396	3.807.211	388.168	9.106	2.194.820	4.428	200	11,98%	44,07%
37	GM	C	4		SP	2.588.470	2.588.470	269.415	24.019	1.594.736	493	1	11,61%	22,80%
38	BIC	C	3		SP	2.453.019	2.473.135	308.101	26.583	1.355.375	612	37	11,16%	12,67%
39	TOKYOMITSUBISHI	I	4		SP	2.301.981	2.714.839	365.339	34.362	114.195	166	3	25,44%	2,00%
40	BANESTES	C	2		ES	2.271.751	2.271.751	133.526	-11.199	1.321.856	3.763	95	12,40%	55,84%
41	DRESDNER	C	4		SP	2.232.325	2.232.325	311.012	71.360	43.505	181	6	15,39%	10,49%
42	DEUTSCHE	C	4		SP	2.158.913	2.266.251	354.826	7.201	36.588	234	4	31,08%	15,79%
43	BNL	C	4		SP	2.153.299	2.179.403	211.222	10.801	642.226	238	5	13,23%	16,31%
44	BRDE	I	2		RS	2.081.784	2.081.784	416.605	36.420	0	543	3	32,53%	1,29%
45	BESC	I	1	2	SC	2.034.785	2.034.785	107.141	-981.284	689.910	5.011	256	38,16%	96,53%
46	BRASCAN	C	4		RJ	1.987.833	1.987.833	224.892	-2.235	365.687	127	2	29,85%	11,81%
47	SS	C	3		SP	1.905.951	1.913.776	205.729	6.753	1.541.253	59	1	11,02%	40,87%
48	CNH CAPITAL	I	4		PR	1.676.337	1.676.337	190.880	21.760	0	84	1	12,07%	0,28%
49	BRB	C	2		DF	1.538.470	1.551.170	231.986	2.215	970.116	3.106	53	17,77%	37,37%
50	DAIMLERCHRYSLER	C	4		SP	1.358.157	1.358.157	197.571	26.909	34.490	164	1	16,94%	1,72%

Fonte: Sisbacen

TD (Tipo de Documento): C - Conglomerado , I - Instituição Independente

TC (Tipo de Controle): 1 - Público Federal , 2 - Público Estadual , 3 - Privado Nacional , 4 - Privado Controle Estrangeiro , 5 - Privado Participação Estrangeira

Obs.: 1 - Excepcionalidades ao cumprimento de limites - Vide Relatório

2 - Instituições líderes do conglomerado bancário não optante pela consolidação mensal de balancetes.

4.1 BANCO DO BRASIL

O Banco do Brasil, é a maior instituição financeira da América Latina. Criado em 1808 visando facilitar operações de financiamento e promover o desenvolvimento nacional do setor industrial (BANCO DO BRASIL, 2003).

O Banco do Brasil operou por quase 200 anos no sentido de disponibilizar as facilidades de crédito no interior do Brasil, identificar oportunidades e descobrir novos nichos de mercado e, dessa maneira, generalizar a riqueza e cumprir as expectativas e necessidades dos clientes de cada comunidade específica.

Sua história está marcada por grandes mudanças, como as de 1986, quando deixou de ser uma agência de crédito autônoma do governo e passou a operar livremente no mercado financeiro. Nos anos 90, com o Plano de Estabilização Econômica ("Plano Real"), o Banco do Brasil promoveu o início de uma reorganização administrativa interna objetivando tornar sua administração mais ágil e ajustada para enfrentar as mudanças do competitivo setor bancário brasileiro

(BANCO DO BRASIL, 2003).

Nos últimos anos, as mudanças no Banco do Brasil mostraram que o conglomerado BB, respondeu ao desafio da competição e está preparado para atuar no novo cenário financeiro globalizado.

Aos conceitos de solidez e confiança, enraizados em quase dois séculos de história, o Banco do Brasil procura agregar os de eficiência e qualidade, hoje referenciais para o mercado. Investimentos crescentes em tecnologia e na qualificação dos recursos humanos são essenciais para consolidar esse novo Banco do Brasil. A base dessa reestruturação é o foco no cliente, com ênfase ainda maior na segmentação de mercados prioritários e no atendimento personalizado. Além disso, o Banco do Brasil passou a enfatizar a administração por resultado, maximização de sinergias, concentração no negócio e economia de escala (BANCO DO BRASIL, 2003). Alguns dados do Banco do Brasil que o mantém na liderança de mercado são: primeiro em Ativos com R\$ 209,2 bilhões, primeiro em administração de Recursos de Terceiros R\$ 78 bilhões com 18,6% de participação no mercado, primeiro em depósitos R\$ 98,1, liderança no crédito R\$ 53,5 bilhões, líder no segmento comercial de cambio exportação 28,5% do mercado, maior rede de atendimento no país 12.545 pontos, maior base de clientes 15,9 milhões de clientes com 5,3 milhões de clientes habilitados na Internet

4.1.1 Modelo de Gerenciamento de Risco de Crédito

A despeito das dificuldades enfrentadas neste estudo para obter do banco informações quanto aos modelos e softwares mais utilizados para avaliar o risco de seus créditos, foi repassado que são utilizados softwares de Sistemas Especialistas, de criação própria, que consiste na utilização dos cinco “C” de crédito já abordado neste estudo. Além daquele modelo são também utilizados o Rating e a Matriz de Crédito.

A Matriz de Crédito é formada com base nas informações prestadas pelos

próprios tomadores de crédito na Ficha de Cadastro, anexa ao trabalho, e consultas as agências de restrição de crédito.

Outra maneira do banco gerenciar risco é a Cessão de Crédito, isto é, “vender” para empresas autorizadas pelo CMN e Banco Central as operações vencidas de determinado valor e peculiaridade próprias.

4.2 BANCO BRADESCO

O Bradesco foi fundado em 1943, em Marília, no interior de São Paulo, com o nome de Banco Brasileiro de Descontos. Sua estratégia inicial consistia em atrair o pequeno comerciante, o funcionário público, pessoas de posses modestas, ao contrário dos bancos da época, que só tinham atenções para os grandes proprietários de terras. O Bradesco é um dos primeiros a estimular o uso de cheques por seus correntistas, que são orientados a preencher as folhas nas próprias Agências. Em 1946, a matriz é transferida para a capital paulista, na rua Álvares Penteado, no centro da cidade. Suas Agências passam a receber pagamento de contas de luz, uma inovação no País (BRADESCO, 2003).

Atualmente, o Bradesco é o líder do setor financeiro privado e apresenta o melhor índice de eficiência entre os bancos de varejo. Seu modelo administrativo vem apresentando retorno atraente aos seus *2,3 milhões de acionistas*.

O 1º trimestre de 2003 foi fechado com um Lucro Líquido de R\$ 508 milhões e Ativos Totais de R\$ 145 bilhões. Na área de crédito R\$ 49,655 bilhões foi o saldo, ao final do ano, das operações de crédito consolidadas, incluindo Adiantamento sobre contratos de Câmbio e Arrendamento Mercantil. O Banco tem ainda sob gestão R\$ 75,93 bilhões em fundos de investimento e carteiras administradas.

O Bradesco também ocupa posição de liderança nos mercados de Seguros, Leasing e Capitalização. No segmento de Previdência Privada, superou a marca de 1,2 milhão de participantes, o que representa mais de 50% do mercado

total de previdência privada no país (BRADESCO, 2003).

Presente em todas as regiões do Brasil, o Bradesco dispõe de uma ampla rede de atendimento ao cliente. São 2.965 Agências, mais de 1.871 postos de atendimento bancário e 21.285 mil terminais de auto-atendimento Bradesco Dia e Noite. Uma sofisticada central telefônica, o Fone Fácil, recebe cerca de 229 milhões de ligações por ano e realiza diversos serviços. O Bradesco Internet Banking é outro canal de atendimento com 4,9 milhões de clientes que realizam cerca de 79 milhões de transações. Além disso, grandes grupos econômicos e pessoas físicas com alta disponibilidade financeira recebem atendimento especializado por meio das áreas Private e Corporate.

No exterior, o Bradesco tem Agências em Nova York, Grand Cayman e Nassau, além de subsidiárias em Nova York, Nassau, Luxemburgo, Buenos Aires, Grand Cayman e Tóquio (BRADESCO, 2003).

4.2.2 Modelo de Gerenciamento de Risco de Crédito

O Bradesco gerencia seus créditos por intermédio de sofisticados softwares e os modelos Rating e Matriz de Crédito, utilizando-se também das Fichas Cadastrais, anexas ao estudo, sem contudo informar os níveis de conformidade, isto é, se determinado tomador de crédito foi classificado com risco crítico, aceitável e outros.

Devido as dificuldade na obtenção de informações dos bancos quanto ao gerenciamento de risco de crédito, este estudo fica delimitado as pesquisas bibliográficas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições financeiras, tais como: bancos comerciais, financeiras e sociedades de arrendamento mercantil (leasing), necessitam gerenciar seus riscos de maneira cada vez mais eficaz a fim de não causar prejuízos aos seus acionistas e clientes.

Com a estabilidade econômica, proporcionada pelo Plano Real, os bancos, privados dos benefícios do *floating* (tempo decorrido entre o envio de recursos pelo devedor e o momento em que os recursos estão disponíveis para o credor), acirraram a competitividade e perceberam a necessidade de investir pesadamente em mecanismos, para que seus negócios sejam efetuados com maior agilidade, segurança e eficiência, possibilitando redução de custos e aumento da lucratividade.

A tendência de queda nas taxas de juros e a estabilidade do câmbio indicam que o crédito será a grande fonte de recursos para os bancos nos próximos anos, obrigando o setor bancário a cumprir com maior ênfase sua função básica de fomento à economia.

Em março do ano corrente, passou a vigorar a Resolução 2.682, do Conselho Monetário Nacional, que estabelece novas regras para o provisionamento de créditos em liquidação, baseadas na avaliação da qualidade das carteiras dos bancos. Dessa forma, os bancos terão que classificar as operações de crédito utilizando critérios verificáveis, fundamentados pelas informações internas e externas sobre os clientes, capacidade de pagamento, garantias, prazos e outras.

Como se pode observar, o gerenciamento de risco na avaliação dos pretensos tomadores de créditos para determinar o volume de empréstimos e a taxa a ser cobrada pelos bancos, passa a ser um grande desafio para o mercado financeiro.

Os conceitos verificados na literatura permitem chegar a algumas conclusões. Um gerenciamento de risco satisfatório deve ter cinco características-

chave:

- Sensibilidade para detectar alterações reais na qualidade de crédito;
 - Definir horizontes de tempo para reconhecer mudanças reais de qualidade;
 - Estabilidade de risco onde não ocorreram mudanças fundamentais;
 - Escalonamento graduado de avaliação de risco que facilite racionalmente a precificação do crédito e o estabelecimento dos termos do empréstimo;
 - Consistência de risco entre setores, portes e localizações.
- O gerenciamento de risco por intermédio dos modelos de risco de crédito são de suma importância pois proporcionam ao analista de crédito o insight ou conhecimento que não estaria, de outra maneira, prontamente disponível para auxiliar a tomada de decisão sobre a concessão do crédito.

Em um mercado onde as margens de lucro estão diminuindo rapidamente e a pressão para redução de custos é incessante, o gerenciamento, estruturado, do risco de crédito passa ser uma vantagem competitiva para os bancos. Razão pela qual os bancos tomados como exemplos, Banco do Brasil e Bradesco, utilizam-se, dentre outros dos modelos Rating e Matriz de Crédito, aliados a sofisticados softwares, não divulgados, para o gerenciamento de risco dos seus créditos.

CONCLUSÃO

Por intermédio deste trabalho foi mostrada a importância do gerenciamento do risco de crédito para as instituições financeiras, foi discorrido sobre o Sistema Financeiro Nacional, Classificação Jurídica das Pessoas, Crédito e Risco, Classificação do Risco e Modelos de Análise de Risco.

A despeito das dificuldades em obter dos Bancos informações sobre os modelos, por eles utilizados, no gerenciamento do risco de crédito a literatura sobre o tema propiciou informações relevantes, dentre as quais a que obriga os Bancos a fazerem o controle de risco das suas operações por força de determinações legais do Banco central.

Os modelos 5Cs, Matriz de Risco e Rating, abordados neste estudo, apesar de serem ferramentas não muito complexas ainda fornecem dados confiáveis aos bancos no gerenciamento do risco.

Foi observado que os bancos fazem o gerenciamento do risco de crédito bem antes de conceder empréstimos ou financiamentos. O gerenciamento tem início na análise do cadastro dos seus correntistas.

Este estudo permite concluir que a medida em que as instituições financeiras vão aprimorando os modelos de gerenciar seus riscos de crédito menor vai se tornando o nível de inadimplência das suas carteiras de crédito e conseqüentemente suas perdas financeiras diminuem e seus lucros aumentam. Vide anexo divulgação dos lucros dos dois maiores bancos do país.

Como um trabalho sempre provoca outros trabalhos, sugere-se para futuras pesquisas o tema:

Até que ponto o gerenciamento do risco de crédito aplicado a tomadores de empréstimos e financiamentos alavanca os negócios das micros e medias empresas.

ANEXOS

ANEXO 1 – RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL

RESOLUCAO 2.099

Aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, a instalação de dependências e a obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9. da Lei n. 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 17.08.94, tendo em vista o disposto no art. 4., incisos VIII, XI e XIII, da referida Lei n. 4.595/64, na Lei n. 4.728, de 14.07.65, no art. 20, Parágrafo 1., da Lei n. 4.864, de 29.11.65, no art. 6. do Decreto-Lei n. 759, de 12.08.69, na Lei n. 6.099, de 12.09.74, com as alterações introduzidas pela Lei n. 7.132, de 26.10.83, e no art. 7. do Decreto-Lei n. 2.291, de 21.11.86,

R E S O L V E U:

Art. 1. Aprovar os regulamentos anexos, que disciplinam, relativamente as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

I - a autorização para funcionamento, transferência de controle societário e reorganização - Anexo I;

II - os limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido, ajustado na forma da regulamentação em vigor - Anexo II;

III - a instalação e o funcionamento de dependências no País - Anexo III;

IV - a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido, ajustado na forma da regulamentação em vigor, compatível com o grau de risco da estrutura de ativos - Anexo IV.

Art. 2. A observância dos padrões de capital e patrimônio líquido de que tratam os Anexos II e IV e condição indispensável para o funcionamento das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo 1. Constatado o descumprimento dos padrões de capital e/ou patrimônio líquido referidos neste artigo, o Banco Central do Brasil convocará representantes legais da instituição para informarem acerca das medidas que serão adotadas com vistas a regularização da situação.

Parágrafo 2. O comparecimento dos representantes legais da instituição deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data da convocação, sendo formalizado mediante lavratura de termo específico por parte do Banco Central do Brasil.

Parágrafo 3. Deverá ser apresentado ao Banco Central do Brasil, no prazo de 15 (quinze) dias contados da lavratura do termo de comparecimento, para aprovação, plano de regularização referendado pela diretoria da instituição e pelo conselho de administração, se houver, contendo as medidas previstas para enquadramento e respectivo cronograma de execução, o qual não poderá ser superior a 6 (seis) meses.

Parágrafo 4. A implementação do plano de regularização deverá ser objeto de acompanhamento por parte do auditor independente, o qual remeterá relatórios mensais ao Banco Central do Brasil.

Parágrafo 5. O não enquadramento da instituição nos padrões de capital e patrimônio líquido de que trata este artigo, bem assim a não apresentação do plano de regularização no prazo previsto, a não aprovação do plano pelo Banco Central ou o seu descumprimento, são pressupostos para a aplicação do disposto no art. 15 da Lei n. 6.024, de 13.03.74.

Art. 3. Para efeito do enquadramento do patrimônio líquido ao valor mínimo estabelecido no Anexo II, bem assim de sua compatibilização com o grau de risco da estrutura de ativos da instituição, segundo a metodologia definida no art. 2. do Anexo IV desta Resolução, admitir-se-á a manutenção, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, de depósito em conta vinculada em montante suficiente para suprir a deficiência verificada.

Parágrafo único. O depósito em conta vinculada de que trata este artigo:

I - sera considerado como parte integrante do patrimonio liquido da instituicao;

II - podera ser realizado em especie ou em titulos de emissao do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil, desde que registrado no Sistema Especial de Liquidacao e de Custodia - SELIC;

III - devera ser mantido em conta especifica de custodia no Banco Central do Brasil e relacionado em mapa proprio;

IV - somente sera liberado mediante autorizacao expressa do Banco Central do Brasil.

Art. 4. A instituicao somente podera distribuir resultados, a qualquer titulo, em montante superior aos limites minimos previstos em lei ou em seu estatuto, nas situacoes em que essa distribuicao nao venha a comprometer os padroes de capital e/ou patrimonio liquido referidos nos Anexos II e IV.

Art. 5. Incluir paragrafo unico no art. 16 do Regulamento anexo a Resolucao n. 1.914, de 11.03.92, que disciplina a constituicao e o funcionamento das cooperativas de credito, com a seguinte redacao:

"Art. 16

Paragrafo unico. A captacao de depositos a vista e a prazo mencionadas nas alineas "a" e "b" do inciso I somente pode ser realizada junto a seus associados."

Art. 6. Continua vedada a instalacao de agencia por parte de bancos de desenvolvimento e cooperativas de credito.

Art. 7. Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e adotar as medidas julgadas necessarias a execucao do disposto nesta Resolucao.

Art. 8. Esta Resolucao entra em vigor na data de sua publicacao.

Art. 9. Ficam revogados:

I - a partir da data de publicacao desta Resolucao:

a) as Resolucoes n.s 156, de 10.09.70, 201, de 20.12.71, 246, de 16.01.73, 310, de 25.10.74, 341, de 15.08.75, 632, de 27.08.80, 658, 659 e 660, de 17.12.80, 792, de 11.01.83, 1.082, de 30.01.86, 1.493, de 29.06.88, 1.535, de 30.11.88, 1.602, de 27.04.89, 1.648 e 1.649, de 25.10.89, 1.687, de 21.02.90, 1.741, de 30.08.90, 1.776, de 06.12.90, 1.864, de 05.09.91, 2.056, de 17.03.94, 2.066, de 22.04.94, 2.070, e 2.071, de 06.05.94, as Circulares n.s 755, de 11.01.83, 867, de 17.07.84, 1.305, de 23.03.88, 1.328, de 06.07.88, 1.394, de 09.12.88, 1.404 e 1.408, de 29.12.88, 1.415, de 13.01.89, 1.551, de 07.12.89, 1.863, de 14.12.90, 1.974, de 14.06.91, 2.273, de 29.01.93, 2.289, de 18.03.93, 2.297, de 07.04.93, e 2.314, de 26.05.93, e as Cartas-Circulares n.s 1.927, de 16.05.89, e 2.465, de 21.06.94;

b) os itens III a VI da Resolucao n. 20, de 04.03.66, o art. 2. do Regulamento anexo a Resolucao n. 394, de 03.11.76, os itens II e III da Resolucao n. 980, de 13.12.84, e os arts. 2. e 5. do respectivo Regulamento anexo, o item III da Resolucao n. 1.120, de 04.04.86, e o art. 5. do respectivo Regulamento anexo, os itens II a IV da Resolucao n. 1.428, de 15.12.87, os itens I a IV e VII a X da Resolucao n. 1.524, de 21.09.88, e os arts. 1., 2., 5., 6., 7., 8., 10 e 13 do respectivo Regulamento anexo, os itens II a VIII da Resolucao n. 1.632, de 24.08.89, o art. 6. do Regulamento anexo a Resolucao n. 1.655, de 26.10.89, o art. 2. da Resolucao n. 1.770, de 28.11.90, e o art. 4. do respectivo Regulamento anexo, o art. 54 do Regulamento anexo a Resolucao n. 1.914, de 11.03.92, os itens 2 a 4, alineas "b" a "f" e "h" do item 5 e itens 6 a 13 da Circular n. 1.364, de 04.10.88, e o art. 1. da Carta-Circular n. 2.278, de 25.05.92;

c) o inciso XI do art. 2. do Regulamento anexo a Resolucao n. 1.655, de 26.10.89, tao-somente no que se refere a emissao de cédulas pignoratícias de debêntures;

II - a partir de 31.12.94:

a) a Resolucao n. 1.608, de 31.05.89, e as Circulares n.s 1.341, de 28.07.88, 1.524, de 10.08.89, e 1.849, de 21.11.90;

b) os itens I a III e as alineas "a" e "b" do item V da Resolucao n. 1.499, de 27.07.88, o item VII da Resolucao n. 1.502, de 28.07.88, os arts. 2. e 3. da Resolucao n. 1.949, de 29.07.92, o art. 2. da Circular n. 1.967, de 28.05.91, e o inciso II do art. 2. da Circular n. 2.402, de 13.01.94;

c) tao-somente no que se referem aos limites de endividamento o art. 1. da Resolucao n. 1.949, de 29.07.92, e a Resolucao n. 1.990, de 30.06.93;

d) exceto com relacao aos limites de endividamento de cooperativas de credito as Resolucoes n.s 1.556, de 22.12.88, e 1.909, de 26.02.92, a Circular n. 2.211, de 05.08.92, e os arts. 1. e 2. da Carta-Circular n. 2.315, de 02.09.92.

III - a partir de 30.04.95:

a) as Resolucoes n.s 1.339, de 15.06.87, 1.409, de 29.10.87, 1.523, de 21.09.88, 1.595, de 29.03.89, e 1.933, de 30.06.92, as Circulares n.s 1.364, de 04.10.88, 1.399, de 27.12.88, e 2.364, de 23.09.93, e a Carta-Circular n. 2.311, de 01.09.92;

b) os itens V e VI da Resolucao n. 1.524, de 21.09.88, e os arts. 3. e 4. do respectivo Regulamento anexo, o art. 3. do Regulamento anexo a Resolucao n. 1.770, de 28.11.90, o Paragrafo 2. do art. 1. da Resolucao n. 2.042, de 13.01.94, e o paragrafo unico do art. 4. do Regulamento anexo a Circular n. 2.388, de 17.12.93.

Brasilia, 17 de agosto de 1994

Pedro Sampaio Malan
Presidente

REGULAMENTO ANEXO I A RESOLUCAO N. 2.099, DE 17.08.94, QUE DISCIPLINA A AUTORIZACAO PARA FUNCIONAMENTO, TRANSFERENCIA DE CONTROLE SOCIETARIO E REORGANIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS E DEMAIS INSTITUICOES AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL.

CAPITULO I

Da Autorizacao para Funcionamento e da
Transferencia do Controle Societario

Art. 1. A concessao, por parte do Banco Central do Brasil, de autorizacao para o funcionamento de bancos multiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades de credito, financiamento e investimento, sociedades de credito imobiliario, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de titulos e valores mobiliarios, sociedades distribuidoras de titulos e valores mobiliarios e sociedades corretoras de cambio esta condicionada a:

I - comprovacao, pelos controladores, de situacao economica compativel com o empreendimento, observados os seguintes parametros:

a) em se tratando de pessoa juridica, o patrimonio liquido respectivo, deduzida a parte referente ao investimento na nova instituicao, deve corresponder a, pelo menos, 220% (duzentos e vinte por cento) desse investimento;

b) em se tratando de pessoa fisica, seu patrimonio, deduzida a parte referente ao investimento na nova instituicao e eventual participacao em pessoa juridica referida na alinea anterior, deve corresponder a, pelo menos, 120% (cento e vinte por cento) desse investimento;

II - inexistencia de restricao cadastral aos administradores e controladores, inclusive em razao da declaracao de proposito de que trata o art. 2. deste Regulamento;

III - que o montante do capital integralizado corresponda, no minimo, ao limite fixado para a instituicao nos termos do Anexo II.

Art. 2. Os controladores da instituicao a ser constituída deverao publicar declaracao de proposito nos termos a serem estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Paragrafo 1. Em se tratando da constituicao de instituicao por parte de pessoa fisica e/ou juridica controladora de instituicao da natureza daquelas de que trata este Regulamento, fica essa pessoa dispensada do cumprimento da exigencia prevista neste artigo.

Paragrafo 2. A dispensa prevista no paragrafo anterior nao se aplica aos controladores de sociedades distribuidoras de titulos e valores mobiliarios, sociedades corretoras de titulos e valores mobiliarios e sociedades corretoras de cambio.

Art. 3. Aplicam-se a transferencia, direta ou indireta, do controle societario as disposicoes deste capitulo.

CAPITULO II

Da Autorizacao para Reorganizacao

Art. 4. Dependem igualmente da autorizacao do Banco Central do Brasil, observado, no que couber, o disposto nos arts. 1. e 2., os seguintes atos de reorganizacao das instituicoes de que trata este Regulamento:

- I - transformacao em banco multiplo;
- II - mudanca do objeto social;
- III - criacao de carteira operacional, por banco multiplo;
- IV - mudanca do tipo juridico;
- V - fusao, cisao ou incorporacao.

Art. 5. As instituicoes controladas por pessoas fisicas ou juridicas residentes ou domiciliadas no exterior, integrantes ou nao de conglomerado, poderao ser transformadas em banco multiplo.

Paragrafo unico. As instituicoes remanescentes de conglomerado referido neste artigo, na hipotese de transferencia do controle societario para pessoas fisicas ou juridicas residentes ou domiciliadas no exterior, nao poderao transformar-se em bancos multiplos.

Art. 6. As sociedades de arrendamento mercantil e vedada a transformacao em banco multiplo.

CAPITULO III

Do Banco Multiplo

Art. 7. O banco multiplo devera constituir-se com, no minimo, duas das seguintes carteiras, sendo uma delas obrigatoriamente comercial ou de investimento:

- I - comercial;
- II - de investimento e/ou de desenvolvimento, a ultima exclusiva para bancos publicos;
- III - de credito imobiliario;
- IV - de credito, financiamento e investimento; e
- V - de arrendamento mercantil.

Paragrafo 1. As operacoes realizadas por banco multiplo estao sujeitas as mesmas normas legais e regulamentares aplicaveis as instituicoes singulares correspondentes as suas carteiras, observado o disposto no art. 35, inciso I, da Lei n. 4.595, de 31.12.64.

Paragrafo 2. Nao ha vinculacao entre as fontes de recursos captados e as aplicacoes do banco multiplo, salvo os casos previstos em legislacao e regulamentacao especificas.

Paragrafo 3. E vedado ao banco multiplo emitir debentures.

CAPITULO IV

Das Disposicoes Gerais

Art. 8. A transformacao de instituicao autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em qualquer outro tipo de instituicao implicara o cancelamento automatico da autorizacao original para funcionar.

Art. 9. O percentual de participacao estrangeira no capital social das instituicoes nao podera ultrapassar o nivel verificado.
Continua...

ficado quando da promulgacao da Constituicao Federal, ressalvados os casos previstos no art. 52, Paragrafo unico, do Ato das Disposicoes Constitucionais Transitorias.

Art. 10. As autorizacoes de que trata este Regulamento sao concedidas em carater inegociavel, intransferivel e sem onus.

Art. 11. O Banco Central do Brasil:

I - indeferira sumariamente, a seu criterio, os pedidos relacionados com os assuntos de que trata este Regulamento, caso venham a ser apuradas irregularidades cadastrais contra os administradores e/ou controladores da instituicao;

II - podera solicitar quaisquer documentos e/ou informacoes adicionais que julgar necessarios a decisao acerca da pretensao;

III - publicara no Diario Oficial sua decisao.

Art. 12. A pratica de qualquer ato disciplinado por este Regulamento sem a devida autorizacao sera considerada falta grave, sujeitando a instituicao e seus administradores as penalidades previstas na legislacao em vigor, sem prejuizo de seu imediato cancelamento e nulidade dos efeitos dele decorrentes.

REGULAMENTO ANEXO II A RESOLUCAO N. 2.099, DE 17.08.94, QUE ESTABELECE LIMITES MINIMOS DE CAPITAL REALIZADO E PATRIMONIO LIQUIDO PARA AS INSTITUICOES FINANCEIRAS E DEMAIS INSTITUICOES AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL.

Art. 1. Os limites minimos de capital realizado e patrimonio liquido abaixo especificados devem ser permanentemente observados pelas instituicoes financeiras e demais instituicoes autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

I - R! 7.000.000,00 (sete milhoes de reais): banco comercial ou carteira comercial de banco multiplo;

II - R! 6.000.000,00 (seis milhoes de reais): banco de investimento, banco de desenvolvimento, sociedade de credito imobiliario, correspondentes carteiras de banco multiplo ou caixa economica;

III - R! 3.000.000,00 (tres milhoes de reais): sociedade de credito, financiamento e investimento, sociedade de arrendamento mercantil ou correspondentes carteiras de banco multiplo;

IV - R! 600.000,00 (seiscentos mil reais): sociedade corretora de titulos e valores mobiliarios e sociedade distribuidora de titulos e valores mobiliarios que administrem fundos de investimento nas modalidades regulamentadas pelo Banco Central do Brasil - exceto fundos de investimento em quotas de fundos de investimento - ou sociedades de investimento, bem assim que realizem operacoes compromissadas, de garantia firme de subscricao de valores mobiliarios para revenda, de conta margem e/ou de "swap";

V - R! 200.000,00 (duzentos mil reais):

a) sociedade corretora de titulos e valores mobiliarios e sociedade distribuidora de titulos e valores mobiliarios que exerçam atividades nao incluidas no inciso anterior;

b) sociedade corretora de cambio.

Paragrafo 1. Em se tratando de banco multiplo, o somatorio dos valores correspondentes as carteiras tera reducao de 20% (vinte por cento).

Paragrafo 2. Em se tratando de instituicao que tenha sede e, no minimo, 70% (setenta por cento) de suas dependencias localizadas fora dos Estados do Rio de Janeiro e/ou de Sao Paulo, os valores de capital realizado e patrimonio liquido exigidos nos termos deste artigo terao reducao de 30% (trinta por cento).

Paragrafo 3. Em se tratando de agencia de instituicao financeira domiciliada no exterior ou de banco comercial ou banco multiplo com carteira comercial sob controle estrangeiro direto ou indireto, os limites minimos estabelecidos neste artigo terao acrescimo de 100% (cem por cento).

Paragrafo 4. Para a instituicao operar em cambio no mercado de cambio de taxas livres devem ser adicionados R! 3.000.000,00 (tres milhoes de reais) aos valores de capital realizado e patrimonio liquido estabelecidos neste artigo.

Paragrafo 5. Para efeito de verificacao da observancia do limite minimo de capital realizado, sera adicionado o valor

correspondente ao resultado da correcao monetaria do capital realizado.

Paragrafo 6. Os valores referidos neste artigo serao atualizados, mensalmente, a partir de 01.09.94, pelo mesmo indice estabelecido para efeito de correcao monetaria patrimonial.

Art. 2. Observados os limites minimos de capital realizado e patrimonio liquido exigidos nos termos do art. 1., as instituicoes referidas neste Regulamento podem pleitear a instalacao, no Pais, de ate 10 (dez) agencias.

Paragrafo unico. E facultada a instalacao de agencias alem do numero previsto neste artigo, desde que ao montante dos respectivos valores minimos de capital realizado e patrimonio liquido, exceto para as agencias pioneiras, sejam adicionados 2% (dois por cento) para os Estados do Rio de Janeiro e/ou Sao Paulo e 1% (um por cento) para os demais estados, por unidade.

Art. 3. E facultada a instalacao de agencias no exterior, desde que, observada a regulamentacao especifica, ao montante dos respectivos valores minimos de capital realizado e patrimonio liquido sejam adicionados 30% (trinta por cento), por unidade.

Art. 4. A adaptacao dos valores de capital realizado e patrimonio liquido aos limites minimos fixados neste Regulamento devera ocorrer ate 30.04.95.

Paragrafo 1. Em se tratando de sociedade corretora de titulos e valores mobiliarios, sociedade corretora de cambio e sociedade distribuidora de titulos e valores mobiliarios a adaptacao de que trata este artigo devera ocorrer da seguinte forma:

I - 60% (sessenta por cento), no minimo, ate 30.04.95;

II - 100% (cem por cento) ate 30.04.96.

Paragrafo 2. A concessao de qualquer autorizacao prevista no Anexo I, a abertura de novas agencias, bem assim a capacitacao ou habilitacao para o exercicio de atividade para a qual haja previsao de capital realizado e patrimonio liquido, implicarao a necessidade de pronto atendimento dos limites minimos fixados neste Regulamento.

Paragrafo 3. Permanece, para as instituicoes em funcionamento, ate que esgotado o prazo previsto no "caput" deste artigo, a necessidade de observancia dos limites de capital realizado e patrimonio liquido fixados na regulamentacao em vigor quando da publicacao deste Regulamento.

REGULAMENTO ANEXO III A RESOLUCAO N. 2.099, DE 17.08.94, QUE DISCIPLINA A INSTALACAO E O FUNCIONAMENTO, NO PAIS, DE DEPENDENCIAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS E DEMAIS INSTITUICOES AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL

CAPITULO I

Das Dependencias

Art. 1. As dependencias de instituicoes financeiras e demais instituicoes autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil classificam-se em:

I - Agencia;

II - Posto de Atendimento Bancario (PAB);

III - Posto de Atendimento Transitorio (PAT);

IV - Posto de Compra de Ouro (PCO);

V - Posto de Atendimento Bancario Eletronico (PAE);

VI - Posto de Atendimento Cooperativo (PAC).

CAPITULO II

Da Agencia

Art. 2. Agencia e a dependencia de instituicoes financeiras e demais instituicoes autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil destinada a pratica das atividades para as quais a instituicao esteja regulamentarmente habilitada.

Paragrafo unico. As instituicoes de que trata este artigo poderao centralizar a contabilidade das agencias de um mesmo municipio em agencia da mesma praca, desde que comunicado previamente ao Banco Central do Brasil, que podera adotar procedimentos especificos relativamente as operacoes de cambio.

Art. 3. Agencia pioneira e aquela instalada em praca

desassistida de qualquer outra agencia de banco multiplo com carteira comercial, banco comercial ou caixa economica, podendo ter horario de atendimento ao publico diferente do horario estabelecido para a pra-
ca, desde que fixado de comum acordo com as autoridades municipais.

Paragrafo unico. A contabilidade do movimento da agencia pioneira pode ficar a cargo da sede ou de outra agencia, que incorporara periodicamente os lancamentos, sendo obrigatorio este procedimento por ocasio dos balancetes e balancos.

CAPITULO III

Do Posto de Atendimento Bancario (PAB)

Art. 4. Posto de Atendimento Bancario (PAB) e a dependencia de banco multiplo com carteira comercial, de banco comercial e de caixa economica, com as seguintes caracteristicas:

I - somente pode ser instalado em recinto interno de entidade da administracao publica ou de empresa privada;

II - destina-se a prestar todos os servicos para os quais a instituicao esteja regulamentarmente habilitada de exclusivo interesse:

a) do respectivo governo e de seus funcionarios, quando instalado em entidade de administracao publica;

b) da respectiva empresa, de seus empregados e administradores, quando instalado em dependencia de empresa privada;

III - subordina-se a sede ou a uma agencia instalada no mesmo municipio, a cuja contabilidade seu movimento diario deve ser incorporado na mesma data em que ocorrer;

IV - pode ter horario de atendimento diferente do horario da sede ou agencia a qual esta subordinado, condicionado as conveniencias da instituicao financeira e da entidade publica ou empresa beneficiada.

CAPITULO IV

Do Posto de Atendimento Transitorio (PAT)

Art. 5. Posto de Atendimento Transitorio (PAT) e a dependencia de banco multiplo, banco comercial, caixa economica, banco de investimento, banco de desenvolvimento, sociedade de credito imobiliario, sociedade de credito, financiamento e investimento, sociedade de arrendamento mercantil, sociedade corretora de titulos e valores mobiliarios, sociedade distribuidora de titulos e valores mobiliarios e cooperativa de credito, exceto as do tipo "Luzzatti", com as seguintes caracteristicas:

I - somente pode ser instalado em:

a) recintos de feiras, de exposicoes, de congressos e de outros eventos de natureza semelhante;

b) locais de grande afluxo temporario de publico;

II - destina-se a prestar os servicos permitidos a instituicao, vedado seu funcionamento por mais de 90 (noventa) dias;

III - subordina-se a sede ou a uma agencia da instituicao, a cuja contabilidade seu movimento diario deve ser incorporado na mesma data em que ocorrer;

IV - pode ter horario de atendimento ao publico diferente do horario de funcionamento da sede ou agencia a que estiver subordinado;

V - pode ser fixo ou movel.

CAPITULO V

Do Posto de Compra de Ouro (PCO)

Art. 6. Posto de Compra de Ouro (PCO) e a dependencia de banco multiplo com carteira comercial e/ou de investimento, banco comercial, banco de investimento, sociedade corretora de titulos e valores mobiliarios e sociedade distribuidora de titulos e valores mobiliarios, com as seguintes caracteristicas:

I - destina-se, exclusivamente, a aquisicao de ouro fisico em regioes produtoras, vedada a realizacao de qualquer outro tipo de operacao;

II - subordina-se a sede ou a uma agencia, a cuja contabilidade seu movimento diario deve ser incorporado na mesma data em que ocorrer;

III - pode ter horario de atendimento ao publico diferente do horario de funcionamento da sede ou agencia a que estiver subordinado.

Paragrafo unico. A instituicao devera, de acordo com os prazos e condicoes estabelecidos pelo Banco Central do Brasil:

I - comunicar a instalacao, o encerramento ou a mudanca de localizacao do PCO aquela Autarquia, a Secretaria de Fazenda Estadual e a respectiva Prefeitura Municipal;

II - informar mensalmente ao Banco Central do Brasil o volume de ouro adquirido diariamente.

CAPITULO VI

Do Posto de Atendimento Bancario Eletronico (PAE)

Art. 7. Posto de Atendimento Bancario Eletronico (PAE) e a dependencia automatizada de banco multiplo com carteira comercial, banco comercial e caixa economica, com as seguintes caracteristicas:

I - destina-se a prestar os seguintes servicos:

- a) saques;
- b) depositos;
- c) pagamentos;
- d) saldos de contas;
- e) extratos de conta;
- f) transferencias de fundos;
- g) fornecimento de talonario de cheques;

II - o atendimento ao cliente e efetuado por meio de transacao acionada exclusivamente com insercao de senha privativa;

III - pode ser fixo ou movel;

IV - deve estar vinculado a uma rede individual - pertencente a uma instituicao financeira ou sua subsidiaria - ou associada - pertencente a mais de uma instituicao financeira ou de suas subsidiarias, sendo:

- a) admitida, mediante convenio, a participacao de outras instituicoes financeiras;
- b) utilizado por clientes das instituicoes proprietarias e/ou das instituicoes convenientes;

V - nao esta sujeito ao horario fixado para o funcionamento das instituicoes financeiras.

Paragrafo 1. As redes devem manter centrais de controle e processamento que permitam o acompanhamento diario de cada posto, bem como a interrupcao de suas operacoes quando necessario.

Paragrafo 2. No caso de rede associada ou ocorrendo a hipotese de participacao por convenio, as centrais de controle devem ser capazes de executar os procedimentos mencionados no paragrafo anterior a nivel de cada instituicao participante.

Paragrafo 3. A criacao de rede associada depende de previa autorizacao do Banco Central do Brasil.

Continua...

Paragrafo 4. A rede individual somente podera ser instalada em municipio em que a instituicao tenha sede ou agencia.

CAPITULO VII

Do Posto de Atendimento Cooperativo (PAC)

Art. 8. Posto de Atendimento Cooperativo (PAC) e a dependencia de cooperativa de credito, exceto as do tipo "Luz-zatti", destinada a prestar os servicos para os quais a instituicao esteja regulamentarmente habilitada, com as seguintes caracteristicas:

I - pode ser instalado exclusivamente no municipio da sede e nos municipios limitrofes;

II - o atendimento deve ser executado exclusivamente por funcionarios da cooperativa;

III - nao pode ter contabilidade propria, devendo seu movimento diario ser incorporado ao da sede na mesma data em que ocorrer;

IV - pode ter horario de atendimento ao publico diferente do horario estabelecido para a praca.

CAPITULO VIII

Das Disposicoes Especiais

Art. 9. Os bancos multiplos, os bancos comerciais, as caixas economicas, os bancos de investimento, os bancos de desenvolvimento, as sociedades de credito imobiliario, as sociedades de credito, financiamento e investimento, as sociedades de arrendamento mercantil, as cooperativas de credito, as sociedades corretoras de titulos e valores mobiliarios, as sociedades distribuidoras de titulos e valores mobiliarios e as sociedades corretoras de cambio podem manter Unidade Administrativa Desmembrada (UAD), destinada a executar atividades contabeis e administrativas de natureza interna, observado o seguinte:

I - deve ser instalada no mesmo municipio da sede ou de agencia da instituicao;

II - e vedado o atendimento ao publico e a divulgacao do endereco da UAD em impresso ou em qualquer tipo de propaganda.

Art. 10. Os bancos multiplos com carteira de credito, financiamento e investimento e as sociedades de credito, financiamento e investimento podem manter, nas pracas onde tenham agencia, pessoas de seus quadros funcionais junto a estabelecimentos comerciais para a contratacao de operacoes de financiamento ao consumidor final e respectiva cobranca.

CAPITULO IX

Das Disposicoes Gerais

Art. 11. E condicao indispensavel para a instalacao de agencias das instituicoes de que trata este Regulamento o cumprimento das disposicoes legais e regulamentares, em especial:

I - niveis minimos de capital realizado e patrimonio liquido ajustado, nos termos do art. 4., Paragrafo 2., do Anexo II;

II - valor de patrimonio liquido ajustado compativel com o grau de risco da estrutura de seus ativos;

III - indice de imobilizacoes;

IV - limites de diversificacao de risco e demais limites operacionais;

V - autorizacao previa do Banco Central do Brasil.

Art. 12. A autorizacao por parte do Banco Central do Brasil para a instalacao de agencia podera ser obtida de uma das seguintes formas:

I - automaticamente, mediante transacao especifica do Sistema de Informacoes Banco Central (SISBACEN);

II - por intermedio de solicitacao por escrito, no caso de postulante que nao tenha acesso ao SISBACEN.

Paragrafo 1. Caso nao autorizado, o pleito efetuado nos termos do inciso I podera ser reiterado na forma prevista no inciso II, devidamente fundamentado.

Paragrafo 2. O Banco Central do Brasil estabelecera as condicoes a serem observadas para fins de obtencao da autorizacao de que trata este artigo.

Art. 13. Uma vez obtida a autorizacao de que trata o artigo anterior, a agencia devera entrar em funcionamento no prazo de ate 360 (trezentos e sessenta) dias.

Paragrafo unico. A nao observancia do prazo previsto neste artigo implicara o cancelamento automatico da autorizacao.

Art. 14. Fica autorizada a instalacao das demais dependencias de que trata este Regulamento, observada a necessidade de:

- I - previa comunicacao ao Banco Central do Brasil;
- II - previo atendimento dos seguintes limites operacionais:
 - a) niveis minimos de capital realizado e patrimonio liquido ajustado;
 - b) valor de patrimonio liquido ajustado compativel com o grau de risco da estrutura de seus ativos;
 - c) indice de imobilizacoes;
 - d) limites de endividamento e de diversificacao de risco.

Art. 15. O inicio de atividades, o encerramento ou a mudanca de localizacao das dependencias de que trata este Regulamento, inclusive UAD, deve ser objeto de igual comunicacao ao Banco Central no prazo maximo de 5 (cinco) dias contados da data de sua ocorrencia.

Paragrafo unico. A comunicacao de que trata este artigo pode ser efetuada mediante transacao do SISBACEN.

Art. 16. A instalacao de agencia sem a devida autorizacao sera considerada falta grave, sujeitando a instituicao e seus administradores as penalidades previstas na legislacao em vigor, sem prejuizo do imediato encerramento da agencia constituída de forma irregular.

Art. 17. A abertura, no Pais, de agencias de instituicoes financeiras domiciliadas no exterior ou sob controle, direto ou indireto, de capital estrangeiro que implique aumento do numero existente em 05.10.88 fica condicionada a promulgacao da lei complementar prevista no art. 192 da Constituicao Federal, observado o disposto no paragrafo unico do art. 52 do Ato das Disposicoes Constitucionais Transitorias.

Art. 18. Nao sera mais permitida a instalacao de Posto de Atendimento Bancario (PAB) em municipio desassistido, Posto Bancario de Arrecadacao e Pagamentos (PAP), Posto Avancado de Credito Rural (PACRE), Loja de Poupanca e Loja de Credito ao Consumidor, observado, relativamente aos existentes na data da publicacao deste Regulamento, que:

- I - deverao continuar prestando somente servicos para os quais foram criados;
- II - caso venham a ser encerrados, nao poderao ser reabertos;
- III - nao poderao mudar de endereco.

Art. 19. A autorizacao de que trata o art. 12 e a comunicacao referida no art. 15 deste Regulamento deverao ser solicitada e efetuada, respectivamente, por escrito, enquanto nao disponivel as correspondentes transacoes do SISBACEN.

REGULAMENTO ANEXO IV A RESOLUCAO N. 2.099, DE 17.08.94, QUE ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE MANUTENCAO, PELAS INSTITUICOES FINANCEIRAS E DEMAIS INSTITUICOES AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, DE VALOR DE PATRIMONIO LIQUIDO, AJUSTADO NA FORMA DA REGULAMENTACAO EM VIGOR, COMPATIVEL COM O GRAU DE RISCO DA ESTRUTURA DE SEUS ATIVOS.

Art. 1. As instituicoes financeiras e demais instituicoes autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as cooperativas de credito, alem dos limites minimos de capital realizado e patrimonio liquido estabelecidos no Anexo II, devem manter valor de patrimonio liquido ajustado compativel com o grau de risco da estrutura de seus ativos.

Paragrafo unico. A obtencao do valor de que se trata levava em consideracao a ponderacao das operacoes ativas da institui-

cao pelo risco a essas atribuido.

Art. 2. O calculo do valor de patrimonio liquido referido no artigo anterior obedecera a seguinte formula:

$$PLE = 0,08 \text{ (Apr)}, \text{ onde:}$$

PLE = patrimonio liquido exigido em funcao do risco das operacoes ativas;

Apr = Ativo ponderado pelo risco = total do produto dos titulos do Ativo Circulante e Realizavel a Longo Prazo (codigo 1.0.0.00.00-7 do COSIF) pelos fatores de risco correspondentes + produto do Ativo Permanente (codigo 2.0.0.00.00-4 do COSIF) pelo fator de risco correspondente + produto dos titulos de Obrigacoes e Riscos em Garantias Prestadas (codigo 3.0.1.00.00-4 do COSIF) pelos fatores de risco correspondentes.

Paragrafo 1. Os riscos das operacoes serao classificados de acordo com os fatores constantes da tabela anexa a este Regulamento.

Paragrafo 2. Fica o Banco Central do Brasil autorizado a alterar a tabela referida no paragrafo anterior, bem como atribuir fatores de risco a novos titulos contabeis criados no COSIF.

Paragrafo 3. Qualquer alteracao da metodologia de calculo, dos fatores de risco ou inclusao de titulo na tabela mencionada no Paragrafo 1. que resultar em maior exigencia de patrimonio liquido implicara concessao de prazo de adaptacao nao inferior a 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 3. Para efeito da verificacao do atendimento da condicao estabelecida no art. 1. deste Regulamento devera ser deduzido do respectivo patrimonio liquido, ajustado na forma da regulamentacao em vigor, o montante das participacoes no capital social de instituicoes financeiras e demais instituicoes autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como o valor dos investimentos realizados em participacoes societarias em instituicoes financeiras no exterior.

Art. 4. As instituicoes financeiras e demais instituicoes autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil integrantes de conglomerado fica facultada, alternativamente ao disposto no artigo anterior, a apuracao do valor do patrimonio liquido de forma consolidada, ajustado na forma da regulamentacao em vigor.

Paragrafo 1. Para os fins do disposto neste artigo deve ser utilizado o conceito de conglomerado adotado pelo Plano Contabil das Instituicoes do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Paragrafo 2. A opcao pela utilizacao da faculdade de que trata este artigo deve ser objeto de deliberacao em assembleia geral extraordinaria de cada uma das instituicoes integrantes do conglomerado e:

I - implica a obrigatoriedade de comunicacao da decisao ao Banco Central do Brasil;

II - ocorre sem prejuizo da obrigatoriedade de proceder-se as deducoes de que trata o artigo anterior, relativamente as instituicoes nao integrantes do conglomerado;

III - somente podera ser revista a partir do exercicio seguinte ao da opcao e desde que o teor da correspondente decisao seja comunicado ao Banco Central do Brasil com antecedencia minima de 1 (um) mes.

Art. 5. As instituicoes referidas no art. 1. terao prazo ate 31.12.94 para a adaptacao dos respectivos valores de patrimonio liquido as condicoes estabelecidas neste Regulamento.

TABELA ANEXA AO ANEXO IV DA RESOLUCAO N. 2.099, de 17.08.94

TABELA DE CLASSIFICACAO DOS ATIVOS

Fatores de Ponderacao de Risco

RISCO NULO - Fator de Ponderacao 0%

Valores em moeda corrente

1.1.1.00.00-9 Caixa

Reservas livres em especie depositadas no Banco Central

1.1.3.00.00-5 Reservas Livres

Aplicacoes em operacoes compromissadas com recursos proprios - posicao bancada - titulos publicos federais e de instituicoes financeiras ligadas

1.2.1.10.03-6 Letras Financeiras do Tesouro

1.2.1.10.05-0 Letras do Tesouro Nacional

1.2.1.10.07-4 Notas do Tesouro Nacional

1.2.1.10.10-8 Obrigacoes do Tesouro Nacional

1.2.1.10.12-2 Bonus do Tesouro Nacional

1.2.1.10.15-3 Letras do Banco Central
1.2.1.10.16-0 Notas do Banco Central
1.2.1.10.18-4 Bonus do Banco Central
1.2.1.10.30-4 CDB - Instituicao Financeira Ligada
1.2.1.10.40-7 LC - Instituicao Financeira Ligada
1.2.1.10.50-0 LI - Instituicao Financeira Ligada

Aplicacoes em operacoes compromissadas com recursos de terceiros -
posicao financiada

1.2.1.20.00-2 Revendas a Liquidar - Posicao Financiada
1.2.1.95.00-6 (-) Rendas a Apropriar de Aplicacoes em Operacoes
Compromissadas

Aplicacoes em depositos interfinanceiros com recursos proprios em
instituicoes financeiras ligadas

1.2.2.10.10-1 Ligadas
1.2.2.10.30-7 Ligadas - Vinculados ao Credito Rural

Depositos voluntarios no Banco Central de sociedades de credito imo-
biliario

1.2.3.00.00-4 Aplicacoes Voluntarias no Banco Central

Aplicacoes em moedas estrangeiras no Banco Central - cambio

1.2.6.10.30-9 Banco Central - Excesso de Posicao
1.2.6.20.30-6 Banco Central - Excesso de Posicao

Aplicacoes em titulos de renda fixa intermediados - titulos publicos
federais e de instituicoes financeiras ligadas

1.3.1.05.03-3 Letras Financeiras do Tesouro
1.3.1.05.05-7 Letras do Tesouro Nacional
1.3.1.05.10-5 Obrigacoes do Tesouro Nacional
1.3.1.05.12-9 Bonus do Tesouro Nacional
1.3.1.05.15-0 Letras do Banco Central
1.3.1.05.30-1 CDB - Instituicao Financeira Ligada
1.3.1.05.40-4 LC - Instituicao Financeira Ligada
1.3.1.05.50-7 LI - Instituicao Financeira Ligada
1.3.1.05.60-0 LH - Instituicao Financeira Ligada

Aplicacoes em titulos de renda fixa - carteira propria - titulos pu-
blicos federais e de instituicoes financeiras ligadas

1.3.1.10.03-5 Letras Financeiras do Tesouro
1.3.1.10.05-9 Letras do Tesouro Nacional
1.3.1.10.07-3 Notas do Tesouro Nacional
1.3.1.10.10-7 Obrigacoes do Tesouro Nacional
1.3.1.10.12-1 Bonus do Tesouro Nacional
1.3.1.10.15-2 Letras do Banco Central
1.3.1.10.16-9 Notas do Banco Central
1.3.1.10.18-3 Bonus do Banco Central
1.3.1.10.30-3 CDB - Instituicao Financeira Ligada
1.3.1.10.40-6 LC - Instituicao Financeira Ligada
1.3.1.10.50-9 LI - Instituicao Financeira Ligada
1.3.1.10.60-2 LH - Instituicao Financeira Ligada

Aplicacoes em titulos de renda fixa vinculados a operacoes compromis-
sadas - titulos publicos federais e de instituicoes financeiras liga-
das

1.3.2.10.03-8 Letras Financeiras do Tesouro
1.3.2.10.05-2 Letras do Tesouro Nacional
1.3.2.10.07-6 Notas do Tesouro Nacional
1.3.2.10.10-0 Obrigacoes do Tesouro Nacional
1.3.2.10.12-4 Bonus do Tesouro Nacional
1.3.2.10.15-5 Letras do Banco Central
1.3.2.10.16-2 Notas do Banco Central
1.3.2.10.18-6 Bonus do Banco Central
1.3.2.10.30-6 CDB - Instituicao Financeira Ligada
1.3.2.10.40-9 LC - Instituicao Financeira Ligada
1.3.2.10.50-2 LI - Instituicao Financeira Ligada

Titulos publicos federais depositados no Banco Central

1.3.4.00.00-6 Vinculados ao Banco Central

Valores depositados no Banco Central

Continua...

- 1.4.2.10.00-6 Banco Central - Depósitos em Moedas Estrangeiras
- 1.4.2.15.00-1 Banco Central - Depósitos para Capital em Dinheiro
- 1.4.2.25.00-8 Tesouro Nacional - Recolhimento de Recursos do Crédito Rural
- 1.4.2.28.00-5 Reservas Compulsórias em Espécie no Banco Central
- 1.4.2.33.00-7 Banco Central - Recolhimentos Obrigatórios
- 1.4.2.35.00-5 Banco Central - Outros Depósitos
- 1.4.2.95.00-7 (-) Rendas a Apropriar de Créditos Vinculados

Valor do imposto incidente sobre quaisquer rendimentos que devam ser tributados na fonte e do imposto pago a título de antecipação e que a instituição tenha o direito de compensar

- 1.8.8.45.00-6 Imposto de Renda a Compensar
- 1.8.8.50.00-8 Imposto de Renda a Recuperar

RISCO REDUZIDO - Fator de Ponderação 20%

Depósitos bancários de livre movimentação mantidos em bancos

- 1.1.2.00.00-2 Depósitos Bancários

Aplicações temporárias em ouro físico

- 1.1.4.00.00-8 Aplicações em Ouro

Depósitos e créditos, bem como cédulas e moedas em moedas estrangeiras

- 1.1.5.00.00-1 Disponibilidades em Moedas Estrangeiras

Cheques e outros papéis encaminhados ao serviço de compensação

- 1.4.1.00.00-6 Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis

Créditos tributários decorrentes de despesas contabilizadas no período que sejam dedutíveis em exercícios subsequentes - prescrevem em 4 (quatro) anos

- 1.8.8.25.00-2 Créditos Tributários - Imposto de Renda e Contribuição Social

RISCO REDUZIDO - Fator de Ponderação 50%

Aplicações em operações compromissadas com recursos próprios - posição bancada - títulos estaduais e municipais e de instituições financeiras

- 1.2.1.10.20-1 Títulos Estaduais e Municipais
- 1.2.1.10.25-6 Certificados de Depósito Bancário
- 1.2.1.10.35-9 Letras de Câmbio
- 1.2.1.10.45-2 Letras Imobiliárias

Aplicações em depósitos interfinanceiros com recursos próprios em instituições financeiras, bem como suas rendas a apropriar e provisão

- 1.2.2.10.20-4 Não Ligadas
- 1.2.2.10.40-0 Não Ligadas - Vinculados ao Crédito Rural
- 1.2.2.20.00-5 Aplicações Interfinanceiras Próprias a Resgatar
- 1.2.2.30.00-2 (-) Aplicações Interfinanceiras Próprias a Liquidar
- 1.2.2.95.00-9 (-) Rendas a Apropriar de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros
- 1.2.2.99.00-5 (-) Provisão para Perdas em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

Aplicações em depósitos de poupança pelas cooperativas de crédito

- 1.2.5.00.00-0 Aplicações em Depósitos de Poupança

Aplicações em moedas estrangeiras no exterior

- 1.2.6.10.10-3 Aviso Prévio
- 1.2.6.10.20-6 Prazo Fixo
- 1.2.6.20.10-0 Aviso Prévio
- 1.2.6.20.20-3 Prazo Fixo

Aplicações em títulos de renda fixa intermediados - títulos públicos estaduais e municipais e de instituições financeiras

- 1.3.1.05.20-8 Títulos Estaduais e Municipais
- 1.3.1.05.25-3 Certificados de Depósito Bancário
- 1.3.1.05.35-6 Letras de Câmbio
- 1.3.1.05.45-9 Letras Imobiliárias
- 1.3.1.05.55-2 Letras Hipotecárias

Aplicações em títulos de renda fixa - carteira própria - títulos públicos estaduais e municipais e de instituições financeiras

- 1.3.1.10.20-0 Títulos Estaduais e Municipais
- 1.3.1.10.25-5 Certificados de Depósito Bancário
- 1.3.1.10.35-8 Letras de Câmbio
- 1.3.1.10.45-1 Letras Imobiliárias
- 1.3.1.10.55-4 Letras Hipotecárias

Aplicações em cotas de fundos de investimento, em TDEs e em DER

- 1.3.1.15.00-9 Cotas de Fundos de Investimento
- 1.3.1.50.00-2 Títulos de Desenvolvimento Econômico
- 1.3.1.80.00-3 Aplicações em Depósitos Especiais Remunerados - Conversões da Lei n. 8.024/90

Rendas a apropriar de titulos de renda fixa - carteira propria
1.3.1.95.00-5 (-) Rendas a Apropriar de Titulos Livres

Aplicacoes em titulos de renda fixa vinculados a operacoes compromissadas - titulos publicos estaduais e municipais e de instituicoes financeiras

1.3.2.10.20-3 Titulos Estaduais e Municipais
1.3.2.10.25-8 Certificados de Deposito Bancario
1.3.2.10.35-1 Letras de Cambio
1.3.2.10.45-4 Letras Imobiliarias

Rendas a apropriar e provisao

1.3.2.95.00-8 (-) Rendas a Apropriar de Titulos Vinculados a Operacoes Compromissadas
1.3.2.99.00-4 (-) Provisao para Desvalorizacao de Titulos Vinculados a Operacoes Compromissadas

Depositos mantidos em bancos oficiais, vinculados a convenios para repasses de linhas de credito ou de prestacao de servicos
1.4.2.40.00-7 Bancos Oficiais - Depositos Vinculados a Convenio

Valores vinculados ao SFH relativos a depositos em fundo administrado pela CEF e saldos de creditos junto ao FGTS

1.4.2.55.00-9 SFH - Depositos no FAHBRE
1.4.2.60.00-1 SFH - FGTS a Ressarcir

Creditos decorrentes de repasses de recursos a outras instituicoes financeiras

1.4.3.10.99-9 Outras Instituicoes
1.4.3.20.00-6 Devedores por Repasses de Recursos Externos
1.4.3.60.00-4 Devedores por Repasses a Agentes Financeiros
1.4.3.90.00-5 Devedores por Repasses de Outros Recursos
1.4.3.95.00-0 (-) Rendas a Apropriar de Repasses Interfinanceiros

Financiamentos habitacionais em situacao normal

1.6.4.30.00-4 Financiamentos Habitacionais
1.6.4.60.30-4 Habitacionais
1.6.4.95.30-0 Habitacionais

Creditos adquiridos que contam com coobrigacao de instituicao financeira e com garantia real relativos a financiamentos habitacionais

1.6.7.10.00-9 Direitos Creditorios Adquiridos - Com Coobrigacao
1.6.7.20.70-7 Financiamentos Habitacionais
1.6.7.60.00-4 Rendas de Direitos Creditorios Adquiridos a Incorporar
1.7.7.10.00-8 Creditos de Arrendamento Mercantil Adquiridos - Com Coobrigacao

Operacoes de cambio de compra/venda de moeda estrangeira e de ouro (nao de importacao e exportacao), bem como dos respectivos adiantamentos

1.8.2.06.30-8 Financeiro
1.8.2.13.20-5 Ouro
1.8.2.13.50-4 Financeiro
1.8.2.14.40-0 (-) Ouro
1.8.2.25.20-0 Financeiro
1.8.2.26.20-9 (-) De Instituicoes Financeiras
1.8.2.33.20-9 Financeiro
1.8.2.33.30-2 Ouro
1.8.2.34.40-4 (-) Ouro

Valores em moedas estrangeiras referentes a fretes e premios de seguro sobre exportacao pagos antecipadamente a liquidacao da respectiva operacao de cambio de exportacao

1.8.2.45.00-8 Valores em Moedas Estrangeiras a Receber

Valores a receber de operacoes realizadas em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros

1.8.4.10.00-8 Caixas de Registro e Liquidacao

1.8.4.40.00-9 Operacoes com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar

Valor das captacoes interfinanceiras a serem liquidadas e resgatadas posteriormente junto a CETIP por conta de outras instituicoes

1.8.4.70.00-0 Captacoes Interfinanceiras de Terceiros a Liquidar
1.8.4.75.00-5 Aplicacoes Interfinanceiras de Terceiros a Resgatar

Valor das cartas de credito de exportacao confirmadas, no Pais

3.0.1.20.00-8 Creditos de Exportacao Confirmados

RISCO NORMAL - Fator de Ponderacao 100%

Aplicacoes em operacoes compromissadas com recursos proprios - posicao bancada - debentures e outros titulos

1.2.1.10.65-8 Debentures
1.2.1.10.99-5 Outros

Aplicacoes em titulos de renda fixa intermediados

1.3.1.05.65-5 Debentures
1.3.1.05.70-3 Obrigacoes da Eletrobras
1.3.1.05.75-8 Titulos da Divida Agraria
1.3.1.05.99-2 Outros

Aplicacoes em titulos de renda fixa - carteira propria
1.3.1.10.65-7 Debentures
1.3.1.10.70-5 Obrigacoes da Eletrobras
1.3.1.10.75-0 Titulos da Divida Agraria
1.3.1.10.91-8 Debentures - SIDERBRAS
1.3.1.10.95-6 (-) Rendas a Apropriar - Resolucao 1.757
1.3.1.10.99-4 Outros

Aplicacoes em acoes
1.3.1.20.00-1 Titulos de Renda Variavel

Aplicacoes em titulos que tenham vinculacao com produtos agricolas,
pecuarios e agroindustriais
1.3.1.60.00-9 Aplicacoes em "Commodities"

Titulos de renda fixa de sociedades em regime especial
1.3.1.90.00-0 Titulos e Valores Mobiliarios de Sociedades em Regime Especial

Provisao para desvalorizacao de titulos de renda fixa da carteira propria
1.3.1.99.00-1 (-) Provisao para Desvalorizacao de Titulos Livres

Titulos de renda fixa da carteira propria vinculados a operacoes com-
promissadas - debentures e outros titulos
1.3.2.10.65-0 Debentures
1.3.2.10.91-1 Debentures - SIDERBRAS
1.3.2.10.99-7 Outros

Operacoes vinculadas a bolsas de valores, de mercadorias e de futuros
1.3.3.00.00-3 Vinculados a Negociacao e Intermediacao de Valores

Titulos aceitos como moeda de privatizacao
1.3.5.00.00-9 Vinculados a Aquisicao de Acoes de Empresas Estatais

Valores vinculados ao SFH
1.4.2.45.00-2 SFH - Bonus - Adquirentes Finais - DL 2.164/84
1.4.2.50.00-4 SFH - Cotas do Fundo de Estabilizacao
1.4.2.57.00-7 SFH - Depositos no FAL
1.4.2.65.00-6 SFH - Fundo de Compensacao de Variacoes Salariais
1.4.2.70.00-8 SFH - Transferencia de Depositos de Poupanca

Creditos decorrentes de repasses de recursos do credito rural a coo-
perativa de credito
1.4.3.10.10-2 Cooperativas de Credito Rural

Creditos decorrentes de transacoes com correspondentes
1.4.4.00.00-5 Relacoes com Correspondentes

Operacoes de financiamento e emprestimos
1.6.1.00.00-4 Empréstimos e Titulos Descontados
1.6.2.00.00-7 Financiamentos
1.6.3.00.00-0 Financiamentos Rurais e Agroindustriais
1.6.4.10.00-0 Financiamentos de Empreendimentos Imobiliarios
1.6.4.35.00-9 Financiamentos Sem Cobertura do FCVS - Decreto 97.222/88
1.6.4.40.00-1 Financiamentos Hipotecarios
1.6.4.60.10-8 Empreendimentos Imobiliarios - Anteriores ao DL 2.291/86
1.6.4.60.20-1 Empreendimentos Imobiliarios - Posteriores ao DL 2.291/86
1.6.4.60.40-7 Hipotecarios
1.6.4.90.00-6 Financiamentos Imobiliarios em Atraso
1.6.4.95.10-4 Empreendimentos Imobiliarios - Anteriores ao DL 2.291/86
1.6.4.95.20-7 Empreendimentos Imobiliarios - Posteriores ao DL 2.291/86
1.6.4.95.40-3 Hipotecarios
1.6.5.00.00-6 Financiamentos de Titulos e Valores Mobiliarios
1.6.6.00.00-9 Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento
1.6.7.20.10-9 Empréstimos
1.6.7.20.15-4 Titulos Descontados
1.6.7.20.20-2 Financiamentos
1.6.7.20.25-7 Financiamentos a Exportacao
1.6.7.20.30-5 Financiamentos com Interveniencia
1.6.7.20.35-0 Financiamentos a Agentes Financeiros
1.6.7.20.40-8 Refinanciamentos de Operacoes de Arrendamento
1.6.7.20.45-3 Financiamentos Rurais
1.6.7.20.50-1 Financiamentos Agroindustriais
1.6.7.20.60-4 Financiamentos de Empreendimentos Imobiliarios - Ant. DL 2.292/86
1.6.7.20.65-9 Financiamentos de Empreendimentos Imobiliarios - Post. DL 2.292/86
1.6.7.20.75-2 Financiamentos Hipotecarios
1.6.7.20.80-0 Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento
1.6.7.35.00-8 Direitos Creditorios Adquiridos Sem Cobertura do FCVS - Decreto 97.222/88
1.6.7.90.00-5 Direitos Creditorios Adquiridos em Atraso
1.6.7.95.00-0 (-) Rendas a Apropriar de Direitos Creditorios Adquiridos
1.6.9.00.00-8 Operacoes de Credito em Liquidacao

Operacoes de arrendamento

1.7.1.00.00-3 Arrendamentos a Receber
1.7.3.00.00-9 Subarrendamentos a Receber
1.7.5.00.00-5 Valores Residuais a Realizar
1.7.7.20.00-5 Creditos de Arrendamento Mercantil Adquiridos - Sem Coobrigacao
1.7.7.90.00-4 Creditos de Arrendamento Mercantil Adquiridos em Atraso
1.7.7.95.00-9 Rendas a Apropriar de Creditos de Arrendamento Adquiridos
1.7.9.00.00-7 Creditos de Arrendamento Mercantil em Liquidacao

Operacoes de avais e fiancas honradas

1.8.1.00.00-2 Avais e Fiancas Honrados

Operacoes de cambio

1.8.2.06.10-2 Exportacao - Letras a Entregar
1.8.2.06.20-5 Exportacao - Letras Entregues
1.8.2.07.00-8 (-) Adiantamentos em Moedas Estrangeiras Recebidos
1.8.2.13.30-8 Exportacao - Letras a Entregar
1.8.2.13.40-1 Exportacao - Letras Entregues
1.8.2.14.90-5 (-) Outros
1.8.2.20.00-9 Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras
1.8.2.25.10-7 Importacao
1.8.2.26.10-6 (-) De Clientes
1.8.2.33.10-6 Importacao
1.8.2.34.90-9 (-) Outros
1.8.2.75.00-9 Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos
1.8.2.78.00-6 Rendas a Receber de Importacoes Financiadas
1.8.2.81.00-0 Rendas a Receber de Importacoes Financiadas - Taxas Flutuantes
1.8.2.85.00-6 Despesas a Apropriar de Adiantamentos Recebidos

Valores a receber relativos a rendas de comissoes, corretagens e de outros servicos prestados

1.8.3.00.00-8 Rendas a Receber

Negociacao e intermediacao de operacoes em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros

1.8.4.05.00-6 Bolsas - Depositos em Garantia
1.8.4.15.00-3 Certificados de Investimento para Conversao
1.8.4.30.00-2 Devedores - Conta Liquidacoes Pendentes
1.8.4.35.00-7 Fundo de Garantia para Liquidacao de Operacoes
1.8.4.48.00-1 Operacoes em Margem - Oscilacoes de Valores
1.8.4.50.00-6 Vendas a Termo a Receber
1.8.4.53.00-3 Operacoes de "Swap" - Diferencial a Receber
1.8.4.90.00-4 Outros Creditos por Negociacao e Intermediacao de Valores

Creditos especificos da CEF e BNDES

1.8.5.00.00-4 Creditos Especificos

Operacoes especiais do Banco do Brasil com o Tesouro Nacional

1.8.6.00.00-7 Operacoes Especiais

Valores especificos da CEF

1.8.7.00.00-0 Valores Especificos

Creditos diversos

1.8.8.03.00-0 Adiantamentos e Antecipacoes Salariais
1.8.8.05.00-8 Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta
1.8.8.10.00-0 Adiantamentos por Conta de Imobilizacoes
1.8.8.15.00-5 Cheques a Receber
1.8.8.20.00-7 Creditos Decorrentes de Contratos de Exportacao
1.8.8.30.00-4 Depositos para Aquisicao de Telefones
1.8.8.35.00-9 Devedores por Compra de Valores e Bens
1.8.8.40.00-1 Devedores por Depositos em Garantia
1.8.8.60.00-5 Opcoes por Incentivos Fiscais
1.8.8.65.00-0 Pagamentos a Ressarcir
1.8.8.70.00-2 Participacoes Pagas Antecipadamente
1.8.8.80.00-9 Titulos e Creditos a Receber
1.8.8.85.00-4 Valores a Receber de Sociedades Ligadas
1.8.8.90.00-6 Devedores Diversos - Exterior

Continua...

- 1.8.8.92.00-4 Devedores Diversos - Pais
- 1.8.8.95.00-1 (-) Rendas a Apropriar de Outros Creditos

Outros creditos em liquidacao de creditos diversos

- 1.8.9.00.00-6 Outros Creditos em Liquidacao

Investimentos temporarios e bens nao de uso proprio

- 1.9.0.00.00-8 Outros Valores e Bens

Ativo permanente menos as participacoes em instituicoes autorizadas a funcionar pelo Banco Central, no Pais e no exterior

- 2.1.1.20.20-6 Instituicoes nao Financeiras
- 2.1.1.90.20-5 Instituicoes nao Financeiras
- 2.1.1.99.30-9 Instituicoes nao Financeiras
- 2.1.2.10.15-4 Outras Participacoes - MEP
- 2.1.2.10.55-6 Outras Participacoes
- 2.1.2.10.95-8 Acoes de Empresas Privatizadas
- 2.1.2.99.15-1 Outras Participacoes
- 2.1.3.00.00-2 Investimentos por Incentivos Fiscais
- 2.1.4.00.00-5 Titulos Patrimoniais
- 2.1.5.00.00-8 Acoes e Cotas
- 2.1.9.00.00-0 Outros Investimentos
- 2.2.0.00.00-2 Imobilizado de Uso
- 2.3.0.00.00-1 Imobilizado de Arrendamento
- 2.4.0.00.00-0 Diferido

Coobrigacoes e riscos em garantias prestadas

- 3.0.1.10.00-1 Creditos Abertos para Importacao
- 3.0.1.15.00-6 Creditos Abertos para Importacao - Taxas Flutuantes
- 3.0.1.30.00-5 Beneficiarios de Garantias Prestadas
- 3.0.1.90.00-7 Beneficiarios de Outras Coobrigacoes

Obs.: Retransmitida por ter havido incorrecoes no art. 9., inciso I, alíneas "b" e "c", e inciso III, alínea "b", da Resolucao.

Dispoe sobre criterios de classificacao das operacoes de credito e regras para constituicao de provisao para creditos de liquidacao duvidosa.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9. da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna publico que o CONSELHO MONETARIO NACIONAL, em sessao realizada em 21 de dezembro de 1999, com base no art. 4., incisos XI e XII, da citada Lei,

R E S O L V E U:

Art. 1. Determinar que as instituicoes financeiras e demais instituicoes autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem classificar as operacoes de credito, em ordem crescente de risco, nos seguintes niveis:

- I - nivel AA;
- II - nivel A;
- III - nivel B;
- IV - nivel C;
- V - nivel D;
- VI - nivel E;
- VII - nivel F;
- VIII - nivel G;
- IX - nivel H.

Art. 2. A classificacao da operacao no nivel de risco correspondente e de responsabilidade da instituicao detentora do credito e deve ser efetuada com base em criterios consistentes e verificaveis, amparada por informacoes internas e externas, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - em relacao ao devedor e seus garantidores:

- a) situacao economico-financeira;
- b) grau de endividamento;
- c) capacidade de geracao de resultados;
- d) fluxo de caixa;
- e) administracao e qualidade de controles;
- f) pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- g) contingencias;
- h) setor de atividade economica;
- i) limite de credito;

II - em relacao a operacao:

- a) natureza e finalidade da transacao;
- b) caracteristicas das garantias, particularmente quanto a suficiencia e liquidez;
- c) valor.

Paragrafo unico. A classificacao das operacoes de credito de titularidade de pessoas fisicas deve levar em conta, tambem, as situacoes de renda e de patrimonio bem como outras informacoes cadastrais do devedor.

Art. 3. A classificacao das operacoes de credito de um mesmo cliente ou grupo economico deve ser definida considerando aquela que apresentar maior risco, admitindo-se excepcionalmente classificacao diversa para determinada operacao, observado o disposto no art. 2., inciso II.

Art. 4. A classificacao da operacao nos niveis de risco de que trata o art. 1. deve ser revista, no minimo:

I - mensalmente, por ocasio dos balancetes e balancos, em funcao de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos, devendo ser observado o que segue:

- a) atraso entre 15 e 30 dias: risco nivel B, no minimo;
- b) atraso entre 31 e 60 dias: risco nivel C, no minimo;

- c) atraso entre 61 e 90 dias: risco nivel D, no minimo;
- d) atraso entre 91 e 120 dias: risco nivel E, no minimo;
- e) atraso entre 121 e 150 dias: risco nivel F, no minimo;
- f) atraso entre 151 e 180 dias: risco nivel G, no minimo;
- g) atraso superior a 180 dias: risco nivel H;

II - com base nos criterios estabelecidos nos arts. 2. e 3.:

a) a cada seis meses, para operacoes de um mesmo cliente ou grupo economico cujo montante seja superior a 5% (cinco por cento) do patrimonio liquido ajustado;

b) uma vez a cada doze meses, em todas as situacoes, exceto na hipotese prevista no art. 5..

Paragrafo 1. As operacoes de adiantamento sobre contratos de cambio, as de financiamento a importacao e aquelas com prazos inferiores a um mes, que apresentem atrasos superiores a trinta dias, bem como o adiantamento a depositante a partir de trinta dias de sua ocorrencia, devem ser classificadas, no minimo, como de risco nivel G.

Paragrafo 2. Para as operacoes com prazo a decorrer superior a 36 meses admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I.

Paragrafo 3. O nao atendimento ao disposto neste artigo implica a reclassificacao das operacoes do devedor para o risco nivel H, independentemente de outras medidas de natureza administrativa.

Art. 5. As operacoes de credito contratadas com cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) podem ter sua classificacao revista de forma automatica unicamente em funcao dos atrasos consignados no art. 4., inciso I, desta Resolucao, observado que deve ser mantida a classificacao original quando a revisao corresponder a nivel de menor risco.

Paragrafo 1. O Banco Central do Brasil podera alterar o valor de que trata este artigo.

Paragrafo 2. O disposto neste artigo aplica-se as operacoes contratadas ate 29 de fevereiro de 2000, observados o valor referido no caput e a classificacao, no minimo, como de risco nivel A.

Art. 6. A provisao para fazer face aos creditos de liquidacao duvidosa deve ser constituída mensalmente, nao podendo ser inferior ao somatorio decorrente da aplicacao dos percentuais a seguir mencionados, sem prejuizo da responsabilidade dos administradores das instituicoes pela constituicao de provisao em montantes suficientes para fazer face a perdas provaveis na realizacao dos creditos:

- I - 0,5% (meio por cento) sobre o valor das operacoes classificadas como de risco nivel A;
- II - 1% (um por cento) sobre o valor das operacoes classificadas como de risco nivel B;
- III - 3% (tres por cento) sobre o valor das operacoes classificadas como de risco nivel C;
- IV - 10% (dez por cento) sobre o valor das operacoes classificados como de risco nivel D;
- V - 30% (trinta por cento) sobre o valor das operacoes classificados como de risco nivel E;
- VI - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operacoes classificados como de risco nivel F;
- VII - 70% (setenta por cento) sobre o valor das operacoes classificados como de risco nivel G;
- VIII - 100% (cem por cento) sobre o valor das operacoes classificadas como de risco nivel H.

Art. 7. A operacao classificada como de risco nivel H deve ser transferida para conta de compensacao, com o correspondente debito em provisao, apos decorridos seis meses da sua classificacao nesse nivel de risco, nao sendo admitido o registro em periodo inferior.

Paragrafo unico. A operacao classificada na forma do disposto no caput deste artigo deve permanecer registrada em conta de compensacao pelo prazo minimo de cinco anos e enquanto nao esgotados todos os procedimentos para cobranca.

Art. 8. A operacao objeto de renegociacao deve ser mantida, no minimo, no mesmo nivel de risco em que estiver classificada, observado que aquela registrada como prejuizo deve ser classificada como de risco nivel H.

Paragrafo 1. Admite-se a reclassificacao para categoria de menor risco quando houver amortizacao significativa da operacao ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudanca do nivel de risco.

Paragrafo 2. O ganho eventualmente auferido por ocasio da renegociacao deve ser apropriado ao resultado quando do seu efetivo recebimento.

Paragrafo 3. Considera-se renegociacao a composicao de divida, a prorrogacao, a novacao, a concessao de nova operacao para liquidacao parcial ou integral de operacao anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteracao nos prazos de vencimento ou nas condicoes de pagamento originalmente pactuadas.

Art. 9. E vedado o reconhecimento no resultado do periodo de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operacoes de credito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, no pagamento de parcela de principal ou encargos.

Art. 10. As instituicoes devem manter adequadamente documentadas sua politica e procedimentos para concessao e classificacao de operacoes de credito, os quais devem ficar a disposicao do Banco Central do Brasil e do auditor independente.

Paragrafo unico. A documentacao de que trata o caput deste artigo deve evidenciar, pelo menos, o tipo e os niveis de risco que se dispoe a administrar, os requerimentos minimos exigidos para a concessao de emprestimos e o processo de autorizacao.

Art. 11. Devem ser divulgadas em nota explicativa as demonstracoes financeiras informacoes detalhadas sobre a composicao da carteira de operacoes de credito, observado, no minimo:

I - distribuicao das operacoes, segregadas por tipo de cliente e atividade economica;

II - distribuicao por faixa de vencimento;

III - montantes de operacoes renegociadas, lancados contra prejuizo e de operacoes recuperadas, no exercicio.

Art. 12. O auditor independente deve elaborar relatorio circunstanciado de revisao dos criterios adotados pela instituicao quanto a classificacao nos niveis de risco e de avaliacao do provisionamento registrado nas demonstracoes financeiras.

Art. 13. O Banco Central do Brasil podera baixar normas complementares necessarias ao cumprimento do disposto nesta Resolucao, bem como determinar:

I - reclassificacao de operacoes com base nos criterios estabelecidos nesta Resolucao, nos niveis de risco de que trata o art. 1.;

II - provisionamento adicional, em funcao da responsabilidade do devedor junto ao Sistema Financeiro Nacional;

III - providencias saneadoras a serem adotadas pelas instituicoes, com vistas a assegurar a sua liquidez e adequada estrutura patrimonial, inclusive na forma de alocao de capital para operacoes de classificacao considerada inadequada;

IV - alteracao dos criterios de classificacao de creditos, de contabilizacao e de constituicao de provisao;

V - teor das informacoes e notas explicativas constantes das demonstracoes financeiras;

VI - procedimentos e controles a serem adotados pelas instituicoes.

Art. 14. O disposto nesta Resolucao se aplica tambem as operacoes de arrendamento mercantil e a outras operacoes com caracteristicas de concessao de credito.

Art. 15. As disposicoes desta Resolucao nao contemplam os aspectos fiscais, sendo de inteira responsabilidade da instituicao a observancia das normas pertinentes.

Art. 16. Esta Resolucao entra em vigor na data da sua publicacao, produzindo efeitos a partir de 1. de marco de 2000, quando ficarao revogadas as Resolucoes n.s 1.748, de 30 de agosto de 1990, e 1.999, de 30 de junho de 1993, os arts. 3. e 5. da Circular n. 1.872, de 27 de dezembro de 1990, a alinea "b" do inciso II do art. 4. da Circular n. 2.782, de 12 de novembro de 1997, e o Comunicado n. 2.559, de 17 de outubro de 1991.

Brasilia, 21 de dezembro de 1999

Arminio Fraga Neto
Presidente

RESOLUCAO 2.791

Dispoe sobre a suspensao da vigencia da Resolucao n. 2.720, de 2000, relativa a aplicacao dos recursos das entidades fechadas de previdencia privada.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9. da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna publico que o CONSELHO MONETARIO NACIONAL, em sessao realizada em 30 de novembro de 2000, tendo em vista o disposto no art. 40, Paragrafo 1., da Lei n. 6.435, de 15 de julho de 1977, que atribui aquele Colegiado competencia para estabelecer as diretrizes a serem cumpridas pelas entidades fechadas de previdencia privada na aplicacao de seus recursos,

R E S O L V E U:

Art. 1. Suspender a vigencia da Resolucao n. 2.720, de 24 de abril de 2000, que aprovou regulamento alterando e consolidando as normas que disciplinam a aplicacao dos recursos das entidades fechadas de previdencia privada, ate que concluidos os estudos relativamente a revisao das disposicoes da referida Resolucao e do Regulamento a ela anexo.

Art. 2. Ficam restabelecidas, durante a vigencia da suspensao de que trata o art. 1., as disposicoes das Resolucoes n.s 2.324, de 30 de outubro de 1996, 2.405, de 25 de junho de 1997, 2.518, de 29 de junho de 1998, e 2.716, de 12 de abril de 2000, pertinentes a aplicacao dos recursos das entidades fechadas de previdencia privada, exceto no que conflitar com as normas desta Resolucao.

Paragrafo 1. A entidade que possuir, na data da entrada em vigor desta Resolucao, aplicacoes em ativos ou modalidades operacionais permitidos nos termos do Regulamento anexo a Resolucao n. 2.720, de 2000, e nao admitidos nos termos da regulamentacao referida no caput e normas complementares, podera mante-las em carteira ate o correspondente vencimento, ficando impedida de realizar quaisquer operacoes que envolvam sua prorrogacao.

Paragrafo 2. Eventuais excessos nos limites previstos na regulamentacao referida no caput, em razao de investimentos realizados pela entidade com base nos limites estabelecidos no Regulamento anexo a Resolucao n. 2.720, de 2000, deverao ser eliminados ate 30 de abril de 2001, vedada a realizacao de novos investimentos que os agravem.

Art. 3. As aplicacoes das entidades fechadas de previdencia privada em titulos publicos de emissao de estados e municipios que tenham sido objeto de refinanciamento pelo Tesouro Nacional devem ser computadas entre aquelas de que trata o art. 2., inciso I, da Resolucao n. 2.324, de 1996.

Art. 4. As entidades fechadas de previdencia privada somente podem realizar aplicacoes em fundos de investimento que atendam as seguintes condicoes:

I - no caso de fundos de investimento financeiro e de fundos de aplicacao em quotas de fundos de investimento:

a) sejam referenciados em indicador de desempenho, identificado nos termos da regulamentacao em vigor;

b) quando prevista a cobranca de taxa de desempenho ou de performance por parte da instituicao administradora:

1. adotem como parametro de referencia, para essa finalidade, o indicador de desempenho escolhido;

2. definam que a taxa sera calculada com base no que exceder a rentabilidade do parametro de referencia escolhido;

3. estipulem periodicidade anual de cobranca da taxa, admitida a cobranca proporcional apenas na hipotese de resgate de quotas;

II - no caso de fundos de investimento em titulos e valores mobiliarios que prevejam a cobranca de taxa de desempenho ou de performance por parte da instituicao administradora:

a) adotem como parametro de referencia, para essa finalidade, um dos principais indices do mercado acionario - IBOVESA, IBA, IBX, FGV-100 e MSCI-Brazil;

b) definam que a taxa sera calculada com base no que exceder a rentabilidade do parametro de referencia escolhido;

c) estipulem periodicidade anual de cobranca da taxa, admitida a cobranca proporcional apenas na hipotese de resgate de quotas.

Paragrafo unico. A entidade que possuir, na data da entrada em vigor desta Resolucao, aplicacoes em fundos de investimento que nao atendam as disposicoes deste artigo tera prazo, ate 31 de janeiro

de 2001, para adequa-las as condicoes ora estabelecidas ou providenciar o respectivo resgate.

Art. 5. E facultada as entidades fechadas de previdencia privada a realizacao de operacoes com derivativos em mercado de balcao, desde que registradas referidas operacoes em sistemas de registro, de custodia e de liquidacao financeira devidamente autorizados pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissao de Valores Mobiliarios e que atendam as necessidades de fiscalizacao e de controle por parte dessas Autarquias.

Art. 6. E vedada as entidades fechadas de previdencia privada a realizacao de operacoes de emprestimo com sua(s) patrocinadora(s).

Art. 7. Ficam alterados os limites estabelecidos na Resolucao n. 2.324, de 1996, para as aplicacoes das entidades fechadas de previdencia privada:

I - em imoveis destinados a locacao para a(s) patrocinadora(s), que nao podem exceder 5% (cinco por cento) do montante dos recursos a que se refere o art. 1. da referida Resolucao;

II - em operacoes de emprestimo e/ou de financiamento imobiliario a participantes da entidade, que nao podem exceder, isolada ou cumulativamente, 10% (dez por cento) do montante dos recursos a que se refere o art. 1. da referida Resolucao.

Paragrafo 1. A renda proveniente da locacao de imoveis da entidade para a(s) patrocinadora(s) nao pode ser inferior a rentabilidade minima prevista nos planos atuariais da entidade aplicada sobre o valor do imovel.

Paragrafo 2. Os encargos financeiros correspondentes as operacoes de emprestimo e/ou de financiamento a participantes da entidade nao podem ser inferiores a rentabilidade minima estabelecida nos respectivos planos atuariais.

Art. 8. As entidades fechadas de previdencia privada terao prazo, ate 30 de abril de 2001, para se adequarem as disposicoes dos arts. 6. e 7..

Art. 9. Alem da observancia das disposicoes previstas na regulamentacao referida no art. 2., caput, e nesta Resolucao, incumbe aos administradores das entidades fechadas de previdencia privada:

I - determinar a aplicacao dos recursos referidos no art. 1. da Resolucao n. 2.324, de 1996, levando em consideracao as especificidades da entidade, tais como as modalidades de seus planos de beneficios e as caracteristicas de suas obrigacoes, com vistas a manutencao do necessario equilibrio economico-financeiro entre os ativos financeiros e as modalidades operacionais previstos na regulamentacao em vigor e seu passivo atuarial e demais obrigacoes;

II - zelar pela promocao de elevados padroes eticos na conducao das operacoes relativas as aplicacoes dos recursos referidos no art. 1. da Resolucao n. 2.324, de 1996.

Art. 10. As entidades fechadas de previdencia privada devem designar administrador tecnicamente qualificado, responsavel, administrativa, civil e criminalmente, pela gestao, alocao, supervisao e acompanhamento dos recursos referidos no art. 1. da Resolucao n. 2.324, de 1996, bem como pela prestacao de informacoes relativas a aplicacao desses recursos, sem prejuizo da responsabilidade solidaria dos respectivos administradores.

Paragrafo unico. O administrador referido neste artigo, os demais administradores, os procuradores com poderes de gestao, o interventor e o liquidante, conforme o caso, responderao, por acao ou omissao, pelos danos ou prejuizos que causarem a entidade.

Art. 11. As entidades fechadas de previdencia privada devem manter sistema de controle e avaliacao dos riscos inerentes a aplicacao dos recursos referidos no art. 1. da Resolucao n. 2.324, de 1996.

Paragrafo unico. A responsabilidade pela manutencao do sistema de que trata este artigo incumbe ao administrador referido no artigo anterior.

Art. 12. Esta Resolucao entra em vigor na data de sua publicacao.

Brasilia, 30 de novembro de 2000

Arminio Fraga Neto
Presidente

ANEXO 2 – FICHAS DE CADASTROS DO BANCO DO BRASIL

Para o seu cadastramento no Banco, solicitamos o preenchimento deste formulário, assinado no campo apropriado, e apresentação de originais e cópias dos documentos listados abaixo.

Dados pessoais - Documento de identidade, CPF (dispensável caso o documento de identidade já o contenha), certidão de casamento (opcional), documento de identidade do cônjuge (opcional), CPF do cônjuge (opcional), comprovante de renda do cônjuge (opcional) e certidão de nascimento para menor representado ou assistido.

Endereço (apresentar um dos comprovantes de residência relacionados) - conta de água, luz, telefone ou gás, recibo de aluguel ou de taxa de condomínio, do mês corrente ou anterior, ou contrato de locação;

Dados profissionais - exceto se trabalhador informal (apresentar um dos comprovantes abaixo) - Contra-cheque, carteira de trabalho DECORE - Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos, fornecida e assinada por profissional de contabilidade, declaração comprobatória de rendimentos fornecida pela empresa ou comprovante de recolhimento do INSS.

Relacionamentos (anexar documento de identidade e CPF) - Mandato de tutela ou curatela, conforme o caso, e procuração.

Bens móveis, imóveis e semoventes - Comprovante de propriedade de imóveis (título de propriedade, certidões ou escritura de promessa de compra e venda, registrados), comprovante de pagamento do IPTU ou ITR do último exercício, certidão de comprovação ou inexistência de ônus, emitida há menos de um ano (hipoteca, penhor, alienação fiduciária etc), comprovante de propriedade de bens móveis (máquinas e implementos), Certidão de Registro e Licenciamento de Veículos do último ano e o Documento Único de Transferência (DUT) e declaração contendo relação detalhada dos semoventes.

Dados pessoais

Nome (completo sem abreviaturas) _____ Nome de tratamento (opcional) _____ Sexo ☐ 1. Masculino ☐ 2. Feminino

Estado civil

☐ 1. Solteiro(a) ☐ 2. Casado(a) - comunhão universal ☐ 3. Casado(a) - comunhão parcial ☐ 4. Casado(a) com separação de bens ☐ 5. Viúvo(a) ☐ 6. Separado(a) judicialmente ☐ 7. Divorciado(a) ☐ 8. Casado(a) - regime dotal ☐ 9. Casado - regime misto ou especial ☐ 10. União estável

Escolaridade

☐ 1. Analfabeto ☐ 2. Ensino fundamental ☐ 3. Ensino médio ☐ 4. Superior incompleto ☐ 5. Superior completo ☐ 6. Pós-graduado ☐ 7. Mestrado ☐ 8. Doutorado ☐ 9. Superior em andamento

Formação acadêmica**Endereço residencial**

Endereço _____ Bairro / Distrito _____
Município _____ UF _____ CEP _____
Fone - DDD _____ Número _____ Fax _____ e-mail _____
Data de início _____ Tipo de imóvel ☐ 1. Próprio quitado ☐ 2. Próprio financ. ☐ 3. Alugado ☐ 4. Familiar ☐ 5. Cedido

Endereço comercial

Endereço _____ Bairro / Distrito _____
Município _____ UF _____ CEP _____ Fone - DDD _____ Número _____
Fax _____

Outro endereço

Tipo de endereço ☐ 3. Contato ☐ 9. Outros _____ Endereço _____ Bairro / Distrito _____
Município _____ UF _____ CEP _____ Fone - DDD _____ Número _____
Fax _____ Pessoa para contato _____

Dados do cônjuge / Companheiro(a)

Nome _____ Data de nascimento _____ CPF _____
Ocupação _____ Renda bruta mensal - R\$ _____

Dados profissionais

Ocupação principal _____ Cargo _____ Data de admissão _____
Natureza da ocupação ☐ 01. Empregado em empresa do setor privado ☐ 02. Profissional liberal ou trabalhador sem vínculo de emprego ☐ 03. Empregador-titular ou proprietário de empresa ☐ 04. Servidor público da administração direta ☐ 05. Servidor público de autarquia e fundação ☐ 06. Funcionário de empresa pública ou de economia mista ☐ 07. Empregado eventual/temporário ☐ 08. Aposentado ou pensionista ☐ 10. Bolsista ou estagiário ☐ 11. Não trabalha ☐ 13. Agente político
Nível do cargo ☐ 1. Direção ☐ 2. Gerência ☐ 3. Supervisão ☐ 4. Assessoria / Técnico ☐ 5. Execução ☐ 6. Sem nível hierárquico

Relacionamentos - Representante / Assistente Legal / Procurador

Nome _____

Dependentes econômicos - exceto cônjuge / companheiro(a)

Tipo	Nome completo	Data de nascimento

Tipo de dependente econômico - 21. Filho(a) 24. Descendente, exceto filho(a) 31. Dependente-ascendente 41. Menor pobre

Bens móveis, imóveis e semoventes - Preencher de forma sucinta. Os valores serão utilizados pelo Banco como referência.

Descrição do bem móvel

Valor - R\$

Gravame

1. Sim 2. Não

Seguro

1. Sim 2. Não

Descrição do bem móvel

Valor - R\$

Gravame

1. Sim 2. Não

Seguro

1. Sim 2. Não

Descrição do bem móvel

Valor - R\$

Gravame

1. Sim 2. Não

Seguro

1. Sim 2. Não

Descrição do imóvel

Valor - R\$

Gravame

1. Sim 2. Não

Cessão

1. Sim 2. Não

Seguro

1. Sim 2. Não

Descrição do imóvel

Valor - R\$

Gravame

1. Sim 2. Não

Cessão

1. Sim 2. Não

Seguro

1. Sim 2. Não

Descrição do imóvel

Valor - R\$

Gravame

1. Sim 2. Não

Cessão

1. Sim 2. Não

Seguro

1. Sim 2. Não

Semoventes

Valor - R\$

Gravame

1. Sim 2. Não

Seguro

1. Sim 2. Não

Semoventes

Valor - R\$

Gravame

1. Sim 2. Não

Seguro

1. Sim 2. Não

Semoventes

Valor - R\$

Gravame

1. Sim 2. Não

Seguro

1. Sim 2. Não

Fontes de referências bancárias

Banco

Agência

Endereço

Fone - DDD

Número

Banco

Agência

Endereço

Fone - DDD

Número

Banco

Agência

Endereço

Fone - DDD

Número

Fontes de referências comerciais

Empresa

Fone - DDD

Número

Endereço

Empresa

Fone - DDD

Número

Endereço

Empresa

Fone - DDD

Número

Endereço

Fontes de referências pessoais

Nome

Fone - DDD

Número

Endereço

Nome

Fone - DDD

Número

Endereço

Nome

Fone - DDD

Número

Endereço

Dados sociais

Cartão de crédito

Plano de saúde

Plano de previdência

Hobby

Recursos tecnológicos

1. Microcomputador 2. e-mail 3. TV a cabo 4. Internet 5. Fax 6. Celular 7. Pager

Local

Data

Assinatura

Para o seu cadastramento no Banco, solicitamos o preenchimento deste formulário, assinado no campo apropriado, e apresentação de originais e cópias dos documentos listados abaixo.

Identificação - Documento de constituição e suas alterações posteriores (Estatuto, Atas, Contrato Social, Declaração de Firma Individual etc) devidamente registrados nos órgãos competentes; cartão CNPJ, dentro do prazo de validade; ficha de inscrição estadual, quando existente.

Identificação - Sócios e Dirigentes (somente quando ainda não cadastrados no Banco) - Documento de identidade ou certidão de nascimento para menor representado ou assistido que não possua documento de identidade; CPF (opcional, caso o documento de identidade já contenha essa informação).

Relacionamentos (anexar documento de identidade e CPF) - Representante legal de sócio considerado por lei incapaz, quando houver; Procurador (anexar procuração).

Bens móveis, imóveis e semoventes - Comprovante de propriedade de imóveis (título de propriedade, certidões ou escritura de promessa de compra e venda, registrados); comprovante de pagamento do IPTU ou ITR do último exercício; certidão de comprovação ou inexistência de ônus, emitida há menos de um ano (hipoteca, penhor, alienação fiduciária etc); comprovante de propriedade de bens móveis (máquinas e implementos); Certidão de Registro e Licenciamento de Veículos do último ano e o Documento Único de Transferência (DUT); declaração contendo relação detalhada dos semoventes.

Dados da empresa

Razão social (completa sem abreviaturas)

Situação de funcionamento: 1. Em Instalação 2. Operacional Contato Fone - DDD Número Nº de empregados Nº de filiais

Endereço da sede - constante do documento de constituição / alteração apresentado

Endereço Bairro / Distrito Município UF CEP Fone - DDD Número Número Número Número Número Número Fax e-mail

Tipo de imóvel

1. Próprio quitado 2. Próprio financiado 3. Alugado 4. Familiar 5. Cedido

Outro endereço

Endereço Bairro / Distrito Município UF CEP Fone - DDD Número Fax Pessoa para contato

Relacionamentos

Representantes legais de sócios menores de idade

Nome CPF

Procuradores

Nome CPF

Participação da empresa em outras empresas

Nome da empresa CNPJ
Participação no capital %
Nome da empresa CNPJ
Participação no capital %
Nome da empresa CNPJ
Participação no capital %

Participação de sócios/dirigentes da empresa em outras empresas

Sócio / Dirigente CNPJ Participação no capital % Dirigente Sim Não
Sócio / Dirigente Empresa
Sócio / Dirigente CNPJ Participação no capital % Dirigente Sim Não
Sócio / Dirigente Empresa
Sócio / Dirigente CNPJ Participação no capital % Dirigente Sim Não

Fontes de referências bancárias

Banco	Agência	
Endereço	Fone - DDD	Número
Banco	Agência	
Endereço	Fone - DDD	Número
Banco	Agência	
Endereço	Fone - DDD	Número

Fontes de referências comerciais

Empresa		
Endereço	Fone - DDD	Número
Banco		
Endereço	Fone - DDD	Número
Banco		
Endereço	Fone - DDD	Número

Dados sociais

Possui plano de saúde para os funcionários	Possui plano de previdência para os funcionários
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

Recursos tecnológicos	
<input type="checkbox"/> Microcomputador <input type="checkbox"/> e-mail <input type="checkbox"/> fax <input type="checkbox"/> Rede interna de computadores <input type="checkbox"/> Outros	

Bens móveis, imóveis e semoventes - Preencha de forma sucinta. Os valores serão utilizados pelo Banco como referência.

Descrição do bem móvel						
Valor - R\$	Gravame	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Seguro	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Descrição do bem móvel						
Valor - R\$	Gravame	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Seguro	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Descrição do bem móvel						
Valor - R\$	Gravame	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Seguro	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Descrição do bem móvel						
Valor - R\$	Gravame	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Seguro	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Descrição do imóvel						
Valor - R\$	Gravame	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Cessão	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Seguro	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Descrição do imóvel						
Valor - R\$	Gravame	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Cessão	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Seguro	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Descrição do imóvel						
Valor - R\$	Gravame	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Cessão	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Seguro	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Descrição do imóvel						
Valor - R\$	Gravame	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Cessão	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Seguro	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Semoventes						
Valor - R\$	Gravame	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Seguro	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Semoventes						
Valor - R\$	Gravame	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Seguro	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Semoventes						
Valor - R\$	Gravame	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Seguro	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Semoventes						
Valor - R\$	Gravame	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Seguro	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		

Franchising/Franquicia

Franchising/Franquia	Nome
<input checked="" type="checkbox"/> Sim	

☐ Não

Pessoas físicas

Professionnels libéraux

Empresas pequeñas

Empresas médias/grandes

Bancos e financeiras

Parceiros por terceirização

☐ Não

Sim, do Banco do Brasil

Sim, de outros bancos

 Não cliente

Cliente no banco

Concentração de vendas nos 5 principais clientes

menos de 20%

de 20 a 49%

de 50 a 75%

de 80 a 100%

Empresa

Contato

Telephone

% sobre total

Empresa

Contato

Telephone

% sobre total

Mês / Ano

À vista - R\$

A prazo - R\$

Mês / Ano

À vista - R\$

A prazo - R\$

Local e data

Nome

Assinatura autorizada da empresa

Assinatura do Contador
(Com registro no CRC)

ANEXO 3 – FICHAS DE CADASTROS DO BANCO BRADESCO



Cadastro de Pessoa Física

1 - Dados de Identificação

1 - Ficha Cadastral		Pessoa		CPF		Controle		Documento de Identidade		UF		Data Ficha Cadastral	
2 - Complemento Firma		1 - Física											
Código Agência	Díg.	Conta Corrente		Díg.	Data da Abertura	Número do Grupo							

Nome por Extenso

Estado Civil	1 - Solteiro 2 - Casado com Bens 3 - Casado c/ Sep. Bens	4 - Viúvo 5 - Desquitado 6 - Divorciado	7 - Casado c/ Comunhão Parcial de Bens	Código	Nacionalidade	Data de Nascimento	CPF do Cônjuge	Controle
--------------	--	---	--	--------	---------------	--------------------	----------------	----------

Filiação - Pai

Mãe

Nome Completo do Cônjuge

Nº de Dependentes	Cidade de Procedência	UF	Reside na Praça desde
-------------------	-----------------------	----	-----------------------

Endereço Residencial

Número	Descripción	Valor
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

Complemento

CEP	Cidade	DDD	Telefone
-----	--------	-----	----------

2 - Informações Econômico-Financeiras

Endereço Comercial ou Profissional	Número	Complemento
------------------------------------	--------	-------------

CFP

Cidade

DDD

Telephone

Empresa em que trabalha	Data de Admissão
-------------------------	------------------

Profissão

Cargo	
-------	--

Atividade / Emprego Anterior	Aluguel / Prestação com Financiamento de Imóvel
------------------------------	---

Salário / Retirada Mensal	Outras Rendas	Origem
---------------------------	---------------	--------

Trabalha com Outros Bancos?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Cite-os
--------------------------------	------------------------------	------------------------------	---------

Participa ou já participou de Firma (Caso afirmativo, preencher os itens abaixo)

[illegible]

3 - Informações Patrimoniais

Imóveis Urbanos / Rurais - Dados da Escritura

Seq.	Tipo Imóvel	Endereço Completo / Localização / Denominação Área m² ou HA				Escritura Delin. Compr.		D	C	Livro	Folhas	Imóvel Rural Explorado 1 - Sim 2 - Não	Imóv. Impenhorável - Lei 8.009 1 - Sim 2 - Não
A													
B													
C													
D													
E													

Ônus sobre os Imóveis Urbanos e Rurais

Imóvel	Penhor / Hipoteca	Valor	Credor	Vencimento Final
Valor Total dos Imóveis Comprovados		Não Comprovados e Quitados	Onerados	Valor do Imóvel-Lei 8.009

Veículos e Máquinas

Bem	Marca	Ano	Valor	Alienado: Sim / Não	Vencimento Final

4 - Outras Informações

Possui Contrato de Leasing		<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não		
Bem	Quant.	Valor / Contrato	Empresa de Leasing	Data do Contrato	Vencimento Final
Seguros em Vigor - Nome da Companhia			Tipo de Cobertura	Valor	Vencimento Final

- Solicito(amos) a abertura de Ficha Cadastral junto a essa Instituição Financeira, com base nos dados constantes neste formulário, os quais declaro(amos), sob as penas da Lei, serem verdadeiros.
- Estou(amos) ciente(s) de que, em ocorrendo a falta de pagamento de qualquer obrigação assumida perante esse Banco, serão promovidos os registros correspondentes junto ao SERASA/SCPC.
- Autorizo(amos) esse Banco, por seus prepostos, a consultar as informações consolidadas sobre o montante dos débitos e obrigações, prestadas por Instituições Financeiras, existentes em meu(nosso) nome, no Sistema de Central de Risco do Banco Central do Brasil.

Assinatura do Cliente

5 - Conclusão

Comentários do Gerente

Agência

Uma assinatura de categoria "A" sob carimbo



1 - Caracterização da Empresa

2 - Informações Operacionais

3 - Informações Diretores / Sócios - Acionistas

Principais Acionistas (Somente para S.A.)

Mod. 1.273-4

3 - Informações Patrimoniais									
Imóveis Urbanos / Rurais - Dados da Escritura									
Seq.	Tipo Imóvel	Endereço Completo / Localização / Denominação Área m² ou HA							
Valor Atual	Nº Reg. Matrícula	Data	Número do CRI	Escritura Defin. Compr.	Livro	Folhas	Imóvel Rural Explorado 1 - Sim 2 - Não		
A									
B									
C									
D									
E									
F									

Ônus sobre os Imóveis Urbanos e Rurais				
Imóvel	Penhor / Hipoteca	Valor	Credor	Vencimento Final
Valor Total dos Imóveis Comprovados		Não Comprovados e Quitados	Onerados	

Veículos e Máquinas					
Bem	Marca	Ano	Valor	Alienado: Sim / Não	Vencimento Final

4 - Outras Informações					
Possui Contrato de Leasing <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não					
Bem	Quant.	Valor / Contrato	Empresa de Leasing	Data do Contrato	Vencimento Final
Seguros em Vigor - Nome da Companhia			Tipo de Cobertura	Valor	Vencimento Final

• Solicitamos a abertura de Ficha(s) Cadastral(is) junto a essa Instituição Financeira, com base nos dados constantes neste formulário, os quais declaramos, sob as penas da Lei, serem verdadeiros.

• Estamos cientes de que, em ocorrendo a falta de pagamento de qualquer obrigação assumida perante esse Banco, serão promovidos os registros correspondentes junto ao SERASA.

• Autorizamos esse Banco, por seus prepostos, a consultar as informações consolidadas sobre o montante dos débitos e coobrigações, prestadas por Instituições Financeiras, existentes nome desta Empresa, no Sistema de Central de Risco do Banco Central do Brasil.

Assinatura do Cliente

5 - Conclusão	
Comentários do Gerente	
Agência	Uma assinatura de categoria "A" ou "B" sob carimbo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Aline França de. **Sistemas de informações gerenciais - uma abordagem orientada a negócios**. Florianópolis: IGTI, 2000.

ASSAF Neto, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ÁVILA Filho, Francisco. **Análise avançada de crédito**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciência Bancária – IBCB, 1992.

BACEN – Banco Central do Brasil. **50 maiores bancos por ativos totais (-) intermediação**. Disponível em: <<http://www.bc.gov.br>> Acesso em: 21.03.2003.

BANCO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>> Acesso em: 21.03.2003.

BARALDI, Maria Regina. **Manual de política e processo decisório de crédito**. São Paulo: IBCB, 1990.

BORGES, João Eunápio. **Títulos de Crédito**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

BRASIL, **Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996: Lei das microempresas e das empresas de pequeno porte “simples”**. Publicada no DOU de 06.12.1996, p.25.973/7. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis>>.

BRASIL, **Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998**. Publicada no DOU de 14.12.1998, p.4/5. Altera dispositivos da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis>>.

CASAROTTO Filho, Nelson; KOPITKE, Bruno Hartmut. **Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. **Crédito e inadimplência no sistema financeiro nacional: evolução recente**. Ipea Boletim Conjuntural, nº 42, julho/98. p. 43 a 47.

Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 1988.

DUARTE Júnior, Antonio Marcos. **Risco: definições, tipos, medição e recomendações para seu gerenciamento**. Disponível em: <<http://www.fce.com.br>>. Acesso em 25.03.2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**.

FORTUNA, Eduardo. **As operações e o crédito**. Artigo publicado em 11.09.2000. Disponível em <http://www.investimentos-e.com.br/alta/fortuna1109.asp>>. Acesso em 28.03.2003.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro**. 11ª ed. Brasília: Qualitymark, 1998.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Flutuante. Serviços e Produção**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

FRANCO, Bernardo de Souza. **Os bancos do brasil**. 2ª ed. Coleção Temas Brasileiros, Vol. 56. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7ª ed. São Paulo: Harbra, 1997.

LEMES, Júnior, Antonio Barbosa. **Administração Financeira Principios, Fundamentos e Práticas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Campos, 2002

LIMA, João Franzen de. **Curso de direito civil brasileiro**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

LIMA, Marcus Vinicius Andrade de. **Um modelo multicritério para o gerenciamento de risco em uma empresa de Factoring**. Dissertação de mestrado. UFSC. 1997.

LOPES, João Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia Monetária**. 7.ª edição, São Paulo: Editora Atlas, 1998.

PAIVA, Carlos Alberto de Carvalho. **Administração de risco de crédito**. 1ª ed. Brasília: Qualitymark, 1998.

ROSS, Stephen A; Westerfield, Randolph W; Jaffe, Jeffrey F. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.

ROSSETTI, José Pascoal. **Introdução à economia**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 1985

RUTH, George E. **Empréstimos a pessoas jurídicas**. São Paulo: IBCB, 1991.

SANTI FILHO, Armando de. **Avaliação de risco de crédito: para gerente de operações**. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, José Odálio dos. **Análise de crédito: empresas e pessoas físicas**. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SECURATO, José Roberto. **Decisões financeiras em condições de risco**. São Paulo: Atlas, 1996.

SEKULA, Jackson Marcel. **Análise de risco para concessão de créditos**. In: Congresso nacional de contabilidade. Goiânia, 2000. 1 CD-ROM.

SILVA, José Pereira da. **Análise e decisão de crédito**. São Paulo: Atlas, 1988.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito**. São Paulo: Atlas, 1997.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, Dorival Teixeira. **Evolução do Sistema Monetário Brasileiro**. São Paulo: IPE/USP, 1981.

WALTER, Milton Augusto. **Introdução à análise de balanços**. Vol. 1, São Paulo: Saraiva, 1986.

INTERNET: Páginas consultadas

www.bcb.gov

www.fce.com.br.108

www.febraban.org

www.fipecafi.com.br

www.ibcpf.gov.br

www.ibge.gov.br

www.imf.org/external/np/exr/facts/groups.htm

www.investimentos-e.com.br/alta/fortuna

www.profissional.bb.com.br

www.receita.gov.br

www.trabalho.gov.br

ANEXOS

Lucro do Banco do Brasil é de R\$ 479 mi no trimestre

Mônica Izaguirre
De Brasília

O balanço trimestral divulgado ontem pelo Banco do Brasil sinaliza que a instituição cumprirá com folga a sua meta de rentabilidade em 2003. O lucro líquido do primeiro trimestre chegou a R\$ 479 milhões, cifra equivalente a um retorno anualizado de 21,3% sobre o patrimônio líquido (PL). A meta fixada pelo conselho de administração do banco exige retorno de pelo menos 17% ao ano. Proporcionalmente ao PL, o resultado do BB não foi tão bom quanto o do Itaú (31,85%), mas superou o do Bradesco, que ficou em 18,5%.

Por fatores sazonais, houve queda do resultado em relação ao trimestre anterior, quando o banco lucrou liquidamente R\$ 600 milhões. Entretanto, comparado com o de igual período de 2002, o lucro anunciado ontem foi 37,2% maior.

O resultado bruto da intermediação financeira — o que o banco ganha captando dinheiro de um lado e emprestando de outro — cresceu 26,2% em relação ao primeiro trimestre de 2002. O nível mais alto das taxas de juros teve grande influência. Mas também houve crescimento das operações ativas, explicou o vice-

presidente de finanças e relações com investidores do BB, Luiz Eduardo Franco de Abreu.

O estoque de operações de crédito, que já tinha chegado a R\$ 62,9 bilhões em dezembro de 2002, continuou crescendo durante o primeiro trimestre de 2003 e fechou março em R\$ 65,71 bilhões. Proporcionalmente, a carteira que mais cresce no BB é de crédito rural, uma política deliberada do banco, diz Abreu.

A carteira de títulos e valores mobiliários saiu de R\$ 70,94 bilhões para R\$ 75,63 bilhões. O ativo total, por sua vez, passou de R\$ 204,59 bilhões para R\$ 209,24 bilhões no decorrer do primeiro trimestre do ano.

Outra razão para o lucro ter superado o do primeiro trimestre de 2002 foi o aumento das receitas de prestação de serviços. O crescimento dos negócios e da base de clientes do banco, que já tem de 15,9 milhões de correntistas, proporcionou incremento de 18,4% na receita de tarifas e taxas, ainda na comparação dos primeiros trimestres de cada ano.

Na contramão da tendência verificada no sistema financeiro como um todo, no primeiro trimestre a inadimplência da carteira de crédito do BB caiu, saindo de 5,9% em dezembro, para 5,5% em março — considerando atrasos a partir de 15 dias.

Comparada à situação de março de 2002, quando estava em 6,6%, a inadimplência no BB caiu ainda mais. Isso ajuda a explicar por quê, nesses doze meses de intervalo, a classificação de risco da carteira de crédito do banco para efeitos de provisionamento piorou menos do que a do sistema como um todo.

Por causa de fatores como volatilidade dos juros e do câmbio, o percentual de operações do BB classificadas nos três menores níveis de risco (AA, A e B) recuou de 86,8% para 85,3% do total da carteira. Já no conjunto do sistema financeiro, o cenário de crise fez com que as operações de crédito de menor risco caíssem de 79,2% para 76,6% do total, comparadas às situações do fim de março de 2002 e de março de 2003. Em relação a março deste ano com dezembro, o percentual caiu no sistema, mas subiu no BB.

Ajudado pela valorização de papéis públicos em carteira, o patrimônio do BB cresceu para R\$ 10,164 bilhões no fim de março: R\$ 2,6 bilhões acima do mínimo exigido para sua situação. Isso permite ao BB aumentar em R\$ 23,67 bilhões as suas operações sem necessidade de se capitalizar. Mas não garante expansão do crédito, pois o BB tem optado por trabalhar com folga.

Bradesco amplia margem e lucra R\$ 507,6 mi

Maria Christina Carvalho
De São Paulo

O aumento da margem financeira teve influência decisivo no crescimento de 19,38% do resultado do Bradesco no primeiro trimestre. O ganho permitiu ao banco amortizar o ágio de aquisições e reforçar ainda mais as provisões para crédito. O maior banco privado teve um lucro líquido de R\$ 507,6 milhões nos primeiros três meses deste ano em comparação com os R\$ 425,2 milhões em igual período de 2002. A rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido de R\$ 11,708 bilhões foi de 18,5%.

O presidente do Bradesco, Márcio Cypriano, explicou que a margem financeira cresceu com a recuperação dos preços dos títulos públicos, alta do juro aumento das captações externas e internas e das reservas técnicas. Já as operações de crédito, porém, quase nada cresceram. "A evolução da economia foi mínima", justificou Cypriano, ressaltando que somente a área agrícola demandou mais crédito. O Bradesco esperava um aumento real de 10% do crédito neste ano, desde que a o Produto Interno Bruto (PIB) crescesse de 2,5% a 3%. Agora, não es-

Os números do banco
Resultado do Bradesco no primeiro trimestre de 2003 (em milhões de reais)

	2002	2003	Variação (%)
Ativos	119.224	144.999	21,6
Op. crédito	49.546	49.655	0,2
Dep. totais	45.934	54.871	19,7
Rec. crédito	2.436	2.954	21,3
Desp. provisões	632,7	808,5	27,8
Rec. títulos	1.253	3.139	150,5
Margem fin.	2.364	3.436	45,3
Res. bruto int. fin.	1.730	2.628	51,9
Rec. serviços	861	998	16,0
Lucro líquido	425	507,6	19,4
Patrimônio	9.926	11.708	18,0
Retorno	18,27	18,5	

Fonte: balanço

pera mais do que 1,5% de expansão para o PIB, neste ano, informou Cypriano, cenário em que o crédito deve apenas acompanhar a inflação. Apesar disso, o banco está otimista com o futuro: "O governo está comprometido com o encaminhamento das reformas", disse o presidente do Bradesco.

Como reflexo disso, a carteira de crédito do banco ficou em R\$ 49,655 bilhões ao final de março, apenas 0,2% acima dos R\$ 49,546 bilhões de março de 2002 e 2,3% inferior aos R\$ 50,801 bilhões de

dezembro. Já o crédito para o setor agrícola teve uma expansão de 15% ou R\$ 250 milhões, atingindo o saldo de R\$ 3,9 bilhões. A carteira continua saudável: 90,7% do total emprestado estão classificados entre AA e C, na escala de nove degraus do BC, que compreende operações com até 60 dias de atraso. Apesar disso, o Bradesco elevou em 27,8% as despesas com provisões para R\$ 808,5 milhões, levando o saldo a R\$ 3,9 bilhões, R\$ 803 milhões acima do exigido pelo BC. "Os nú-

veis são bastante confortáveis", disse o novo diretor de relações com o mercado do banco, José Luiz Acar Pedro.

Os ativos do Bradesco cresceram mais, 21,6%, de R\$ 119,224 bilhões em março de 2002 para R\$ 145 bilhões em março passado. As operações de crédito, que representavam 41,6% dos ativos ficaram com uma fatia de apenas 32,4%. Já a carteira de títulos, no montante de R\$ 34,43 bilhões, ficou com uma fatia de 23,7% dos ativos. A receita com títulos e valores mobiliários deu um salto de 150,5%, passando de R\$ 1,253 bilhão para R\$ 3,139 bilhões. Acar Pedro preferiu ressaltar que as despesas com captações no mercado tiveram um aumento equivalente; mas, ressaltou que a margem financeira (resultado da intermediação financeira mais provisões) teve um aumento de 45,3%, de R\$ 2,364 bilhões para R\$ 3,436 bilhões.

As ações preferenciais do Bradesco subiram 2,6% para R\$ 12,35 o lote de mil, em um dia em que o índice Bovespa teve alta de 0,17%. O resultado ficou dentro do que esperava o presidente da Austin Asis, Erivelto Rodrigues.

Veja mais em www.bradesco.com.br